

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO			
ANO LETIVO:	2026		
CAMPUS:	PARANAÍ		
CURSO:	DIREITO		
GRAU:	GRADUAÇÃO		
NOME DA DISCIPLINA:	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II		
SÉRIE/PERÍODO:	3ª SÉRIE		
TURMA:	A	TURNO:	MATUTINO
CARGA HOR. TOTAL:	120	TEÓRICA:	120 PRÁTICA:
CARGA HOR. SEMANAL:	4		
CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL			
OFERTA DA DISCIPLINA			
DOCENTE	ALBINO GABRIEL TURBAY JUNIOR		
TITULAÇÃO/ÁREA:	DOUTORADO/DIREITO		
TEMPO DE TRABALHO NA IES:	2 ANOS		

### 2. EMENTA

Do processo e do procedimento. Das tutelas de urgência. Dos procedimentos comum e especiais. Do processo nos tribunais. Dos recursos.

### 3. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Desenvolver perfil profissional com capacidade de atuação ética e humanística por meio da compreensão crítica dos institutos e técnicas processuais utilizadas no exercício das funções e atividades da área jurídica, tendo por objetivo proporcionar o exercício da cidadania por meio do processo e a concretização de direitos. Objetivos específicos: Compreender o processo e sua estrutura democrática por meio dos princípios constitucionais; Identificar a natureza jurídica do processo e seus pressupostos de existência e de validade; Compreender o processo e seu desenvolvimento por procedimento comum e procedimentos especiais; Reconhecer as regras de formação, evolução e extinção do processo; Compreender as etapas do procedimento, desde a petição inicial e citação até a formação da coisa julgada; Identificar as técnicas processuais adequadas para concretização de direitos; Conhecer as tutelas de urgência

prograd.unespar.edu.br

e suas espécies; Compreender e identificar as provas, suas espécies e o sistema de valoração de provas; Compreender a atuação dos Tribunais e identificar os processos que tramitam em seus âmbitos; Conhecer a teoria geral do recursos e as espécies recursais.

#### **4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

##### **1. PROCESSO E PROCEDIMENTO**

- 1.1 Processo: conceito e natureza; relação jurídica processual;
- 1.2 Processo e procedimento: tipos de procedimento;
- 1.3 Pressupostos processuais de existência e de validade.

##### **2. TUTELAS DE URGÊNCIA**

- 2.1 Conceito de tutela jurisdicional;
- 2.2 As tutelas provisórias: tutela de urgência e tutela de evidência;
- 2.3 Tutelas de urgência: tutela cautelar e antecipada.

##### **3. PROCEDIMENTO COMUM**

- 3.1 As fases do procedimento comum: postulatória, saneadora, instrutória, decisória e recursal;
- 3.2 Petição inicial: requisitos da petição inicial; causa de pedir e pedido; indeferimento da inicial e improcedência liminar do pedido;
- 3.3 Audiência de conciliação e mediação;
- 3.4 A resposta do réu: contestação e reconvenção;
- 3.5 Revelia: conceito e efeitos;
- 3.6 Saneamento do processo: providências preliminares, saneamento, organização do processo e julgamento conforme o estado do processo;
- 3.7 Provas: teoria geral das provas; espécies de provas; produção antecipada de prova e exibição de documentos; audiência de instrução e julgamento
- 3.8 Sentença e coisa julgada: conceito de sentença; elementos da sentença; fundamentação da sentença; sentença e resolução do mérito; remessa necessária; conceito de coisa julgada; coisa julgada formal e material; limites da coisa julgada.

##### **4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

- 4.1 Procedimentos especiais, sua justificação e técnicas processuais;
- 4.2 Os procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil;
- 4.3 Os procedimentos de jurisdição voluntária.

##### **5. DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS**

- 5.1 Competência dos tribunais;
- 5.2 Sistema de julgamento nos tribunais e a função do relator;

prograd.unespar.edu.br

5.3 Sistema de uniformização de jurisprudência

5.4 Incidentes nos tribunais

## 6. RECURSOS

6.1 Teoria geral dos recursos: conceitos, princípios, classificação, pressupostos de admissibilidade, efeitos dos recursos;

6.2 Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, agravo interno; embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial e extraordinário, recursos repetitivos, recurso adesivo.

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas-dialogadas; resolução de problemas; estudo de casos; leitura, interpretação e análise crítica de textos e de livros; estudos com pesquisa; análise de vídeos e livros; construção de textos; trabalhos individuais ou em grupo; seminários.

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes.

As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro, giz, multimídia, vídeos, slides, textos, plataformas virtuais de aprendizagem.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O rendimento escolar é avaliado continuamente pelos resultados obtidos por meio de 04 (quatro) provas oficiais bimestrais, presenciais e escritas, valendo de 0 (zero) a 10 (dez), realizadas durante o ano letivo, e, sendo necessário, prestará o exame final na disciplina.

A média de cada bimestre será composta, além das provas oficiais bimestrais, por outras atividades avaliativas: debates, trabalhos individuais ou em grupo, seminários, resumos científicos, estudo de casos e relatórios, dentre outros.

Para aprovação na disciplina é necessário atingir a média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima nas aulas e atividades de 75% (setenta e cinco por cento).

Prestará exame final na disciplina quem obtiver média igual ou superior a quatro vírgula zero (4,0) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), devendo atingir a média aritmética, entre a nota do exame e a média das notas bimestrais, de seis vírgula zero (6,0).

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

- CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de processo civil**. 3. ed. Barueri (SP): Atlas, 2024.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil**. 15. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 65. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024, v.1.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 57. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023, v. 2.

### COMPLEMENTAR

- ALVIM, J. E. Carreira. **Teoria geral do processo**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- BERMUDES, Sergio. **Introdução ao processo civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- DIDIER JR, Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil**. 22. ed. Salvador: JusPodvim, 2020, v. 1.
- DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil: volume único**. 26. ed. Barueri (SP): Atlas, 2023.
- LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- NERY JUNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado**. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de direito processual civil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Teoria geral do processo**. 7. ed. Barueri (SP): Atlas, 2023.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Código de processo civil anotado**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 56. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023, v.3.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia:	<u>23</u>
Mês:	<u>02</u>
Ano:	<u>2026</u>
Ata Nº:	<u>02/2026</u>

\_\_\_\_\_  
Albino Gabriel Turbay Junior

\_\_\_\_\_  
Coordenação do curso

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO			
ANO LETIVO:	2026		
CAMPUS:	PARANAÍ		
CURSO:	DIREITO		
GRAU:	GRADUAÇÃO		
NOME DA DISCIPLINA:	Tópicos Avançados em Direito Privado e Formas Consensuais de Solução de Conflitos		
SÉRIE/PERÍODO:	5ª SÉRIE		
TURMA:	A	TURNO:	MATUTINO
CARGA HOR. TOTAL:	68	TEÓRICA:	68 PRÁTICA:
CARGA HOR. SEMANAL:	2		
CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL			
OFERTA DA DISCIPLINA			
DOCENTE	ALBINO GABRIEL TURBAY JUNIOR		
TITULAÇÃO/ÁREA:	DOUTORADO/DIREITO		
TEMPO DE TRABALHO NA IES:	2 ANOS		

### 2. EMENTA

Atualizações legislativas no campo do Direito Privado, em suas diversas ramificações. Fixação do conhecimento legiferante. Direito comparado entre os institutos anteriores e atuais. Tendências jurisprudenciais. Teoria Geral dos Conflitos. Acesso à Justiça e Cidadania. Métodos de Autocomposição e solução de conflitos judiciais e extrajudiciais: conciliação, negociação e mediação. Prática da mediação cível, familiar, penal e práticas restaurativas.

### 3. OBJETIVOS

**Objetivo geral:** Formar profissionais com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Proporcionar conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional, especialmente instrumentalizando a comunidade acadêmica com métodos, técnicas e recursos para soluções de conflitos formando uma cultura da pacificação para a atuação profissional.

prograd.unespar.edu.br

**Objetivos específicos:** Ao final da disciplina os Acadêmicos deverão estar aptos a: Conhecer os métodos consensuais e adequados para resolução de conflitos; compreender a mediação, conciliação, negociação, arbitragem e justiça restaurativa; capacitar para distinção de cada instituto de soluções consensuais; promover, a partir dos estudos, uma cultura da pacificação.

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 1. INTRODUÇÃO

- Atualização legislativa no Direito Privado e tendências jurisprudenciais
- Introdução aos métodos alternativos de resolução de disputas.
- Tribunal Multiportas. (Resolução CNJ 125/2010, CPC/2015 e Lei 13.140/2015).
- Meios de solução de conflitos
- Conflito.
- Comunicação: teoria e demonstração de casos e exemplos
- Justiça Restaurativa e Direito Sistêmico
- Atividades práticas

##### 2. CONCILIAÇÃO e NEGOCIAÇÃO

- Conciliação. Conceito.
- Etapas, técnicas e o papel do conciliador.
- Negociação. Técnicas.
- Princípios da Negociação.
- Papel do negociador.
- Etapas da Negociação.
- Atividades práticas

##### 3. MEDIAÇÃO

- Mediação: noções gerais e características.
- Histórico e relevância.
- Princípios, escolas.
- Papel do Mediador. Técnica de Mediação.
- Procedimentos
- Mediação judicial e o NCPC
- Mediação privada e a Lei 13.140/2015.
- Mediação temática: familiar, civil, empresarial, trabalhista e penal
- Atividades práticas

##### 4. ARBITRAGEM

- Arbitragem: notícia histórica, conceito, natureza jurídica, constitucionalidade e princípios.
- Características fundamentais e classificação
- Convenção arbitral: cláusula compromissória e compromisso arbitral.
- Árbitros: deveres, responsabilidades, poderes e restrições; advogados na arbitragem.
- Sentença arbitral.
- Meios de cumprimento da sentença arbitral e sua impugnação.
- Tutela de urgência no procedimento arbitral
- Atividades práticas

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas-dialogadas; resolução de problemas; estudo de casos; leitura, interpretação e análise crítica de textos e de livros; estudos com pesquisa; análise de vídeos e livros; construção de textos; trabalhos individuais ou em grupo; seminários.

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes.

As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro, giz, multimídia, vídeos, slides, textos, plataformas virtuais de aprendizagem.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O rendimento escolar é avaliado continuamente pelos resultados obtidos por meio de 04 (quatro) provas oficiais bimestrais, presenciais e escritas, valendo de 0 (zero) a 10 (dez), realizadas durante o ano letivo, e, sendo necessário, prestará o exame final na disciplina.

A média de cada bimestre será composta, além das provas oficiais bimestrais, por outras atividades avaliativas: debates, trabalhos individuais ou em grupo, seminários, resumos científicos, estudo de casos e relatórios, dentre outros.

Para aprovação na disciplina é necessário atingir a média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima nas aulas e atividades de 75% (setenta e cinco por cento).

Prestará exame final na disciplina quem obtiver média igual ou superior a quatro vírgula zero (4,0) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), devendo atingir a média aritmética, entre a nota do exame e a média das notas bimestrais, de seis vírgula zero (6,0).

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento

Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de mediação e arbitragem: novos espaços de consenso no direito brasileiro e a justiça multiportas**. 3. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Arbitragem: mediação, conciliação e negociação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.

### COMPLEMENTAR

AZEVEDO, André Gomma de (Org). **Manual de Mediação Judicial**. 6. ed. Brasília: CNJ, 2016.

BRAGA NETO, Adolfo; SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem: curso de métodos adequados de solução de controvérsias**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação**. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Meios extrajudiciais de solução de conflitos: manual dos MESC's**. 2. ed. Barueri (SP): Manole, 2022.

MIKLOS, Jorge. **Mediação de conflitos**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2021.

SCHMIDT, Gustavo da Rocha. **Comentários à Lei de Arbitragem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, Método, 2021.

SILVA, Fernanda Carvalho Dias de Oliveira. **A experiência e o saber da experiência da justiça restaurativa no Brasil: práticas, discursos e desafios**. São Paulo: Blucher, 2021.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia:	<u>23</u>
Mês:	<u>02</u>
Ano:	<u>2026</u>
Ata N°:	<u>02/2026</u>

\_\_\_\_\_  
 Albino Gabriel Turbay Junior

\_\_\_\_\_  
 Coordenação do curso



prograd.unespar.edu.br

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	Direito Civil IV				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	4ª série				
<b>TURMA:</b>	única	<b>TURNO:</b>	Matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	120 h/a	<b>TEÓRICA:</b>	120	<b>PRÁTICA:</b>	0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	4 h/a				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA</b>	Anual/obrigatória				
<b>DOCENTE</b>	Ana Elisa Silva Fernandes Vieira				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Doutora em Direito				

### 2. EMENTA

Teoria geral dos contratos. Contrato e negócio jurídico. Interpretação dos contratos. Princípios aplicáveis. Transmissão, execução e extinção dos contratos. Vício redibitório e evicção. Arras. Das várias espécies de Contratos. Atos unilaterais.

### 3. OBJETIVOS

Proporcionar à discente compreensão teórica e prática abrangente do Direito Contratual, habilitando-o a interpretar, elaborar e questionar contratos civis e empresariais com fundamento no ordenamento jurídico brasileiro, com ênfase na codificação civil vigente, na jurisprudência dos Tribunais Superiores e nas transformações advindas da contratação eletrônica e das relações de consumo. Adequar os estudos com as alterações legislativas por leis civis recentes e atualização jurisprudencial.

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 1. NOÇÃO GERAL DE CONTRATOS

- 1.1 Conceito
- 1.2 Natureza jurídica do contrato: negócio jurídico
- 1.3 Perspectiva Civil-Constitucional e a Função social do contrato (art. 421 CC)
- 1.4 Elementos constitutivos dos contratos – Escada Ponteano
  - 1.4.1 Plano de Existência
  - 1.4.2 Plano de Validade
  - 1.4.3 Plano de Eficácia

#### 2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO CONTRATUAL

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)

- 2.1 Autonomia da vontade
- 2.2 Supremacia da ordem pública
- 2.3 Consensualismo
- 2.4 Relatividade dos efeitos contratuais
- 2.5 Obrigatoriedade dos contratos (pacta sunt servanda)
- 2.6 Revisão contratual
- 2.7 Boa-fé e deveres anexos
- 2.8 Equilíbrio contratual

### **3. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS CONTRATOS**

- 3.1 Critérios legais de interpretação
- 3.2 Boa-fé objetiva
- 3.3 Interpretação integrativa
- 3.4 Contrato de adesão

### **4. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS**

- 4.1 Quanto às obrigações (unilateral, bilateral, plurilateral, principal e acessório)
- 4.2 Quanto à forma (solene, não solene, consensual e real).
- 4.3 Quanto ao conteúdo econômico (gratuito, oneroso, cumulativo, aleatório)
- 4.4 Quanto à estrutura (paritário, de adesão, individual e coletivo, personalíssimo e pessoal, coligado, conexo)
- 4.5 Quanto à tipicidade (típicos, atípicos e mistos)

### **5. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS**

- 5.1 Negociações preliminares e responsabilidade pré-contratual
- 5.2 Oferta: conceito, requisitos e vinculatividade
- 5.4 Oferta ao público
- 5.5 Aceitação: modalidades, prazo e retratação

### **6. EFEITOS DOS CONTRATOS EM RELAÇÃO A TERCEIROS**

- 6.1 Vinculação de Terceiro
- 6.2 Estipulação em Favor de Terceiro
- 6.3 Contratos com Eficácia Protetiva para Terceiros e a Teoria do Contato Social
- 6.4 Promessa de Fato de Terceiro
- 6.5 Contrato com Pessoa a Declarar
- 6.6 Cessão de contrato e transmissão da posição contratual

### **7. GARANTIAS LEGAIS AOS CONTRATANTES**

- 7.1 Evicção
- 7.2 Vícios redibitórios
- 7.3 Arras
- 7.4 Exceção de contrato não cumprido

### **8. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

- 8.1 Resilição unilateral e bilateral
- 8.2 Distrato
- 8.3 Resolução por inadimplemento
- 8.4 Cláusula resolutiva expressa e tácita
- 8.5 Onerosidade excessiva
- 8.6 Caso fortuito e força maior

prograd.unespar.edu.br

## 9. CONTRATOS EM ESPÉCIE

- 9.1 Compra e Venda
- 9.2 Troca ou Permuta
- 9.3 Contrato Estimatório (Consignação Mercantil)
- 9.4 Doação
- 9.5 Locação de Coisas
- 9.6 Empréstimo: Comodato e Mútuo
- 9.7 Prestação de Serviços
- 9.8 Empreitada
- 9.9 Depósito
- 9.10 Mandato
- 9.11 Atos Unilaterais

*A professora poderá realizar ajustes no cronograma em razão do calendário acadêmico, feriados ou necessidade pedagógica, com comunicação prévia aos discentes.*

*No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.*

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia híbrida, combinando aulas expositivo-dialogadas, promovendo a participação efetiva do discente.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Aula presencial com apresentação de slides mediada por questionamentos e participação ativa dos alunos. Estudo de Casos. Questionários. Análise de Jurisprudência.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

### **1º bimestre / 2º bimestre / 3º bimestre**

Prova Escrita com questões discursivas e objetivas - 7,0 pontos.  
 Questionário individual sobre conteúdo selecionado - 3,0 pontos

### **4º bimestre – Escritório Simulado – Advocacia Contratual**



Será desenvolvido o **Projeto – Escritório Simulado de Advocacia Contratual**, atividade prática para aplicação dos conteúdos teóricos em casos concreto.

Os discentes serão organizados em grupos de 4 a 6 membros, simulando a estrutura de um escritório de advocacia especializado. Cada grupo receberá um caso concreto diferente envolvendo uma espécie contratual. A divisão dos grupos e a atribuição dos casos serão realizadas pela professora. A atividade compreende três etapas:

1. Elaboração de **parecer jurídico fundamentado** (mínimo 3 laudas): com síntese dos fatos e identificação do problema jurídico, fundamentação legal e doutrinária, análise da jurisprudência pertinente, análise de riscos contratuais e conclusão com a solução jurídica recomendada ao cliente. Entrega por e-mail no dia anterior à apresentação.

2. Elaboração de **minuta do contrato** adequado ao caso: redigida em linguagem técnica, com todas as cláusulas essenciais e previsão de mecanismos de prevenção de litígios. Entrega por e-mail no dia anterior à apresentação.

3. **Apresentação oral** simulando atendimento ao cliente. O grupo deve explicar o problema, o contrato elaborado e a justificativa das cláusulas contratuais inseridas e responder às arguições da professora e dos colegas. Todos os integrantes devem participar da apresentação. Mínimo de 30 minutos de apresentação. 10 minutos de arguição.

A apresentação será feita em sala de aula, em formato de atendimento ao cliente, sendo avaliados tanto o conteúdo técnico quanto a postura, clareza argumentativa e a coerência estratégica.

Critérios de Avaliação: Qualidade jurídica do parecer (fundamentos, legislação, jurisprudência); Adequação técnica do contrato elaborado (cláusulas, forma, objeto); Clareza e organização da apresentação oral; Capacidade de responder às arguições da professora e dos colegas.

A atividade do Escritório Simulado corresponde à nota integral do 4º bimestre, valendo 10,0 (dez) pontos, sendo distribuídos da seguinte forma:

6,0 pontos - Parecer jurídico e Minuta do Contrato.

4,0 pontos - Apresentação oral.

A nota será atribuída ao grupo. Alunos que não participarem da apresentação ou demonstrarem desconhecimento do trabalho produzido poderão ter sua nota ajustada individualmente, a critério da professora.

*No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.*

*Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades.*

## 8. BIBLIOGRAFIA

prograd.unespar.edu.br



## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LÔBO, Paulo. **Direito Civil – Contratos**. v. 3. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. ISBN 9786584004849. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004849/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo Curso de Direito Civil – Contratos**. v. 4. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. ISBN 9786551770951. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770951/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro - Contratos e Atos Unilaterais**. v. 3. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. ISBN 9786584004474. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004474/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

VENOSA, Silvio de S. **Direito Civil – Contratos**. v. 3. 26. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778034. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778034/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos N.; BANDEIRA, Paula G. **Fundamentos do Direito Civil Contratos**. v. 3 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. ISBN 9788530996727.

Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996727/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JR., Vanderlei G. **Manual Prático de Contratos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9786553628816. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628816/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GONÇALVES, Carlos R. **Coleção Esquemático - Direito Civil 1 - Parte Geral - Obrigações - Contratos (Parte Geral)**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. ISBN 9788553628193.

Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628193/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GAGLIANO, Pablo S. **Contrato de Doação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553623433. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623433/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GARCIA, Maria O.; PASSINHAS, Sandra. **Casos Práticos - Contratos Cíveis - Casos Práticos Resolvidos**. 3. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. ISBN 9789724084640. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084640/>. Acesso em: 24 fev. 2026.



JR., Humberto T. **O Contrato e sua Função Social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. E-book. ISBN 978-85-309-5653-0. Disponível em:  
<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5653-0/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

FACHETTI, Silvestre, G. **A responsabilidade civil pela violação à função social do contrato**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024. E-book. ISBN 9788584933730. Disponível em:  
<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933730/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

MIRAGEM, Bruno. **Comentários À Nova Lei Do Contrato De Seguro**. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998431. Disponível em:  
<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998431/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

RENATO, Grecco. **O momento da formação do contrato: das negociações preliminares ao vínculo contratual**. São Paulo: Edições 70, 2024. E-book. ISBN 9788584934850. Disponível em:  
<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584934850/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

LIMA, Adriane; SAMANIEGO, Daniela; BARONOSVKY, Thainá. **LGPD para contratos: adequando contratos e documentos à Lei Geral de Proteção de Dados**. Rio de Janeiro: Expressa, 2021. E-book. ISBN 9786555597684. Disponível em:  
<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597684/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em: 23/02/2026. Ata 02/2026 .

\_\_\_\_\_  
**Docente**  
 Ana Elisa Silva Fernandes Vieira

\_\_\_\_\_  
**Coordenação do curso**  
 Wanderson Lago

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## 1. IDENTIFICAÇÃO\*

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	Direito Digital – ACE				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	4ª série				
<b>TURMA:</b>	única	<b>TURNO:</b>	Matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	60 h/a	<b>TEÓRICA:</b>	30	<b>PRÁTICA:</b>	30
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2 h/a				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA</b>	Anual/obrigatória				
<b>DOCENTE</b>	Ana Elisa Silva Fernandes Vieira				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Doutora em Direito				

## 2. EMENTA

Direito e tecnologia da informação. Aspectos principais do Direito ligados à informática e, particularmente, aos programas de computador e à forma digital de condução e armazenamento da informação. Conceituação do Direito de Informática como um novo ramo do Direito. Estudo e debate das implicações jurídico-legais da informática e seus elementos (entendendo-se como informática o processamento automático de informações): A Internet, o Software (Programa de computador) serviços especializados, ilícitos civis e penais. Estudo das leis, Lato Sensu, contratos e práticas comerciais típicas da informática, em âmbito nacional e internacional. As relações do direito de informática com os demais ramos do direito. Estudo e debate do envolvimento jurídico-legal das questões técnicas mais importantes relacionadas com a informática, em geral, como o software, a internet, o comércio eletrônico, assinatura digital e outros temas. Familiarização do aluno com os aspectos técnicos da informática, em geral, incluindo utilização de computadores, software e internet. Ação extensionista junto à comunidade da região e às pessoas da comunidade interessadas no tema.

## 3. OBJETIVOS

Compreender os fundamentos, a estrutura normativa e a aplicação prática do Direito Digital, com ênfase no Marco Civil da Internet (MCI) e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), desenvolvendo capacidade crítica e técnica para atuação jurídica na sociedade da informação. Identificar a incidência dos direitos fundamentais no ambiente digital. Compreender os fundamentos, princípios e normas do MCI. Analisar a responsabilidade civil dos provedores. Compreender os fundamentos e princípios da LGPD. Identificar direitos do titular e bases legais

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)

de tratamento de dados pessoais. Analisar o regime jurídico dos agentes de tratamento e as sanções administrativas.

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DIGITAL

- 1.1 Evolução da Sociedade e do Direito na Quarta Revolução Industrial
- 1.2 Impactos Jurídicos da Quarta Revolução Industrial
- 1.3 Conceituação e autonomia do Direito Digital
- 1.4 Direitos Humanos e Fundamentais no ciberespaço
  - 1.4.1 Direito de Acesso à Internet
  - 1.4.2 Direito à Privacidade
  - 1.4.3 Direito à Proteção de Dados Pessoais
  - 1.4.4 Direito à Autodeterminação Informativa
  - 1.4.5 Direito ao Esquecimento

##### 2. MARCO CIVIL DA INTERNET

- 2.1 Noções gerais
  - 2.1.1 Estrutura técnica da internet
- 2.2 Direitos e garantias do Usuário
- 2.3 Provedores
- 2.4 Responsabilidade civil dos provedores e por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros
- 2.5 Atuação do Poder Público

##### 3. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 3.1 Noções gerais: objetivo, fundamentos, aplicação, terminologias e princípios
- 3.2 Agentes de tratamento e bases legais
- 3.3 Tratamento de dados pessoais sensíveis
- 3.4 Tratamento de dados de crianças e adolescentes
- 3.5 Tratamento de dados pelo Poder Público
- 3.6 Direitos do titular dos dados
- 3.7 Sanções e atuação da ANPD

##### 4. PROJETO DE EXTENSÃO – ACE

*A professora poderá realizar ajustes em razão do calendário acadêmico, feriados ou necessidade pedagógica, com comunicação prévia aos discentes.*

*No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias*

prograd.unespar.edu.br



*pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.*

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia híbrida, combinando aulas expositivo-dialogadas, promovendo a participação efetiva do discente.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Aula presencial com apresentação de slides mediada por questionamentos e participação ativa dos alunos. Estudo de Casos. Questionários. Análise de Jurisprudência.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Provas bimestrais (em dupla) – nota 6,0.

Trabalhos bimestrais – nota 3,0 à 4,0.

Participação ativa no projeto de extensão – nota 1,0, a depender do bimestre em que haverá o projeto.

*Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades, bem como participação no projeto de extensão.*

*No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.*

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARRIDO, Patricia P. **Proteção de dados pessoais:** comentários à lei n. 13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786555599480. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599480/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

GARCIA, Lara R. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):** Guia de implantação. [Digite o Local da Editora]: Editora Blucher, 2020. E-book. ISBN 9786555060164. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555060164/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

TEIXEIRA, Tarcísio; GUERREIRO, Ruth M. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):** Comentada Artigo por Artigo. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555599015. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599015/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

GONÇALVES, Victor Hugo P. **Marco Civil da Internet Comentado.** Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597009514. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009514/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALECRIM, Mateus. **Introdução ao direito digital e seus temas.** Belo Horizonte, MG: Dialética, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

LIMA, Adrienne; SAMANIEGO, Daniela; BARONOSVKY, Thainá. **LGPD para contratos:** adequando contratos e documentos à Lei Geral de Proteção de Dados. Rio de Janeiro: Expressa, 2021. E-book. p.9. ISBN 9786555597684. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597684/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

FERNANDES, Rebouças, R. **Contratos eletrônicos:** formação e validade: aplicações práticas. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2024. E-book. ISBN 9788584933105. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933105/>. Acesso em: 24 fev. 2026.

SCHAAL, Flavia Mansur Murad et al. **Manual de direito na era digital:** constitucional e ambiental. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 23 fev 2026.

ZAMPIER, Bruno. **Vade Mecum de Direito Digital.** 1. Ed. Cotia: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

WOLFGANG, Hoffmann-Riem. **Teoria Geral do Direito Digital.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559642267. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642267/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

JESUS, Damásio Evangelista de; OLIVEIRA, José Antônio M. Milagre de. **Marco Civil da Internet:** comentários à Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. 1. ed. Editora Saraiva, 2014. E-



book. ISBN 9788502203200. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502203200/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. São Paulo: Editora Saraiva, 2024.

E-book. ISBN 9788553622344. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553622344/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

FIORILLO, Celso Antônio P. **O Marco civil da internet e o meio ambiente digital na sociedade da informação - Comentários à Lei n. 12.965/2014**. 1. ed. Editora Saraiva, 2015.

E-book. ISBN 9788502627741. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502627741/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

LÓSSIO, Claudio Joel Brito. **Manual descomplicado de direito digital: guia para profissionais do direito e da tecnologia**. Salvador: Juspodivm, 2022.

REBOUÇAS, Rodrigo F. **Contratos Eletrônicos: Formação e Validade Aplicações Práticas 2**. rev. e ampl. Grupo Almedina (Portugal), 2018. E-book. ISBN 9788584933105. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933105/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

MARCHSIN, Karina Bastos K. **Blockchain e smart contracts: As inovações no âmbito do Direito**. Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786555599398. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555599398/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em: 23/02/2026. Ata 002/2023.

\_\_\_\_\_  
**Docente**

Ana Elisa Silva Fernandes Vieira

\_\_\_\_\_  
**Coordenação do curso**

Wanderson Lago

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	Direito Previdenciário				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	5ª série				
<b>TURMA:</b>	única	<b>TURNO:</b>	Matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	68 h/a	<b>TEÓRICA:</b>	68	<b>PRÁTICA:</b>	0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2 h/a				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA</b>	Anual/obrigatória				
<b>DOCENTE</b>	Ana Elisa Silva Fernandes Vieira				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Doutora em Direito				

### 2. EMENTA

Introdução ao Estudo da Seguridade Social. Direito Previdenciário: Plano de Benefícios e Plano de Custeio. Aspectos do sistema de Assistência Social e do Sistema da Saúde. Acidentes do trabalho.

### 3. OBJETIVOS

Propiciar o estudo sistemático das normas e princípios constantes do Direito Previdenciário. Compreender os pilares da seguridade social (saúde, assistência social e previdência social) no Brasil, seus fundamentos e princípios constitucionais. Compreender a previdência social, os regimes de previdência, serviços e benefícios oferecidos aos segurados. Analisar o processo previdenciário.

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 1. SEGURIDADE SOCIAL

- 1.1 Histórico e evolução legislativa
- 1.2 Conceito e princípios da Seguridade Social
- 1.3 Custeio da Seguridade Social
- 1.4 Saúde
- 1.5 Assistência Social e BPC

#### 2. DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 2.1 Conceito, objeto e natureza jurídica
- 2.2 Fontes do Direito Previdenciário
- 2.3 Aplicação da legislação previdenciária no tempo e no espaço

prograd.unespar.edu.br

### **3. PREVIDÊNCIA SOCIAL**

- 3.1 Princípios específicos da Previdência Social
- 3.2 Regimes Previdenciários: RGPS, RPPS e Regime Complementar

### **4. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

- 4.1 Relação jurídica previdenciária de benefício
- 4.2 Inscrição e filiação
- 4.3 Segurados obrigatórios e facultativo
- 4.4 Dependentes
- 4.5 Manutenção da qualidade de segurado e dependente (período de graça)
- 4.6 Perda da qualidade de segurado e dependente
- 4.7 Período de carência

### **5 PRESTAÇÕES E REGRAS GERAIS DOS BENEFÍCIOS**

- 5.1 Concessão, suspensão e cancelamento
- 5.2 Acumulação de benefícios
- 5.3 Salário de benefício
- 5.4 Período básico de cálculo (BPC) e tempo de contribuição
- 5.5 Renda mensal de benefício (RMB)

### **6. BENEFÍCIOS**

- 6.1 Aposentadoria por incapacidade permanente (invalidez)
- 6.2 Aposentadoria por idade
- 6.3 Aposentadoria por tempo de contribuição
- 6.4 Aposentadoria programada (EC 103/19) e regras de transição
- 6.5 Aposentadoria especial
- 6.6 Salário família
- 6.7 Salário maternidade
- 6.8 Auxílio por incapacidade temporária
- 6.9 Auxílio-acidente
- 6.10 Auxílio-reclusão
- 6.11 Pensão por morte

### **7. PROCESSO PREVIDENCIÁRIO**

- 7.1 Processo Administrativo Previdenciário
  - 7.1.1 Princípios
  - 7.1.2 Fases do processo administrativo: Instauração, Instrução, Decisão, Recurso e Cumprimento
- 7.2 Processo Judicial Previdenciário
  - 7.2.1 Competência
  - 7.2.2 Prévio requerimento administrativo
  - 7.2.3 Prescrição de decadência
  - 7.2.4 Procedimento dos Juizados Especiais Federais
  - 7.2.5 Provas
  - 7.2.6 Recursos: Apelação, Reexame necessário, Recursos aos Tribunais

*A professora poderá realizar ajustes razão do calendário acadêmico, feriados ou necessidade pedagógica, com comunicação prévia aos discentes.*

*No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.*

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia híbrida, combinando aulas expositivo-dialogadas, promovendo a participação efetiva do discente.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Aula presencial com apresentação de slides mediada por questionamentos e participação ativa dos alunos. Estudo de Casos. Questionários. Análise de Jurisprudência.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Provas bimestrais – nota 7,0.

Trabalhos bimestrais – nota 3,0.

*No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.*

*Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades.*

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA



SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário**. (Coleção esquematizado). São Paulo: Saraiva, 2024. E-book. ISBN 9788553621750. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621750/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ALENCAR, Hermes A. **Direito previdenciário para concursos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2024. E-book. ISBN 9788553620647. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620647/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559645305. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645305/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito previdenciário**. 13. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

SANTOS, Denise Tanaka dos; SIMONATO, Geisla; SIMONATO, Priscilla; ESTEFAM, André; BARONOVSKY, Ricardo (coord.). **Direito previdenciário**. São Paulo, SP: Rideel, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier. **Manual de direito previdenciário em esquemas**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático De Direito Previdenciário**. Salvador: Juspodivm, 2023.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João B. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646548. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646548/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

AGOSTINHO, Theodoro V. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9786555592399. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555592399/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

VIANNA, João Ernesto A. **Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788597024029. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024029/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

#### **9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO**

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)



Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em: 23/02/2026. Ata 002/2023.

\_\_\_\_\_  
**Docente**  
Ana Elisa Silva Fernandes Vieira

\_\_\_\_\_  
**Coordenação do curso**  
Wanderson Lago

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO*					
ANO LETIVO:	2026				
CAMPUS:	PARANAVAI				
CURSO:	DIREITO				
GRAU:	GRADUAÇÃO				
NOME DA DISCIPLINA:	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO E INTRODUÇÃO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA				
SÉRIE/PERÍODO:	1ª				
TURMA:	A	TURNO:	MANHÃ		
CARGA HOR. TOTAL:	60	TEÓRICA:	30	ACE:	30
CARGA HOR. SEMANAL:	4				
CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:	-				
OFERTA DA DISCIPLINA:	OBRIGATÓRIA				
DOCENTE:	ANDRESSA PAULA DE ANDRADE				
TITULAÇÃO/ÁREA:	DOUTORADO				
CONTATO:	<a href="mailto:andressa.andrade@unespar.edu.br">andressa.andrade@unespar.edu.br</a>				
CURRÍCULO LATTES:	<a href="http://lattes.cnpq.br/2074619982156095">http://lattes.cnpq.br/2074619982156095</a>				

## 2. EMENTA

Estudo dos processos lógicos e metodológicos para a leitura, interpretação e análise da redação científica e para a organização da pesquisa e a elaboração de monografia jurídica e de artigo jurídico. Estudo dos procedimentos técnicos, científicos e sociais para o desenvolvimento das atividades de extensão. Ação extensionista teórica em sala de aula.

## 3. OBJETIVOS

**Objetivo Geral:** Promover a formação do discente para a produção do conhecimento científico no campo jurídico, com domínio dos fundamentos da metodologia do trabalho científico e compreensão crítica da extensão universitária, em observância ao princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (art. 207 da Constituição Federal), às diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), à Resolução CNE/CES nº 07/2018 e à Resolução nº 042/2022 – CEPE/UNESPAR, visando à articulação entre rigor acadêmico, compromisso social e transformação da realidade.

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)



**Objetivos Específicos:** Ao final da disciplina, o(a) estudante deverá ser capaz de:

- Compreender e aplicar os princípios, métodos e técnicas da pesquisa científica, especialmente no âmbito do Direito, observando critérios de cientificidade, ética na pesquisa e normalização acadêmica, em consonância com a autonomia didático-científica universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal.
- Analisar o papel da extensão universitária como dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, à luz da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), da Resolução CNE/CES nº 07/2018 e da Resolução nº 042/2022 – CEPE/UNESPAR, reconhecendo-a como instrumento de formação acadêmica, cidadã e profissional.
- Planejar e elaborar propostas de ações extensionistas interdisciplinares, integradas ao ensino e à pesquisa jurídica, voltadas à promoção dos direitos humanos, da justiça social e da solução de problemas sociais e regionais, conforme as áreas temáticas da Extensão previstas na normativa institucional.
- Valorizar o diálogo entre o saber científico e os saberes populares, comunitários e tradicionais, promovendo a democratização do conhecimento, a ampliação do acesso à cultura e à informação e o fortalecimento da função social da Universidade, em conformidade com os compromissos estabelecidos na Resolução nº 042/2022 – CEPE/UNESPAR.

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 1º Bimestre – Fundamentos da Metodologia da Pesquisa Jurídica

- Conhecimento científico e suas características.
- Especificidades da pesquisa no campo do Direito.
- Ensino jurídico, autonomia universitária e liberdade científica.
- Métodos e técnicas de pesquisa: pesquisa teórica, normativa e bibliográfica.
- Técnicas de leitura, estudo e fichamento.
- Ética na pesquisa científica.

##### 2º Bimestre – Projeto de Pesquisa e Produção de *Paper* Acadêmico

- Formulação do problema jurídico e delimitação do objeto de pesquisa.
- Justificativa, objetivos, hipóteses e desenho metodológico.
- Pesquisa empírica, jurisprudencial e comparada.
- Estrutura do *paper* acadêmico em Direito.
- Redação científica, normas de citação e referências bibliográficas.
- Elaboração, desenvolvimento e apresentação de *paper* acadêmico.

##### 3º Bimestre – Fundamentos da Extensão Universitária e Prática Jurídica

- Conceito, princípios e diretrizes da extensão universitária.

prograd.unespar.edu.br

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- Extensão universitária no ensino jurídico e função social do Direito.
- Áreas temáticas da extensão e políticas públicas.
- Diálogo entre saber científico e saberes populares, comunitários e tradicionais.
- Ética, direitos humanos e responsabilidade social nas práticas extensionistas.

#### **4º Bimestre – Metodologia da Extensão e Execução de Projeto Extensionista**

- Metodologia da extensão universitária e planejamento de ações extensionistas.
- Diagnóstico social, definição de público-alvo e objetivos do projeto.
- Elaboração, execução e avaliação de projetos de extensão em Direito.
- Execução de projeto de extensão universitária, articulando ensino, pesquisa e prática jurídica.
- Produção de relatórios, socialização e divulgação dos resultados.
- Extensão universitária como instrumento de transformação social e formação cidadã.

#### **5. METODOLOGIA DE ENSINO**

- Aulas expositivas e dialogadas para apresentação dos fundamentos teóricos da metodologia da pesquisa jurídica e da extensão universitária.
- Utilização de metodologias ativas, tais como seminários, estudos de caso, oficinas de escrita acadêmica, análise de artigos científicos e projetos extensionistas.
- Aplicação de estratégias de gamificação como recurso didático para estimular o engajamento, a participação e a aprendizagem colaborativa.
- Desenvolvimento de atividades orientadas à aprendizagem baseada em projetos, com a elaboração de um paper acadêmico e a execução de um projeto de extensão universitária.
- Realização de práticas extensionistas envolvendo diagnóstico de demandas sociais, planejamento, execução e avaliação de ações junto à comunidade.
- Utilização de recursos físicos, tecnológicos e digitais para apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e comunicação científica.

#### **6. RECURSOS DIDÁTICOS**

Para assegurar aprendizagem ativa, compreensão teórica sólida e engajamento contínuo dos estudantes, serão utilizados os seguintes recursos:

##### **1. Recursos Tradicionais**

- Lousa e pincéis para esquemas, sínteses, fluxogramas e explicações em tempo real;
- Projetor multimídia / Datashow para apresentação de conteúdos visuais;

##### **2. Recursos Digitais**

- Plataformas de Gamificação (Kahoot, Quizizz, Socrative) para realização de quizzes, desafios e dinâmicas competitivas;
- Repositórios de Jurisprudência (TJPR, STF e STJ) para pesquisa e análise de casos concretos.
- Vídeos educativos (YouTube, canais jurídicos, documentários) para contextualização de temas complexos e discussão crítica.

### 3. Materiais de Apoio

- Textos doutrinários selecionados em PDF ou físicos.
- Casos práticos, pareceres e ementas para análises simuladas e debates.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (1º ao 4º Bimestres)

Cada bimestre terá valor total de **10,0 (dez) pontos**, distribuídos da seguinte forma:

#### 1. Prova Escrita – 5,0 pontos

Avaliação individual, contendo questões objetivas e discursivas, abrangendo o conteúdo ministrado no respectivo período.

##### Serão avaliados:

- domínio do conteúdo e da legislação;
- capacidade de interpretação e aplicação dos institutos jurídicos;
- fundamentação adequada (legislação, doutrina e jurisprudência);
- clareza, coerência e utilização da linguagem técnico-jurídica.

#### 2. Trabalho Acadêmico – 5,0 pontos

Atividade definida conforme a proposta do bimestre, podendo consistir em resumo, seminário, relatório, estudo de caso, paper, resumo expandido ou atividade correlata.

##### Serão avaliados:

- adequação ao tema proposto;
- consistência teórica;
- organização e clareza na exposição;
- capacidade crítica e reflexiva;
- cumprimento das orientações e dos prazos estabelecidos.

### Cálculo da nota bimestral:

prograd.unespar.edu.br



(Prova até 5,0 pontos) + (Trabalho até 5,0 pontos) = **10,0 pontos**

*OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.*

**Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares. A proficiência será avaliada através de provas, trabalhos individuais e trabalhos coletivos. (Mais informações: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>)**

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa Jurídica** - 18ª Edição 2024. 18. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.iv. ISBN 9788553622320. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

FEFERBAUM, Marina; MAFEI, Rafael. **Metodologia da Pesquisa Em Direito** - 4ª Edição 2026. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004290. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004290/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica** - 9ª Edição 2017. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. p.V. ISBN 9788597011760. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011760/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

### COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Disponível em: <https://melhorespraticas.uff.br/wp-content/uploads/sites/17/2024/03/Acao-Cultural-para-a-Liberdade-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em 11 fev. 2026.

FREIRE, Paulo. **Educadores de rua: uma abordagem crítica. Alternativas de atendimento aos meninos de rua**. Bogotá: UNICEF, 1989. Disponível em: <https://melhorespraticas.uff.br/wp-content/uploads/sites/17/2024/03/Educadores-de-rua-uma-abordagem-cri%CC%81tica-Alternativas-de-atendimento-aos-meninos-de-rua-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em 11 fev. 2026.

prograd.unespar.edu.br



FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>. Acesso em 11 fev. 2026.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.xi. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

### 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: \_\_\_\_\_

Mês: \_\_\_\_\_

Ano: \_\_\_\_\_

Ata Nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Docente**

\_\_\_\_\_

**Coordenação do curso**

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 001/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO*			
ANO LETIVO:	2026		
CAMPUS:	PARANAVAI		
CURSO:	DIREITO		
GRAU:	GRADUAÇÃO		
NOME DA DISCIPLINA:	DIREITO ADMINISTRATIVO		
SÉRIE/PERÍODO:	2ª		
TURMA:	A	TURNO:	MANHA
CARGA HOR. TOTAL:	60h	TEÓRICA:	60h
		PRÁTICA:	x
CARGA HOR. SEMANAL:	2		
CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL	-		
OFERTA DA DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA		
DOCENTE	ANDRESSA PAULA DE ANDRADE		
TITULAÇÃO/ÁREA:	DOUTORADO		
CONTATO:	andressa.andrade@unespar.edu.br		
CURRÍCULO LATTES:	<a href="http://lattes.cnpq.br/2074619982156095">http://lattes.cnpq.br/2074619982156095</a>		

## 2. EMENTA

Administração pública. Regime Jurídico Administrativo. Princípios da Administração Pública. Administração Indireta - Órgãos Públicos. Serviço público. Concessão e permissão. Atos administrativos. Contratos administrativos. Licitações. Servidores Públicos. Processo Administrativo. Bens Públicos. Improbidade administrativa.

## 3. OBJETIVOS

### Objetivo Geral:

Proporcionar ao estudante a compreensão dos fundamentos, princípios, instituições e mecanismos de controle do Direito Administrativo, capacitando-o a analisar criticamente a atuação da Administração Pública.

### Objetivos Específicos:

a) Compreender os princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem a Administração Pública, analisando sua função orientadora na elaboração e execução das políticas administrativas.

prograd.unespar.edu.br



- b) Identificar e diferenciar os poderes administrativos, reconhecendo sua aplicação prática, limites jurídicos e controle jurisdicional.
- c) Examinar os principais atos e contratos administrativos, compreendendo sua formação, características, prerrogativas e meios de invalidação.
- d) Analisar a organização administrativa do Estado, incluindo pessoas jurídicas, órgãos, entidades e consórcios públicos, bem como suas competências.
- e) Avaliar os mecanismos de controle da Administração Pública, especialmente os sistemas de responsabilização civil, administrativa e judicial, com vistas à preservação da legalidade, moralidade e eficiência.

#### **4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Fundamentos político-institucionais e conceitos básicos:

1.1. Origem e evolução do direito administrativo;

1.2. Noções contemporâneas de direito administrativo, função administrativa e administração pública;

1.3. Fundamentos constitucionais do direito administrativo no Brasil;

1.4. Princípios do direito administrativo;

1.5 Organização da administração pública

1.6 Formas de prestação da atividade administrativa

1.7 Administração direta

1.8 Administração indireta: autarquias, fundações, agências reguladoras e executivas, empresas governamentais (empresas públicas e sociedades de economia mista), associações públicas, entidades paraestatais.

2 Funções administrativas:

2.1. Serviço público;

2.2. Poder de polícia;

2.3 Poder hierárquico

2.4 Poder disciplinar

2.5 Poder normativo ou regulamentar

2.6 Poder de polícia

2.7 Atividade empresarial do estado;

2.8 Regulação.

3 Instrumentos jurídicos da ação administrativa:

3.1. Atos administrativos;

3.2. Processo administrativo: parte geral;

3.3 Processos administrativos em espécie:

3.3.1. Processo de licitação: Lei 14.133/2021

prograd.unespar.edu.br



### 3.3.2. Processo sancionador:

#### 3.3.2.1 Princípios do Processo Administrativo Sancionador

#### 3.3.2.2 A Lei Federal de Processo Administrativo

#### 3.3.2.3 A Lei de Processo Administrativo do Estado do Paraná

3.4. Contratos públicos (contratos administrativos, contratos de cooperação, contratos de delegação e contratos substitutivos de sanção);

3.5. Bens públicos.

### 4 Estrutura da administração pública:

4.1. Organização administrativa;

4.2. Pessoas da administração descentralizada;

4.3. Pessoas privadas no exercício de funções de interesse público;

4.4. Agentes públicos;

4.4.1 Cargo, emprego e função

4.4.2 Regime constitucional. Espécies de cargos públicos

4.4.3 Acessibilidade

4.4.4 Nomeação: natureza jurídica. Posse e exercício do cargo público

4.4.5 Formas de provimento de cargos públicos

4.4.6 Estágio probatório e a garantia de estabilidade

4.4.7 Direitos e deveres dos servidores públicos

4.4.8 Responsabilidade dos servidores. Infrações e sanções disciplinares

4.4.9 Extinção da função pública. Aposentadoria. Demissão e exoneração. Outras modalidades de vacância dos cargos públicos.

### 5 Consequências da ação administrativa:

5.1. Controles da administração pública;

5.2. Responsabilidade civil do estado.

6. Contratos administrativos

6.1. Espécies

6.2. Cláusulas exorbitantes

6.3. Equilíbrio econômico-financeiro

6.4. Prazo e extinção

6.5. Parceria Público-Privada.

7. Serviço público: concessão e permissão.

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será desenvolvida por meio da combinação de estratégias tradicionais e inovadoras, de modo a promover aprendizagem significativa, participação ativa e desenvolvimento de competências práticas essenciais ao estudo do Direito Administrativo.

### 1. Aulas Expositivas Dialogadas

- Apresentação estruturada dos conteúdos fundamentais, com uso de slides, mapas conceituais e quadros comparativos.
- Estímulo à interação por meio de perguntas orientadoras, resolução de dúvidas em tempo real e análise de jurisprudência recente.
- Exposição teórica sempre vinculada a casos concretos e a problematizações típicas de concursos jurídicos.

### 2. Gamificação

- Aplicação de jogos educacionais, como quiz jurídico, batalha de conceitos e desafios semanais, para fixação dos principais temas (princípios, atos, poderes, organização administrativa etc.).
- Utilização de plataformas digitais (Kahoot, Socrative ou similares) para dinamizar a aprendizagem e estimular engajamento.

### 3. Metodologias Ativas de Aprendizagem

- Estudos de Caso: análise de situações reais ou simuladas envolvendo licitações, atos administrativos, responsabilização e controle da Administração Pública.
- Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL): apresentação de problemas complexos que exigem pesquisa, debate e construção colaborativa de soluções.
- Debates orientados: abordagem de temas polêmicos (ex.: discricionariedade, poder de polícia, intervenção do Estado), com preparação prévia de argumentos.
- Role Play (Simulações): encenação de audiências públicas, processos administrativos, pareceres e tomadas de decisão sob a ótica da autoridade administrativa.
- Produção Colaborativa: elaboração em grupo de quadros sinóticos, fichamentos e mapas mentais para revisão dos conteúdos estudados.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Para assegurar aprendizagem ativa, compreensão teórica sólida e engajamento contínuo dos estudantes, serão utilizados os seguintes recursos:

### 1. Recursos Tradicionais

- Lousa e pincéis para esquemas, sínteses, fluxogramas e explicações em tempo real;
- Projetor multimídia / Datashow para apresentação de conteúdos visuais;

## 2. Recursos Digitais

- Plataformas de Gamificação (Kahoot, Quizizz, Socrative) para realização de quizzes, desafios e dinâmicas competitivas;
- Repositórios de Jurisprudência (TJPR, STF e STJ) para pesquisa e análise de casos concretos.
- Vídeos educativos (YouTube, canais jurídicos, documentários) para contextualização de temas complexos e discussão crítica.

## 3. Materiais de Apoio

- Textos doutrinários selecionados em PDF ou físicos.
- Casos práticos, pareceres e ementas para análises simuladas e debates.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação da disciplina podem compreender:

### • CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (1º ao 4º Bimestres)

Cada bimestre terá valor total de 10,0 (dez) pontos, distribuídos da seguinte forma

- 1. *Prova Escrita* – 8,0 pontos: Avaliação individual, contendo questões objetivas e discursivas, abrangendo o conteúdo ministrado no respectivo período.

- Serão avaliados:

- domínio do conteúdo e da legislação;
- capacidade de interpretação e aplicação dos institutos jurídicos;
- fundamentação adequada (legislação, doutrina e jurisprudência);
- clareza, coerência e utilização da linguagem técnico-jurídica.

- 2. *Trabalho Acadêmico* – 2,0 pontos

- Atividade definida conforme a proposta do bimestre, podendo consistir em resumo, seminário, relatório, estudo de caso, paper, resumo expandido ou atividade correlata.

- Serão avaliados:

- adequação ao tema proposto;
- consistência teórica;
- organização e clareza na exposição;
- capacidade crítica e reflexiva;
- cumprimento das orientações e dos prazos estabelecidos.

→ **Cálculo da nota bimestral:**

- **(Prova até 8,0 pontos) + (Trabalho até 2,0 pontos) = 10,0 pontos**

- *OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.*

- **Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares. A proficiência será avaliada através de provas, trabalhos individuais e trabalhos coletivos. (Mais informações: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>)**

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

FILHO, José dos Santos C. **Manual de Direito Administrativo** - 39ª Edição 2025. 39. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.xxvii. ISBN 9786559777082. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777082/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

FILHO, Marçal Justens. **Curso de Direito Administrativo** - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530996345. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996345/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. **Direito Administrativo** - 38ª Edição 2025. 38. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995935. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995935/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

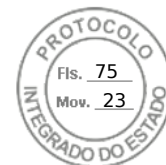
### COMPLEMENTAR

MACIEL, Igor M. **Manual de Direito Administrativo** - 2ª Edição 2025. 2. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.93. ISBN 9788553628483. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628483/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Administrativo** - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553624959. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624959/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. **Curso de Direito Administrativo** - 13ª Edição 2025. 13. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995850. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995850/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

prograd.unespar.edu.br



OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. **Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática - 14ª** Edição 2025. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.V. ISBN 9788530996116. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996116/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

### 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: \_\_\_\_\_

Mês: \_\_\_\_\_

Ano: \_\_\_\_\_

Ata Nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Docente

\_\_\_\_\_  
Coordenação do curso

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 001/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO*			
ANO LETIVO:	2026		
CAMPUS:	PARANAVAI		
CURSO:	DIREITO		
GRAU:	GRADUAÇÃO		
NOME DA DISCIPLINA:	DIREITO PENAL II – PARTE ESPECIAL		
SÉRIE/PERÍODO:	3ª		
TURMA:	A	TURNO:	MANHÃ
CARGA HOR. TOTAL:	120	TEÓRICA:	120 ACE: -
CARGA HOR. SEMANAL:	4		
CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:	-		
OFERTA DA DISCIPLINA:	OBRIGATÓRIA		
DOCENTE:	ANDRESSA PAULA DE ANDRADE		
TITULAÇÃO/ÁREA:	DOUTORADO		
CONTATO:	<a href="mailto:andressa.andrade@unespar.edu.br">andressa.andrade@unespar.edu.br</a>		
CURRÍCULO LATTES:	<a href="http://lattes.cnpq.br/2074619982156095">http://lattes.cnpq.br/2074619982156095</a>		

## 2. EMENTA

Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública.

## 3. OBJETIVOS

### Objetivo Geral:

Compreender e aplicar criticamente os tipos penais previstos na Parte Especial do Código Penal (arts. 121 a 359-T), desenvolvendo competências teóricas e práticas para interpretação e solução de casos penais.

### Objetivos Específicos:

- Identificar a estrutura e os elementos dos tipos penais estudados;
- Interpretar a legislação penal à luz da Constituição e da jurisprudência;
- Desenvolver habilidades para solução de casos concretos;

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)



- D) Aperfeiçoar a argumentação jurídica penal;
- E) Promover reflexão crítica sobre a função social do Direito Penal.

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 1º Bimestre

- a) Crimes contra a pessoa;
- b) Crimes contra a honra;
- c) Crimes contra a liberdade individual.

##### 2º Bimestre

- a) Crimes contra o patrimônio;
- b) Crimes contra a propriedade imaterial;
- c) Crimes contra a organização do trabalho;
- d) Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

##### 3º Bimestre

- a) Crimes contra a dignidade sexual;
- b) Crimes contra a família;
- c) Crimes contra a incolumidade pública;
- d) Crimes contra a paz pública.

##### 4º Bimestre

- a) Crimes contra a fé pública;
- b) Crimes contra a administração pública (crimes praticados por funcionário público e por particular contra a Administração);
- c) Crimes contra o Estado Democrático de Direito.

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

- a) Aulas expositivas e dialogadas para apresentação e discussão dos fundamentos teóricos e dogmáticos dos crimes previstos na Parte Especial do Código Penal.
- b) Utilização de metodologias ativas, como estudos de caso, análise de jurisprudência, resolução de questões e seminários temáticos sobre os tipos penais estudados.
- c) Aplicação de estratégias de gamificação e atividades colaborativas para estimular o engajamento discente e a fixação dos conteúdos penais.
- d) Utilização de recursos físicos, tecnológicos e digitais para apoio às atividades de ensino, incluindo plataformas virtuais, bancos de jurisprudência e ferramentas de pesquisa jurídica.

#### 6. RECURSOS DIDÁTICOS

prograd.unespar.edu.br

Para assegurar aprendizagem ativa, compreensão teórica sólida e engajamento contínuo dos estudantes, serão utilizados os seguintes recursos:

### 1. Recursos Tradicionais

- Lousa e pincéis para esquemas, sínteses, fluxogramas e explicações em tempo real;
- Projetor multimídia / Datashow para apresentação de conteúdos visuais;

### 2. Recursos Digitais

- Plataformas de Gamificação (Kahoot, Quizizz, Socrative) para realização de quizzes, desafios e dinâmicas competitivas;
- Repositórios de Jurisprudência (TJPR, STF e STJ) para pesquisa e análise de casos concretos.
- Vídeos educativos (YouTube, canais jurídicos, documentários) para contextualização de temas complexos e discussão crítica.

### 3. Materiais de Apoio

- Textos doutrinários selecionados em PDF ou físicos.
- Casos práticos, pareceres e ementas para análises simuladas e debates.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação da disciplina podem compreender:

### • CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (1º ao 4º Bimestres)

Cada bimestre terá valor total de 10,0 (dez) pontos, distribuídos da seguinte forma

- 1. *Prova Escrita* – 8,0 pontos: Avaliação individual, contendo questões objetivas e discursivas, abrangendo o conteúdo ministrado no respectivo período.

### • Serão avaliados:

- domínio do conteúdo e da legislação;
- capacidade de interpretação e aplicação dos institutos jurídicos;
- fundamentação adequada (legislação, doutrina e jurisprudência);
- clareza, coerência e utilização da linguagem técnico-jurídica.

- 2. *Trabalho Acadêmico* – 2,0 pontos

- Atividade definida conforme a proposta do bimestre, podendo consistir em resumo, seminário, relatório, estudo de caso, paper, resumo expandido ou atividade correlata.

### • Serão avaliados:

prograd.unespar.edu.br

- adequação ao tema proposto;
- consistência teórica;
- organização e clareza na exposição;
- capacidade crítica e reflexiva;
- cumprimento das orientações e dos prazos estabelecidos.

→ **Cálculo da nota bimestral:**

- **(Prova até 8,0 pontos) + (Trabalho até 2,0 pontos) = 10,0 pontos**

*OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.*

**Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares. A proficiência será avaliada através de provas, trabalhos individuais e trabalhos coletivos. (Mais informações: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>)**

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

- BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal - Parte Especial - Vol.2** - 25ª Edição 2025. 25. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627615. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627615/>. Acesso em: 02 fev. 2026.
- BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal - Parte Especial - Vol.3** - 21ª Edição 2025. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627561. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627561/>. Acesso em: 02 fev. 2026.
- BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal - Parte Especial - Volume 4** - 19ª edição 2025. 19. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627554. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627554/>. Acesso em: 02 fev. 2026.



BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal - Parte Especial - Volume 5 - 19ª Edição** 2025. 19. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627530. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627530/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

MASSON, Cleber. **Direito Penal - Parte Especial (arts. 121 a 212) - Vol. 2 - 18ª Edição** 2025. 18. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530996369. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996369/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

MASSON, Cleber. **Direito Penal - Parte Especial - (arts. 213 a 359-t) - Vol. 3 - 15ª Edição** 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995898. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995898/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

#### COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cezar R. **Direito Penal das Licitações - 2ª Edição** 2021. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book. p.6. ISBN 9786555597783. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597783/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

MENDES, Soraia da R. **Criminologia Feminista: Novos Paradigmas - Série IDP - 3ª Edição** 2024. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.IV. ISBN 9786555598858. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598858/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

NUCCI, Guilherme de S. **Código Penal Comentado - 25ª Edição 2025**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.583. ISBN 9788530995973. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995973/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

NUCCI, Guilherme de S. **Manual de Direito Penal - Volume Único - 21ª Edição 2025**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530996468. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996468/>. Acesso em: 02 fev. 2026.

#### 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: \_\_\_\_\_

Mês: \_\_\_\_\_

Ano: \_\_\_\_\_

Ata Nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Docente**

\_\_\_\_\_

**Coordenação do curso**

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 001/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

[prograd.unespar.edu.br](https://prograd.unespar.edu.br)



*\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.*

prograd.unespar.edu.br

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito/bacharelado				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	Direito Ambiental				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	4ª série				
<b>TURMA:</b>	Única	<b>TURNO:</b>	Matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	60h/a	<b>TEÓRICA:</b>	30	<b>PRÁTICA:</b>	30
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2 horas aula				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Anual/obrigatória				
<b>DOCENTE:</b>	Bruna de Oliveira Andrade				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Mestre em Direito				

### 2. EMENTA

Conceito, fontes e princípios. O Direito Ambiental brasileiro. Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Eco desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Legislação sobre a conservação, preservação e reparação do dano ecológico e respectivos instrumentos processuais. Difusão da consciência ecológica. Formas de controle da qualidade da água, do ar e do solo. Fatores ambientais. Ecossistemas. Poluição e conservação dos recursos naturais renováveis. Direito ambiental: utilização dos recursos naturais renováveis. Código florestal. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Acordos Internacionais firmados pelo Brasil. Ação extensionista junto à comunidade da região e às pessoas da comunidade interessadas no tema.

### 3. OBJETIVOS

**Geral:** Formar profissionais éticos, comprometidos com uma sociedade mais justa, com desenvolvimento intelectual autônomo e contínuo. Oferecer base técnica, humanística, ambiental e histórico-social para compreender e intervir na realidade nacional e regional, com métodos e técnicas para atuação jurídica competente.

**Específicos:** Ao final da disciplina os Acadêmicos deverão estar aptos a:

- Abordar a temática Meio Ambiente dentro do contexto nacional.
- Debater sobre as principais legislações sobre o tema. • Analisar os princípios inerentes ao Direito Ambiental Constitucional.
- Compreender temas envolvendo o licenciamento ambiental, competência e inovações legislativas.
- Analisar o impacto ambiental diante do mau uso do meio ambiente com foco na proteção jurídica da biodiversidade.
- A nível internacional, conhecer os principais tratados e acordos sobre o Meio Ambiente. • Desenvolver o raciocínio lógico e, sobretudo a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana perante as questões ambientais.

prograd.unespar.edu.br

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### UNIDADE 1:

- Constitucionalização do Meio Ambiente: Constituição Federal de 1988; O artigo 225: o Meio Ambiente como direito difuso.
- Meio Ambiente: Conceito jurídico dentro do Direito Ambiental.
- Conferência de Estocolmo de 1972; Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- Princípios e Características do Direito Ambiental: Princípio constitucionais; Carta do Rio de 1992.
- Competência: Análise constitucional; Principais órgãos e suas competências.
- Política Nacional do Meio Ambiente.
- Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- Atividade Extensionista.

##### UNIDADE 2:

- Lei de Crimes Ambientais.
- Responsabilização Cível e Administrativa.
- Atividade Extensionista

##### UNIDADE 3:

- Biodiversidade.
- Fauna.
- Flora e Florestas.
- Água.
- Solo.
- Atmosfera e Clima.
- Atividade Extensionista

##### UNIDADE 4:

- Tratados internacionais e compromissos internacionais.
- Agenda 21.
- Agenda 2030 e a Crise hídrica e Aquecimento global.
- Atividades Extensionistas

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas, com a participação do (a) acadêmico (a) na discussão e análise do exposto;
- Aulas práticas com resoluções de exercícios de concurso e exame de ordem,
- Apresentações e discussões em atividades realizadas;
- Estudo dirigido individual e em grupo;
- Trabalhos;
- Disponibilização de material de apoio tais como livros, apostilas e vídeos nos meios de comunicação a combinar com a turma.



**OBS:** Serão disponibilizadas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

- Bibliografia direcionada;
- Doutrinas e apostilas;
- Quadro e giz;
- *Data show*;
- *Plataformas Digitais (Google Classroom, whatsapp e e-mail)*;
- *Notebook e celular*.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação continuada se dará ao longo das aulas, onde os alunos serão avaliados de forma qualitativa observando o interesse, a participação, a assiduidade e a integração dos educandos no decorrer das aulas e na forma quantitativa por meio da resolução de atividades propostas (individuais ou em grupos) e por atividades exploratórias. Por fim, serão realizadas avaliações bimestrais.

A Composição das notas será:

- **Avaliação Bimestral:** 7,0 pontos.
- **Trabalhos Individuais ou em grupos:** 3,0 pontos.

OBS: No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível, com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

OBS: Para aprovação na disciplina, é exigido 75% de frequência.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

BATTAGLIN, Bettina Augusta Amorim Bulzico. **Direito ambiental**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito ambiental**. 6. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

### COMPLEMENTAR

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito ambiental**. 5. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2019. *E-book*.

RECH, Adir Ubaldo et al. (org.). **Direito ambiental e desenvolvimento sustentável**: artigos do IV Encontro nacional de pesquisadores. 1. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

RECH, Adir Ubaldo. **Direito ambiental e sociedade**. 1. ed. Porto Alegre: Educs, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 23  
 Mês: 02  
 Ano: 2026

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)



Ata Nº: 02/2026

\_\_\_\_\_  
Docente

\_\_\_\_\_  
Coordenação do curso

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito/bacharelado				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	Direito Civil I				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	1ª série				
<b>TURMA:</b>	Única	<b>TURNO:</b>	Matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	120h/a	<b>TEÓRICA:</b>	120	<b>PRÁTICA:</b>	
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	4 horas aula				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA</b>	Anual/obrigatória				
<b>DOCENTE</b>	Bruna de Oliveira Andrade				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Mestre em Direito				

### 2. EMENTA

Da vigência da Lei. Código Civil Brasileiro. O sujeito de direito. O objeto do Direito. As relações de Direito. Das pessoas físicas e jurídicas. Estado de personalidade natural. Do nome. Das pessoas jurídicas de direito público e privado. Do domínio civil. Dos bens. Das coisas fungíveis e infungíveis. Do bem de família. Dos atos e fatos jurídicos. Dos efeitos dos atos jurídicos. Do negócio jurídico. Do dolo, coação e simulação. Da fraude contra credores. Das nulidades e atos ilícitos. Da prescrição e decadência.

### 3. OBJETIVOS

**Geral:** Formar profissionais éticos, comprometidos com uma sociedade mais justa, com desenvolvimento intelectual autônomo e contínuo. Oferecer base técnica, humanística, ambiental e histórico-social para compreender e intervir na realidade nacional e regional, com métodos e técnicas para atuação jurídica competente.

**Específicos:** Ao final da disciplina os Acadêmicos deverão estar aptos a:

- Analisar os princípios e fundamentos do direito civil.
- Conhecer as categorias jurídicas necessárias à estruturação dos negócios jurídicos e dos atos ilícitos.
- Identificar os planos do negócio jurídico e apresentar solução legal aos seus vícios.
- Identificar a responsabilidade civil extranegocial, apontando as soluções jurídicas.
- Analisar os efeitos do tempo sobre o não exercício dos direitos. • Conhecer os meios de prova admitidos em Direito.

prograd.unespar.edu.br

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### UNIDADE 1

- Histórico, conceitos e fontes.
- Pessoa natural
- Direitos da personalidade, direitos humanos, liberdade sexual e religiosa.
- Pessoas Jurídicas
- Do Domicílio

##### UNIDADE 2

- Dos Bens
- Classificação.

##### UNIDADE 3

- Conceito e classificação dos fatos jurídicos.
- Aquisição, defesa e perecimento dos direitos.
- Negócios jurídicos.
- Vícios dos negócios jurídicos e seus efeitos.

##### UNIDADE 4

- Invalidez.
- Ato ilícito.
- Prescrição.
- Decadência.
- Provas.

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas, com a participação do (a) acadêmico (a) na discussão e análise do exposto;
- Aulas práticas com resoluções de exercícios de concurso e exame de ordem,
- Apresentações e discussões em atividades realizadas;
- Estudo dirigido individual e em grupo;
- Trabalhos;
- Disponibilização de material de apoio tais como livros, apostilas e vídeos nos meios de comunicação a combinar com a turma.

**OBS:** Serão disponibilizadas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes

#### 6. RECURSOS DIDÁTICOS

- Bibliografia direcionada;
- Doutrinas e apostilas;
- Quadro e giz;
- *Data show*;
- *Plataformas Digitais (Google Classroom, whatsapp e e-mail)*;
- *Notebook e celular*.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação continuada se dará ao longo das aulas, onde os alunos serão avaliados de forma qualitativa observando o interesse, a participação, a assiduidade e a integração dos educandos no decorrer das aulas e na forma quantitativa por meio da resolução de atividades propostas (individuais ou em grupos) e por atividades exploratórias. Por fim, serão realizadas avaliações bimestrais.

A Composição das notas será:

- **Avaliação Bimestral:** 7,0 pontos.
- **Trabalhos Individuais ou em grupos:** 3,0 pontos.

OBS: No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível, com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

OBS: Para aprovação na disciplina, é exigido 75% de frequência.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro** - Vol.1 - 43ª Edição 2026. Editora: SaraivaJur. 496p.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro** - Parte Geral - Vol. 1 - 24ª Edição 2026. Editora: SaraivaJur. 440p.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil - Parte Geral** - Vol. 1 - 26ª Edição 2026. Editora: Atlas. 568p.

### COMPLEMENTAR

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil - Parte Geral** 8ª edição. 8. ed. [S.I.]: Processo, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

ZAMPIER, Bruno. **Direito Civil - Parte geral - completo**. Cotia: Foco, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 23  
 Mês: 02  
 Ano: 2026  
 Ata Nº: 02/2026

\_\_\_\_\_  
**Docente**

\_\_\_\_\_  
**Coordenação do curso**



**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item “IDENTIFICAÇÃO” é preenchido automaticamente pelo sistema.**

prograd.unespar.edu.br

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito/bacharelado				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	Processos nos Juizados Especiais				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	3ª série				
<b>TURMA:</b>	Única	<b>TURNO:</b>	Matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	60h/a	<b>TEÓRICA:</b>	60	<b>PRÁTICA:</b>	
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2 horas aula				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Anual/optativa				
<b>DOCENTE:</b>	Bruna de Oliveira Andrade				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Mestre em Direito				

### 2. EMENTA

O processo nos juizados especiais cíveis e criminais, na justiça estadual e federal. Competência. Das partes. Do Procedimento. Da conciliação, juízo arbitral, instrução e julgamento. Recurso. Execução. Cumprimento de sentença. Defesa do réu.

### 3. OBJETIVOS

**Geral:** Formar profissionais éticos, comprometidos com uma sociedade mais justa, com desenvolvimento intelectual autônomo e contínuo. Oferecer base técnica, humanística, ambiental e histórico-social para compreender e intervir na realidade nacional e regional, com métodos e técnicas para atuação jurídica competente.

**Específicos:** Ao final da disciplina os Acadêmicos deverão estar aptos a:

- Analisar os princípios e fundamentos dos Juizados Especiais.
- Conhecer as categorias jurídicas necessárias à estruturação dos Juizados Especiais.
- Desenvolver o raciocínio lógico e, sobretudo prático pertinente aos Juizados Especiais.

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### UNIDADE 1

- Da criação dos juizados especiais (Cível e Criminal, Fazenda Pública e Juizado Especial Federal).

prograd.unespar.edu.br

- Princípios; competência; características; citação e intimação.
- Divisão dos juizados especiais na esfera estadual e federal.

## UNIDADE 2

- Dos Juizados Cíveis e seus procedimentos

## UNIDADE 3

- Dos Juizados Criminais e seus procedimentos

## UNIDADE 4

- Do Juizados Especial da Fazenda Pública e seus procedimentos

### 1. METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas, com a participação do (a) acadêmico (a) na discussão e análise do exposto;
- Aulas práticas com resoluções de exercícios de concurso e exame de ordem,
- Apresentações e discussões em atividades realizadas;
- Estudo dirigido individual e em grupo;
- Trabalhos;
- Disponibilização de material de apoio tais como livros, apostilas e vídeos nos meios de comunicação a combinar com a turma.

**OBS:** Serão disponibilizadas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes

### 2. RECURSOS DIDÁTICOS

- Bibliografia direcionada;
- Doutrinas e apostilas;
- Quadro e giz;
- *Data show*;
- *Plataformas Digitais (Google Classroom, whatsapp e e-mail)*;
- *Notebook e celular*.

### 3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação continuada se dará ao longo das aulas, onde os alunos serão avaliados de forma qualitativa observando o interesse, a participação, a assiduidade e a integração dos educandos no decorrer das aulas e na forma quantitativa por meio da resolução de atividades propostas (individuais ou em grupos) e por atividades exploratórias. Por fim, serão realizadas avaliações bimestrais.

A Composição das notas será:

- **Avaliação Bimestral:** 7,0 pontos.
- **Trabalhos Individuais ou em grupos:** 3,0 pontos.



OBS: No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível, com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

OBS: Para a provação na disciplina, é exigido 75% de frequência.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

##### BÁSICA

COELHO, Mariana Pena Rodrigues; COELHO, Orly Kibrit. **Lei dos Juizados especiais cíveis e criminais**. São Paulo: Rodeel, 2022.

CHINI, Alexandre e outros. **Juizados especiais cíveis e criminais**. Salvador. Editora: JusPodvm. 2018.

ROCHA, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais: teoria e prática**. 10ed. São Paulo; Atlas, 2019.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil: procedimentos especiais e juizados especiais**. 16. Ed. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais. 2018.

##### COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio (colaborador); MOSSOLIN, Lourdes Helena. **Lei dos juizados especiais cíveis e criminais**. Jurídica brasileira. 1995;

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais e da Fazenda Pública**, 6ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais**, 12ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Juizados especiais da fazenda pública: comentários à Lei nº 12.153, de dezembro de 2009**. 1 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010;

FRIGINI, Ronaldo (Colaborador); MIZUNO, Roberto Carlos. **Comentários à lei dos juizados especiais cíveis**. Editora de Direito. 2000;

TOURINHO NETO, Fernando da Costa; FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais. Comentários à Lei n.º 10.259, de 10-07-01**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002;

#### 5. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 23  
 Mês: 02  
 Ano: 2026  
 Ata Nº: 02/2026

\_\_\_\_\_

Docente

\_\_\_\_\_

Coordenação do curso

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.**



*\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item “IDENTIFICAÇÃO” é preenchido automaticamente pelo sistema.*

prograd.unespar.edu.br

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO

<b>ANO LETIVO:</b>	2026		
<b>CAMPUS:</b>	PARANAÍ		
<b>CURSO:</b>	DIREITO		
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO		
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I.		
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	2ª SÉRIE		
<b>TURMA:</b>	A	<b>TURNO:</b>	MATUTINO
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	120	<b>TEÓRICA:</b>	120
		<b>PRÁTICA:</b>	0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	4		
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL</b>			
<b>OFERTA DA DISCIPLINA</b>			
<b>DOCENTE</b>	Charles Kendi Sato		
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Doutor/Educação		
<b>TEMPO DE TRABALHO NA IES:</b>	1		

### 2. EMENTA

Evolução Histórica e conceito. Conceito e especificações do Direito Processual. Principais ramos do Direito Processual. Institutos fundamentais do Direito Processual: jurisdição, ação e processo. Princípios constitucionais do processo. Tendências contemporâneas em Direito Processual: constitucionalização, internacionalização e alternativas à jurisdição estatal. Das partes e dos procuradores. Do Ministério Público. Dos órgãos auxiliares e Dos Auxiliares da justiça. Dos atos processuais. Da formação, da suspensão e da extinção do Processo.

### 3. OBJETIVOS

Objetivo Geral: Compreender o Direito Processual Civil por meio de seus conceitos gerais, dos valores constitucionais e institutos fundamentais, desenvolvendo capacidade profissional para uma atuação ética e humanística, conhecendo o papel dos sujeitos processuais e a instrumentalidade do processo para concretização de direitos e exercício da cidadania. Objetivos específicos: Compreender o modelo do processo a partir dos princípios constitucionais; Compreender os institutos da ação, jurisdição e processo; Identificar as regras de competência; Reconhecer o papel, direitos e deveres dos sujeitos processuais; Compreender os atos processuais e suas formas; Compreender a formação, suspensão e extinção do processo.

prograd.unespar.edu.br

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao Direito Processual Civil: Evolução histórica; Conceito e especificações do Direito Processual; Principais Ramos do Direito Processual; Tendências Contemporâneas em Direito Processual (constitucionalização, internacionalização e alternativas à jurisdição estatal)
2. Jurisdição: Conceito; Equivalentes Jurisdicionais; Escopos da Jurisdição; Características Principais; Princípios da Jurisdição; Espécies de Jurisdição; Jurisdição Voluntária; Tutela Jurisdicional.
3. Ação: Teorias da Ação; Condições da Ação; Elementos da Ação; causa de pedir.
4. Processo: Introdução; Procedimento; Relação Jurídica Processual; Princípios Processuais; Princípios Constitucionais do Processo.
5. Competência: Introdução; Competência Relativa e Absoluta; Critérios para Fixação da Competência; Limites da Jurisdição Nacional; Espécies de Competência; Competência da Justiça Federal; Prorrogação de Competência; Prevenção; Princípio da perpetuo jurisdictionis; Competência Adequada.
6. Cooperação Judiciária Nacional – Honorários Advocatícios – Gratuidade de Justiça
7. Litisconsórcio: Conceito; Hipóteses; Classificação; Limitação do litisconsórcio facultativo; Litisconsórcio necessário e unitário.
8. Intervenção de Terceiros: Intervenções típicas e atípicas; Assistência; Denúnciação da Lide; Chamamento ao Processo; Incidente de desconsideração da Personalidade Jurídica; Amicus Curiae.
9. Negócio Jurídico Processual.
10. Atos Processuais: Introdução; Prática Eletrônica de Atos Processuais; Dos atos das partes; Dos Procuradores e do Juiz; Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria; Do tempo dos atos processuais; Do Lugar da prática dos atos processuais; Dos Prazos; Da Comunicação dos atos processuais; Vícios dos Atos Processuais.
11. Das partes e dos procuradores – Do Ministério Público – Dos Órgãos Auxiliares e Dos Auxiliares da Justiça.

## 12. Formação, Suspensão e Extinção do Processo.

No caso de estudantes do público da educação especial (PEE), que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros), devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Poderá se dar por meio de aulas expositivas-dialogadas; resolução de problemas; estudo de casos; leitura, interpretação e análise crítica de textos e de livros; estudos com pesquisa; análise de vídeos e livros; construção de textos; trabalhos individuais ou em grupo; seminários.

### 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro, giz e multimídia.

### 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O rendimento escolar é avaliado continuamente pelos resultados obtidos por meio de 04 (quatro) provas oficiais bimestrais, presenciais e escritas, valendo de 0 (zero) a 8 (oito), realizadas durante o ano letivo, e, sendo necessário prestará o exame final na disciplina.

A média de cada bimestre será composta, além das provas oficiais bimestrais, por outras atividades avaliativas: debates, trabalhos individuais ou em grupo, seminários, resumos científicos, estudo de casos e relatórios, dentre outros, que terão valor de 2 pontos.

Para aprovação na disciplina é necessário atingir a média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima nas aulas e atividades de 75% (setenta e cinco por cento).

Prestará exame final na disciplina quem obtiver média igual ou superior a quatro vírgula zero (4,0) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), devendo atingir a média aritmética, entre a nota do exame e a média das notas bimestrais, de seis vírgula zero (6,0).

No caso de estudantes do público da educação especial, estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

- ALVIM, J. E. Carreira. **Teoria geral do processo**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil**. 15. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 65. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024, v.1.

### COMPLEMENTAR

- BERMUDES, Sergio. **Introdução ao processo civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de processo civil**. 3. ed. Barueri (SP): Atlas, 2024.
- DIDIER JR, Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil**. 22. ed. Salvador: JusPodvim, 2020, v. 1.
- DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil: volume único**. 26. ed. Barueri (SP): Atlas, 2023.
- FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
- LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- NERY JUNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado**. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.
- PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de direito processual civil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Teoria geral do processo**. 7. ed. Barueri (SP): Atlas, 2023.
- SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.



THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Código de processo civil anotado**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 23  
Mês: 02  
Ano: 2026  
Ata Nº: 2

\_\_\_\_\_  
Docente

\_\_\_\_\_  
Coordenação do curso

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO			
ANO LETIVO:	2026		
CAMPUS:	PARANAVAÍ		
CURSO:	DIREITO		
GRAU:	GRADUAÇÃO		
NOME DA DISCIPLINA:	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III		
SÉRIE/PERÍODO:	4ª SÉRIE		
TURMA:	A	TURNO:	MATUTINO
CARGA HOR. TOTAL:	60	TEÓRICA:	60
		PRÁTICA:	0
CARGA HOR. SEMANAL:	2		
CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL			
OFERTA DA DISCIPLINA			
DOCENTE	CHARLES KENDI SATO		
TITULAÇÃO/ÁREA:	DOUTOR/EDUCAÇÃO		
TEMPO DE TRABALHO NA IES:	1		

### 2. EMENTA

Da liquidação de sentença. Do cumprimento da sentença. Do processo de execução. Embargos.

### 3. OBJETIVOS

Objetivo geral: Proporcionar ao aluno a compreensão teórica e prática dos mecanismos de satisfação do direito reconhecido judicialmente ou constate em título extrajudicial, com o objetivo de capacitar o estudante a dominar as técnicas de execução, compreendendo a transição da fase de conhecimento para a satisfação do crédito, garantindo o equilíbrio entre a efetividade processual e o princípio da menor onerosidade ao devedor. Objetivos Específicos: Para que o objetivo geral seja alcançado, o aluno deverá ser capaz de compreender a liquidação da sentença, identificando as situações em que a condenação é genérica e dominar as modalidades de liquidação (por arbitramento e pelo procedimento comum) para determinar o *quantum debeatur*. Diferenciar o cumprimento de sentença e o processo de execução, distinguindo a execução de títulos judiciais (fase subsequente ao processo de conhecimento) da execução de

prograd.unespar.edu.br

títulos extrajudiciais (processo autônomo), aplicando as regras de competência e legitimidade de cada um. Operacionalizar os Atos Executivos, entendendo a dinâmica da penhora, avaliação, expropriação de bens e as medidas coercitivas, sub-rogatórias e indutivas à disposição do magistrado. Dominar os meios de defesa, diferenciando e aplicando tecnicamente a impugnação ao cumprimento de sentença e os embargos à execução, bem como compreender a exceção de pré-executividade. E por fim, analisar incidentes e suspensão/extinção, identificando as causas que interrompem ou encerram o fluxo executivo, garantindo a segurança jurídica das partes envolvidas.

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 – Introdução à Tutela Executiva: generalidades, procedimentos, classificações, princípios e requisitos gerais da execução;
- 2 – Liquidação de Sentença: Generalidades, competência, legitimidade, espécies de liquidação, defesa na liquidação e liquidação provisória.
- 3 – Cumprimento de Sentença. Generalidades, Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos, cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer e cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.
- 4 – Normas gerais sobre Processo de Execução.
- 5 – Diversas Espécies de Execução. Disposições gerais. Execução para entrega de coisa, execução das obrigações de fazer e não fazer, execução por quantia certa, execução de alimentos e execução contra a Fazenda Pública.
- 6 – Defesas no Procedimento Executivo. Generalidades, Impugnação ao cumprimento de sentença e Embargos à Execução.
- 7 – Suspensão e extinção da execução.

No caso de estudantes do público da educação especial (PEE), que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros), devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Poderá se dar por meio de aulas expositivas-dialogadas; resolução de problemas; estudos de casos; leitura, interpretação e análise crítica de textos e de livros; estudos com pesquisa, análise de vídeos e livros; construção de textos; trabalhos individuais ou em grupo; seminários.

#### 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro, giz e multimídia.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O rendimento escolar é avaliado continuamente pelos resultados obtidos por meio de 04 (quatro) provas oficiais bimestrais, presenciais e escritas, valendo de 0 (zero) a 8 (oito), realizadas durante o ano letivo, e, sendo necessário prestará o exame final na disciplina.

A média de cada bimestre será composta, além das provas oficiais bimestrais, por outras atividades avaliativas: debates, trabalhos individuais ou em grupo, seminários, resumos científicos, estudo de casos e relatórios, dentre outros, que terão valor de 2 pontos.

Para aprovação na disciplina é necessário atingir a média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima nas aulas e atividades de 75% (setenta e cinco por cento).

Prestará exame final na disciplina quem obtiver média igual ou superior a quatro vírgula zero (4,0) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), devendo atingir a média aritmética, entre a nota do exame e a média das notas bimestrais, de seis vírgula zero (6,0).

No caso de estudantes do público da educação especial, estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil**. 15. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 65. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018, v.III.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil**. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, v.3.

## COMPLEMENTAR

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de processo civil**. 3. ed. Barueri (SP): Atlas, 2024.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil**: volume único. 26. ed. Barueri (SP): Atlas, 2023.

FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

NERY JUNIOR, Nelson. **Código de processo civil comentado**. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de direito processual civil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Código de processo civil anotado**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia:	<u>23</u>
Mês:	<u>02</u>
Ano:	<u>2026</u>
Ata Nº:	<u>2</u>

\_\_\_\_\_  
Docente

\_\_\_\_\_  
Coordenação do curso

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

ANO LETIVO:	2026		
CAMPUS:	Paranavaí		
CURSO:	Direito		
GRAU:	Bacharelado		
NOME DA DISCIPLINA:	Língua Portuguesa		
SÉRIE/PERÍODO:	1º ano		
TURMA:	Única	TURNO:	Matutino
CARGA HORÁRIA TOTAL:	72h		
CARGA HORÁRIA TEÓRICA:	72h		
CARGA HORÁRIA PRÁTICA:			
CARGA HORÁRIA EAD:			
CARGA HORÁRIA EXTENSÃO:			
CARGA HORÁRIA SEMANAL:	02h/a		
OFERTA DA DISCIPLINA:	( x ) ANUAL ( ) SEMESTRAL		
DOCENTE	Daiane Karla Correia Jodar		
TITULAÇÃO/ÁREA:	Doutora		

### 2. EMENTA

Língua Portuguesa aplicada ao ensino jurídico. Leitura e Produção de textos. Comunicação e Linguagem. O sentido das palavras. Ortografia e Acentuação. A organização da frase. Texto e Textualidade: coesão e coerência textual. Tipologia textual e gêneros textuais. O parágrafo dissertativo. O texto argumentativo. Aspectos relativos à significação dos enunciados.

### 3. OBJETIVOS

Discutir a língua em sua diversidade; proceder à leitura crítica e interpretativa de textos; ampliar o contato do aluno com os processos de leitura, visando a capacitá-lo a analisar variadas estruturas textuais. Dar ao acadêmico oportunidade de refletir sobre a linguagem, analisar textos e produzi-los com clareza, concisão, objetividade e coerência, além de obedecer às normas cultas da Língua Portuguesa.

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Leitura e interpretação textual.
- Noções práticas de ortografia/nova ortografia e acentuação (crase).
- Regência (nominal/verbal).
- Concordância (nominal/verbal).

- Pronomes de tratamento.
- Linguagem jurídica: conceito e características.
- Teoria da comunicação jurídica.
- Estratégias de leitura.
- Inferência.
- Conhecimento prévio.
- Criação de hipóteses.
- Intertextualidade.
- Pressupostos e subentendidos.
- Estudo das palavras: o sentido na linguagem jurídica.
- Gêneros discursivos do ambiente jurídico.
- Paragrafação Jurídica (estrutura do parágrafo).
- Expedientes da argumentação.
- Falácias.
- A dissertação argumentativa e expositiva.
- Petição inicial.
- Procuração.
- Requerimento.

No caso de estudantes do público da educação especial (PEE), que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros), devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

A ação pedagógica se efetuará por meio da interação, em processo dialógico, envolvendo professor/acadêmico, acadêmico/texto e acadêmico/acadêmico. O programa de ensino será desenvolvido com base em: aulas teóricas e práticas; ênfase na leitura e produção textual (escrita e falada); pesquisa e atividades individuais e/ou em dupla e estudo dirigido.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

- ✓ Projetor multimídia.
- ✓ Quadro e giz.
- ✓ Material fotocopiado/digital.
- ✓ Recursos audiovisuais (tablet, celular, computador, notebook, plataformas)
- ✓ Referencial bibliográfico atualizado.

prograd.unespar.edu.br

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação faz parte da atividade acadêmica, e assim, há necessidade ser vista como um componente importante para o processo formativo do discente. Vários são os critérios de avaliação que poderão ser utilizados nesta disciplina. Caberá ao professor, em acordo com os alunos, eleger os critérios e instrumentos aplicados de forma individual e/ou em grupo, que melhor atenderão as necessidades para cada etapa (bimestre) da disciplina. Toda avaliação será agendada previamente, assim, os acadêmicos terão tempo para se prepararem com relação aos conteúdos ministrados e leituras direcionadas.

- ✓ **Apresentação sobre o conteúdo (25):** Os acadêmicos, após a realização de leituras direcionadas deverão realizar uma concisa apresentação sobre o conteúdo ministrado em sala. Para essa avaliação serão propostos alguns instrumentos como: Mapa conceitual, seminários, estudo dirigido, explanação oral/ escrita. Apresentação escrita referente aos gêneros solicitados no decorrer do bimestre. Esta avaliação será agendada com antecedência, com base nos textos teóricos estudados anteriormente e também nas orientações da professora.
- ✓ **Discussão sobre o conteúdo (25):** o acadêmico deverá participar atentamente das aulas de modo a ampliar/questionar o conhecimento sobre os conteúdos anteriormente ministrados. Os instrumentos de avaliação utilizados poderão ser: Debate, discussão em grupo, relatos orais entre outros.
- ✓ **Avaliação escrita (50):** Esta avaliação será individual, agendada com antecedência, com base nos textos teóricos estudados anteriormente. Os instrumentos utilizados nesta avaliação deverão, sempre que possível, estarem associados à prática de produção de texto (gêneros textuais), questionários analíticos/discursivos, avaliação criativa (com ou sem consulta de fontes)

Não serão corrigidas e nem acatados pedidos de revisão de avaliações redigidas a lápis. As atividades avaliativas entregues após o prazo serão recebidos até a próxima aula/semana valendo 50% da nota. A professora reserva-se ao direito de alterar o conteúdo/tema de atividades avaliativas não entregues na data.

No caso de ausência no dia da avaliação, (avaliação escrita, apresentações e/ou discussões) o acadêmico deverá protocolar requerimento no SIGES-alunos no prazo de até 72 horas para a realização de avaliação substitutiva, mediante justificativa legal, sendo necessário posteriormente o agendamento com a professora. O exame final será composto de todos os conteúdos estudados durante o ano letivo, sendo realizado na forma de atividade escrita com valor de 0 a 100.

No caso de estudantes do público da educação especial, estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem.

Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento

Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

ABAURRE, Maria Luiza; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. São Paulo: Moderna, 2008.

FAVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. 11.ed. São Paulo: Ática, 1993.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KOCH, Ingedore G. Vilaça. Argumentação e Linguagem. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Dileta Silveira Zilberknop & SCLIAR, Lúbia. Português Instrumental. Ed. Atlas, 2017.

### COMPLEMENTAR

ABREU, Antonio Suárez. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. Cotia. Ateliê Editorial, 2009.

BECHARA, B. Gramática escolar da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA. Nova gramática do português contemporâneo. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de português jurídico. São Paulo: Atlas, 2010. 291 p.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 20. ed. Rio de Janeiro: FGV- Fundação Getúlio Vargas, 2001

HENRIQUES, Antônio. Prática na Linguagem Jurídica. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. São Paulo: Editora Scipione, 2010.

INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. 6. ed. São Paulo: Scipione, 1999.

MEDEIROS, João Bosco, TOMASI, Carolina. Português Forense: Língua Portuguesa para Curso de Direito. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SABBAG, Eduardo. Português Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2012.

Poderão acrescentadas referências ao longo do ano.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia:	09
Mês:	12
Ano:	2025
Ata Nº:	02



Docente

Coordenação do curso

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 001/2024-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito/bacharelado				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	Direito Civil II				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	2ª série				
<b>TURMA:</b>	única	<b>TURNO:</b>	Matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	120h/a	<b>TEÓRICA:</b>	136	<b>PRÁTICA:</b>	0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	4 horas aula				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Anual/obrigatória				
<b>DOCENTE:</b>	Débora Alécio				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Doutora em Direito				

### 2. EMENTA

Das obrigações. Evolução histórica, conceito, fontes e classificação. Obrigações de dar coisa incerta. Obrigações pecuniárias. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações solidárias. Extinção da solidariedade. Obrigações alternativas. Obrigações principais e acessórias. Adimplemento e inadimplemento. Cláusula penal; Boa-fé objetiva e descumprimento de obrigações acessórias. Transação; novação, compensação, remissão de dívida, cessão. Consequências da inexecução das obrigações. Caso fortuito e força maior. Responsabilidade civil.

### 3. OBJETIVOS

#### Objetivo geral:

Propiciar ao Acadêmico a aquisição de conhecimentos sobre Direito das Obrigações, da Responsabilidade Civil e sua aplicabilidade dentro do contexto jurídico-fático.

#### Objetivos específicos:

- Compreender e aplicar os princípios estruturantes do Direito Civil nas Obrigações, especialmente à luz da constitucionalização do Direito Privado;
- Identificar o sentido, conteúdo e classificação das diversas modalidades de obrigações, analisando seus elementos constitutivos, efeitos jurídicos e transmissibilidade;

prograd.unespar.edu.br

- Analisar os modos de extinção das obrigações, distinguindo suas hipóteses legais e respectivas consequências jurídicas;
- Examinar as hipóteses de inadimplemento obrigacional, reconhecendo suas espécies e efeitos jurídicos;
- Compreender os fundamentos, pressupostos e funções da responsabilidade civil, distinguindo suas modalidades e identificando sua finalidade reparatória e preventiva;
- Desenvolver a capacidade de interpretação crítica e aplicação prática dos institutos obrigacionais e da responsabilidade civil na resolução de casos concretos.

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 1º BIMESTRE

- Introdução ao direito das obrigações
- Conceito, natureza e conteúdo.
- Elementos e Fontes.
- Classificação das Obrigações
- Modalidades das obrigações
- Das obrigações de dar coisa certa e incerta
- Das obrigações de fazer e não fazer
- Obrigações alternativas
- Obrigações divisíveis e indivisíveis

##### 2º BIMESTRE

- Obrigações solidárias
- Solidariedade ativa
- Solidariedade passiva
- Transmissão das obrigações
- Cessão de crédito
- Assunção de dívida
- Adimplemento da obrigação
- Quem deve pagar
- A quem pagar
- Do objeto do pagamento e sua prova
- Do lugar e tempo do pagamento

##### 3º BIMESTRE

- Pagamento em consignação
- Sub-rogação, imputação do pagamento, novação
- Dação em pagamento, Compensação
- Remissão de dívida, confusão
- Noções iniciais sobre o inadimplemento da obrigação
- Da mora

prograd.unespar.edu.br

- Das perdas e danos
- Dos juros legais
- Da cláusula penal
- Das arras

#### 4º BIMESTRE

- Conceito de responsabilidade civil
- Classificação da responsabilidade civil: Contratual e Extracontratual.
- Ato ilícito e abuso de direito
- Pressupostos para o dever de indenizar
- Espécies de dano
- Nexo de causalidade e excludentes de responsabilidade
- Responsabilidade civil por ato próprio
- Responsabilidade civil por Fato de terceiro
- Responsabilidade civil por fato da coisa
- Responsabilidade civil profissional
- Responsabilidade civil e penal
- Da indenização

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas, com a participação do (a) acadêmico (a) na discussão e análise do exposto;
- Aulas práticas com resoluções de exercícios de exame de ordem,
- Apresentações e discussões em atividades realizadas;
- Estudo dirigido individual e em grupo;
- Trabalhos;
- Disponibilização de material de apoio tais como livros, apostilas via *Google Classroom*;

#### 6. RECURSOS DIDÁTICOS

- Bibliografia direcionada;
- Doutrinas e apostilas;
- Quadro e giz;
- *Data show*;
- *Plataformas Digitais (Google Classroom, whatsapp e e-mail)*;
- *Notebook e celular*;

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação se dará ao longo das aulas, onde os alunos serão avaliados de forma qualitativa observando o interesse, a participação, a assiduidade e a integração dos educandos no decorrer das aulas e na forma quantitativa por meio da resolução de atividades propostas (individuais ou em grupos) e por atividades exploratórias. Por fim, serão realizadas avaliações bimestrais. A Composição das notas será:

- Avaliação Bimestral: mínimo 6,0 e máximo 7,0 pontos
- Trabalhos Individuais ou em grupos: mínimo 3,0 e máximo 4,0 pontos.

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. Como as alterações de formato e tempo de aplicação da prova

## 8. BIBLIOGRAFIA – aguardar biblioteca virtual

### BÁSICA

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm).

### COMPLEMENTAR

FIGUEIREDO, Luciano Figueiredo e Roberto. **Manual de Direito Civil** - Volume Único. 6. ed. Salvador-BA: Juspodivm, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

FIUZA, César Augusto de Castro. **Curso de Direito Civil**. 24. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Direito civil: parte geral e obrigações**. 3. ed. São Paulo, SP: Juspodivm, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

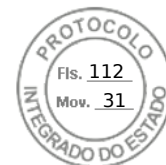
GARCIA, Wander Carvalho Dompieri; RODRIGUES, Gabriela. **Manual Completo de Direito Civil**. 6. ed. Cotia: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil – Obrigações**. 7ª edição. 7. ed. [S.l.]: Processo, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Responsabilidade civil**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

Enunciados e súmulas

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)



## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 05  
Mês: 02  
Ano: 2026  
Ata N°: 01/2026

\_\_\_\_\_  
Docente

\_\_\_\_\_  
Coordenação do curso

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO*					
<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito/bacharelado				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	<b>TÓPICOS ESPECIAIS DO DIREITO DO ESTADO</b>				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	Disciplina optativa				
<b>TURMAS:</b>			<b>TURNO:</b>	Matutino	
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	68 horas aula	<b>TEÓRICA:</b>	68 horas aulas	<b>PRÁTICA:</b>	0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2 horas aula				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Optativa				
<b>DOCENTE:</b>	Débora Alécio				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Doutora em Direito				

## 2. EMENTA

Temas atuais da área jurídica ou relacionados a ela, a serem escolhidos pelo Colegiado de Curso, conforme demanda do Curso ou do perfil profissional dos alunos.

## 3. OBJETIVOS

### Objetivo geral:

Compreender o papel institucional da Ordem dos Advogados do Brasil no âmbito do Estado Democrático de Direito, analisando sua natureza jurídica, suas funções constitucionais e a centralidade da ética profissional na administração da justiça.

### Objetivos específicos:

- Analisar a advocacia como função essencial à justiça e ao Estado.
- Examinar a natureza institucional da OAB e suas atribuições públicas no sistema de justiça.
- Compreender o regime ético-disciplinar da advocacia como instrumento de garantia da legitimidade jurisdicional.
- Relacionar ética profissional, responsabilidade institucional e efetividade dos direitos fundamentais.
- Desenvolver postura crítica acerca do papel da advocacia na consolidação do Estado Democrático de Direito.

prograd.unespar.edu.br

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 1 BIMESTRE

ESTATUTO DA ADVOCACIA  
ATIVIDADE DA ADVOCACIA  
DIVULGAÇÃO DA ATIVIDADE DA ADVOCACIA  
FUNÇÃO SOCIAL  
ADVOCACIA PUBLICA  
PODERES E RENUNCIA  
DIREITOS DO ADVOGADO

##### 2 BIMESTRE

INSCRIÇÃO NA OAB  
CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO  
LICENCIAMENTO E SUSPENSÃO  
DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO ADVOGADO  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS E ADVOGADO EMPREGADO  
INCOMPATIBILIDADE E IMPEDIMENTOS

##### 3 BIMESTRE

DA ÉTICA DO ADVOGADO  
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES

##### 4 BIMESTRE

O PAPEL DA OAB NO ESTADO BRASILEIRO  
NATUREZA JURÍDICA DA OAB  
IMUNIDADE TRIBUTÁRIA  
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS  
CARGOS DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS DA OAB  
ELEIÇÕES E MANDATOS  
REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE  
PROCESSO DISCIPLINAR

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

- ✓ Aulas expositivas e dialogadas, com a participação do (a) acadêmico (a) na discussão e análise do exposto;
- ✓ Aulas práticas resoluções de exercícios,
- ✓ Apresentações e discussões em atividades realizadas;
- ✓ Estudo dirigido individual e em grupo;
- ✓ Trabalhos;
- ✓ Disponibilização de material de apoio tais como apostilas e vídeos via *Google Classroom*;

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

- Bibliografia direcionada;
- Doutrinas e apostilas;
- Quadro e giz;
- *Data show*;
- *Notebook e celular*;

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação se dará ao longo das aulas, onde os alunos serão avaliados de forma qualitativa observando o interesse, a participação, a assiduidade e a integração dos educandos no decorrer das aulas e na forma quantitativa por meio da resolução de atividades propostas (individuais ou em grupos) e por atividades exploratórias. Por fim, serão realizadas avaliações bimestrais. A Composição das notas será:

- Avaliação Bimestral: mínimo 6,0 e máximo 7,0 pontos
- Trabalhos Individuais ou em grupos: mínimo 3,0 e máximo 4,0 pontos.

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. Como as alterações de formato e tempo de aplicação da prova

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

BARREIROS, Maria Christina. **Aprovado em Ética na OAB**: estatuto, regulamento e código de ética. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

MACHADO, Paulo. **10 em ética**. 13. ed. São Paulo, SP: Juspodivm, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

TRIGUEIROS, Arthur (coord.). **Código de ética e disciplina da OAB e estatuto da advocacia**: anotados e comparados. 6. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

### COMPLEMENTAR

BISSET, Matheus. **Ética para OAB** - somente o necessário para gabaritar. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

SILVA, Jefferson Jorge da; SILVA, Vander Brusso da (coord.). **Novo código de ética e disciplina da OAB**: comparado. 17. ed. São Paulo, SP: Rideel, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.



VAILATTI, Diogo Basilio; FERNANDES, Glaucia Guisso; MAIN, Lucimara Aparecida. **Manual de ética profissional e estatuto da OAB**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 fev 2026.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia:  
Ata Nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Docente**

\_\_\_\_\_

**Coordenação do curso**

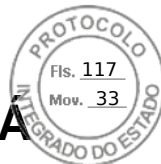
*Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.*

*\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item “IDENTIFICAÇÃO” é preenchido automaticamente pelo sistema.*



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

## CAMPUS DE PARANAVAÍ



Credenciada pelo Decreto nº 9.538 de 05/12/2013, publicado no D.O.E. de 05/12/2013  
Recredenciada pelo Decreto nº 2.374 de 14/08/2019, publicado no D.O.E. de 14/08/2019  
Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert" - Av. Gabriel Esperidião, s/n - CEP: 87.703-000 - Fone: (44) 31414307  
Paranavaí - Paraná  
<http://paranavai.unespar.edu.br>

**Ano Letivo:** 2026

**Campus:** PARANAVAÍ

**Curso:** DIREITO / BACHARELADO - Manhã (2023 - ATUAL)

**Grau:** Bacharelado

**Disciplina:** ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I

**Série / Período:** 4ª SÉRIE

**Turma:** A

**Turno:** Manhã

**Carga Hor. Total:** 180

**Teórica:** 0

**Prática:** 180

**Carga Hor. Semanal:**

**Carga Hor.** 0

**Carga Hor. Extensão:** 0

**Oferta da Disciplina:** Anual

**Docente:** FLÁVIO BENTO

**Titulação/Área:** Doutorado

### EMENTA

Atividades profissionais reais, no âmbito do direito civil, direito penal e direito do trabalho, com atendimento ao público, pesquisa, elaboração de peças processuais, acompanhamento dos respectivos processos junto aos órgãos competentes. Atuação no Núcleo de Prática Jurídica, Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias, Defensoria Pública, demais departamentos jurídicos, escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

### OBJETIVOS

Assegurar ao aluno formação prática no sentido de desenvolver habilidades, aptidões e competências necessárias ao exercício da profissão jurídica, jurisdicional e processual.

Propiciar ao aluno o exame de documentação e apresentação de diagnóstico, sugestões ou pareceres, visando à solução jurídica de casos concretos.

Auxiliar na realização de pesquisa da legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis a casos concretos.

Treinar o aluno em atividades profissionais, práticas, que envolvem a elaboração de atos jurídicos e de peças processuais, desde a petição inicial, defesa, instrução, atuação em audiências e sessões, sentenças ou recursos.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### A MÓDULO: PROCESSO DO TRABALHO

1 Relação do Advogado com o cliente

1.1 Aceitação da causa; Estudo. Procedimentos preliminares

1.2 Ética no relacionamento profissional

1.3 Órgãos judiciários estaduais

2 - Reclamação Trabalhista

2.1 Petição inicial

2.2 Competência

2.3 forma e conteúdo

3 - Resposta do Réu

3.1 Contestação

3.2 Reconvenção

3.3 exceções

#### B MÓDULO PROCESSO CIVIL

1.- ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL E DO ESTADO -

1.1 Órgãos judiciários federais - 1º e 2º grau.

1.2 STF e S.T. J. - competência constitucional regimentos internos.

1.3 Órgãos judiciários estaduais

2 - RELAÇÕES DO ADVOGADO COM O CLIENTE

2.1 Representação. Procuração e substabelecimento.

2.2 Responsabilidade profissional - litigância de má-fé.

3 - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

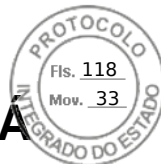
3.1 Litisconsórcio.

3.2 Intervenção de terceiros: assistência, denunciação da lide, chamamento ao processo, desconsideração da personalidade jurídica e amicus curiae.



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

## CAMPUS DE PARANAVAÍ



Credenciada pelo Decreto nº 9.538 de 05/12/2013, publicado no D.O.E. de 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2.374 de 14/08/2019, publicado no D.O.E. de 14/08/2019

Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert" - Av. Gabriel Esperidião, s/n - CEP: 87.703-000 - Fone: (44) 31414307

Paranavaí - Paraná

<http://paranavai.unespar.edu.br>

#### 4 - PROCESSO E PROCEDIMENTOS

4.1 Procedimento comum e procedimentos especiais.

4.2 Formação do processo.

4.3 tutela de urgência e de evidência

4.4 Suspensão e extinção do processo.

#### 5 - RESPOSTA DO RÉU

5.1 Estrutura da defesa. Preliminares.

5.2 Reconvenção.

5.3 Exceções de suspeição e impedimento.

5.4 Revelia e confissão quanto a matéria de fato.

#### 6 - PROVAS

6.1 Saneamento e julgamento conforme o estado do processo.

6.2 Espécies para cada processo. Cuidados especiais.

6.3 Escolha das provas, oportunização e formas de apresentação.

#### 7 - AUDIÊNCIAS

7.1 Audiência de conciliação.

7.2 Audiência de instrução e julgamento. Desenvolvimento.

7.3 Tratamento ao juiz e às partes. Comportamento e linguagem.

7.4 Contradita e acareação. Questões de ordem.

7.5 Debates orais. Memoriais substitutivos.

#### 8 - SENTENÇA

8.1 Análise de seu conteúdo. Verificação de seus requisitos.

8.2 Alteração da sentença. Embargos declaratórios. Cabimento e efeitos.

#### 9 - RECURSOS

9.1 Tipos de recursos (apelação, agravo, embargos de declaração, agravo interno, recurso ordinário, recurso especial, Recurso Extraordinário e embargos de divergência).

9.2 Razões e contrarrazões.

9.3 Preparo. Deserção.

9.4 Efeitos dos recursos.

#### C MÓDULO PROCESSO PENAL

##### 1 DO ADVOGADO

1.1 O papel do advogado na sociedade atual.

1.2 O advogado criminal

1.3 A ética profissional.

##### 2 DO PROCESSO EM GERAL

Do mandato nos crimes de ação privada e nos crimes de ação penal pública.

##### 3 DA AÇÃO PENAL

3.1 Ação penal pública e ação penal privada.

3.2 Ação penal privada subsidiária da pública.

3.3 Ação penal nas contravenções (o artigo 129, inciso I da Constituição Federal).

3.4 Denúncia.

3.5 Queixa (queixa-crime).

3.6 Assistente do Ministério Público

3.7 Insanidade mental do acusado

##### 4 DAS PRISÕES E DAS LIBERDADES E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES

4.1 Prisão em flagrante.

4.2 Relaxamento da prisão em flagrante.

4.3 Prisão preventiva.

4.4 Revogação da prisão preventiva.

4.5 Prisão temporária (Lei 7.960 de 21/12/1989).

4.6 Liberdade provisória com ou sem fiança.

4.7 Outras medidas cautelares (Lei 12.403/2011)

##### 5 DA EXECUÇÃO

5.1-Progressão de regime de penas (fechada, semi-aberta e aberta).

5.2 Prisão domiciliar.

5.3 Suspensão condicional da pena (sursis).

5.4 Livramento condicional.

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia,



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

## CAMPUS DE PARANAVAÍ



Credenciada pelo Decreto nº 9.538 de 05/12/2013, publicado no D.O.E. de 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2.374 de 14/08/2019, publicado no D.O.E. de 14/08/2019

Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert" - Av. Gabriel Esperidião, s/n - CEP: 87.703-000 - Fone: (44) 31414307  
Paranavaí - Paraná

<http://paranavai.unespar.edu.br>

disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

### METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição dialogada dos conteúdos, com foco nas implicações da prática jurídica, com análise de temas e problemas reais, com a participação do corpo discente na discussão e a apresentação de propostas de resolução. Análise de situações concretas, de informações atuais sobre as implicações práticas.

### RECURSOS DIDÁTICOS

Textos com anotações dos conteúdos específicos da disciplina; doutrina; artigos científicos ou informativos; decisões dos tribunais; vídeos. Estudos Dirigidos. Comparecimento em audiências judiciais reais. Formulação de casos simulados. Resolução de Problemas simulados. Elaboração de peças processuais. Simulação de audiências e de procedimentos forenses.

### CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação será a partir da elaboração de pessoas processuais simuladas; de prova corresponde à elaboração de peças processuais; da atuação dos alunos nos atendimentos no Núcleo de Práticas Jurídicas (atividades de estágio).  
OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

### BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica: MÓDULO PROCESSO DO TRABALHO:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 9788553619467. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/>.

FILHO, Ives Gandra da Silva M. Série Idp - Manual de Direito e Processo do Trabalho - 30ª Edição 2025. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553627202. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627202/>.

MARTINS, Sergio P. Direito do Trabalho - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p. Capa. ISBN 9788553625789. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/>.

SANDES, Fagner. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 9786555591682. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591682/>.

MÓDULO PROCESSO CIVIL:

BERMUDES, Sergio. Introdução ao Processo Civil - 6ª Edição 2019. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. p.i. ISBN 9788530983666. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530983666/>.

CARNACCHIONI, Daniel. Manual de Direito Civil - 7ª Edição 2025. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.i. ISBN 9788553624348. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624348/>.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. Manual de Direito Civil - 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625321. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625321/>.

GAJARDONI, Fernando da F.; DELLORE, Luiz; Andre Vasconcelos Roque; et al. Manual de Processo Civil - 1ª Edição 2025. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995522. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995522/>.

MÓDULO PROCESO PENAL:

BONFIM, Edilson M. Curso de Processo Penal - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625833. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625833/>.

JR., Aury L. Direito Processual Penal - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625673. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625673/>.



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

## CAMPUS DE PARANAÍ



Credenciada pelo Decreto nº 9.538 de 05/12/2013, publicado no D.O.E. de 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2.374 de 14/08/2019, publicado no D.O.E. de 14/08/2019

Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert" - Av. Gabriel Esperidião, s/n - CEP: 87.703-000 - Fone: (44) 31414307

Paranaí - Paraná

<http://paranaui.unespar.edu.br>

NUCCI, Guilherme de S. Curso de Direito Processual Penal - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.vii. ISBN 9788530996642. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642/>.  
RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal - 30ª Edição 2023. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.17. ISBN 9786559773060. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/>.

Bibliografia Complementar: Bibliografia Complementar:

**MÓDULO PROCESSO DO TRABALHO:**

FILHO, Ives Gandra da Silva M. Manual esquema&#769;tico de direito e processo do trabalho. 27. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788553609581. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553609581/>.

LIMA, Adriane; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena. LGPD no Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553621954. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621954/>.

QUINTAS, Paula. Casos Práticos de Direito do Trabalho. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. p.1. ISBN 9789724085210. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724085210/>.

RESENDE, Ricardo. Direito do Trabalho - 9ª Edição 2023. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786559648719. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648719/>.

SANTOS, Susana Ferreira dos; FALCÃO, David. Casos Práticos - Direito do Trabalho. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. p.1. ISBN 9789724084367. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084367/>.

**MODULO PROCESSO CIVIL:**

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de . Prática No Processo Civil - 28ª Edição 2026. 28. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559778072. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778072/>.

FREIRE, Alexandre; STRECK, Lenio L.; NUNES, Dierle; et al. Comentários ao código de processo civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. E-book. p.Cover. ISBN 9788547220471. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547220471/>.

FUX, Luiz. Processo Civil e Análise Econômica - 2ª Edição 2021. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. p.i. ISBN 9788530991999. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530991999/>.

GONÇALVES, Marco C. Lições de Processo Civil Executivo. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. p.1. ISBN 9789724084664. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084664/>.

QUEIROZ, Mônica. Manual de Direito Civil - 7ª Edição 2022. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786559645336. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559645336/>.

**MODULO PROCESSO PENAL:**

AQUINO, J. C. G. X. de. A prova testemunhal no processo penal brasileiro. 8. ed. São Paulo: Juspodivm, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

GLOECKNER, Ricardo J. Nulidades no processo penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2017. E-book. p.Cover. ISBN 9788547214678. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547214678/>.

IGNÁCIO, Marcia. Código de processo penal comentado. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2024. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 fev 2026. MARCHIONATTI, Daniel. Processo Penal Contra Autoridades - 1ª Edição 2019. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788530986759. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530986759/>.

MOSSIN, Heráclito A. Compêndio de Processo Penal: Curso Completo. Barueri: Manole, 2010. E-book. p.A. ISBN 9788520446423. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520446423/>.

TORTATO, Carla Juliana. Críticas ao processo penal. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

### APROVAÇÃO DO COLEGIADO

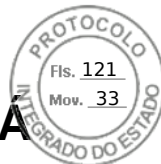
Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Ata nº:



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

## CAMPUS DE PARANAÍ



Credenciada pelo Decreto nº 9.538 de 05/12/2013, publicado no D.O.E. de 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2.374 de 14/08/2019, publicado no D.O.E. de 14/08/2019

Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert" - Av. Gabriel Esperidião, s/n - CEP: 87.703-000 - Fone: (44) 31414307  
Paranaí - Paraná  
<http://paranavai.unespar.edu.br>

---

Docente

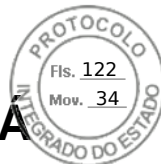
---

Coordenação do Curso



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

## CAMPUS DE PARANAVAÍ



Credenciada pelo Decreto nº 9.538 de 05/12/2013, publicado no D.O.E. de 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2.374 de 14/08/2019, publicado no D.O.E. de 14/08/2019

Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert" - Av. Gabriel Esperidião, s/n - CEP: 87.703-000 - Fone: (44) 31414307

Paranavaí - Paraná

<http://paranavai.unespar.edu.br>

**Ano Letivo:** 2026

**Campus:** PARANAVAÍ

**Curso:** DIREITO / BACHARELADO - Manhã (2019 - 2022)

**Grau:** Bacharelado

**Disciplina:** ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II

**Série / Período:** 5ª SÉRIE

**Turma:** A

**Turno:** Manhã

**Carga Hor. Total:** 204

**Teórica:** 204

**Prática:** 0

**Carga Hor. Semanal:**

**Carga Hor.** 0

**Carga Hor. Extensão:** 0

**Oferta da Disciplina:** Anual

**Docente:** FLÁVIO BENTO

**Titulação/Área:** Doutorado

### EMENTA

Atividades profissionais reais, no âmbito do direito civil, direito penal e direito do trabalho, com atendimento ao público, pesquisa, elaboração de peças processuais, acompanhamento dos respectivos processos junto aos órgãos competentes. Atuação no Núcleo de Prática Jurídica, Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias, Defensoria Pública, demais departamentos jurídicos, escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

### OBJETIVOS

#### OBJETIVO GERAL:

Formar profissionais com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções na área jurídica.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

ao final da disciplina os alunos deverão estar aptos a: demonstrar formação preponderantemente prática; apresentar transmissão e participação de conhecimentos jurídicos reais para a vida e o trabalho, vinculados à sua área de formação, bem como a análise crítica; conhecer a prática do processo civil, penal e trabalhista, bem como os órgãos jurisdicionais que compõem a atividade jurisdicional, com suas respectivas atribuições e competências; identificar as mais diversas situações jurídicas, dirimindo-as através de peças costumeiramente utilizadas nos processos respectivos.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### A MÓDULO PROCESSO DO TRABALHO

1. técnicas e formas de atendimento ao cliente
2. formas alternativas de solução de conflitos trabalhistas
3. homologação de acordo e técnicas de conciliação
4. Recurso ordinário
5. contrarrazões, recurso adesivo
6. Embargos de declaração
7. Recurso de revista
8. Agravo de instrumento
9. execução
10. Embargos e agravo de petição
11. consignação em pagamento

#### B MÓDULO PROCESSO CIVIL

- 1 Reintegração de Posse;
- 2 Embargos de Terceiro;
- 3 Consignação em pagamento;
- 4 Embargos Monitórios;



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

## CAMPUS DE PARANAVAÍ



Credenciada pelo Decreto nº 9.538 de 05/12/2013, publicado no D.O.E. de 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2.374 de 14/08/2019, publicado no D.O.E. de 14/08/2019

Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert" - Av. Gabriel Esperidião, s/n - CEP: 87.703-000 - Fone: (44) 31414307

Paranavaí - Paraná

<http://paranavai.unespar.edu.br>

- 5 Embargos do Devedor;
- 6 Execução de título Extrajudicial;
- 7 Cumprimento de sentença;
- 8 Ação de Divisória;
- 9 Divórcio com alimentos;
- 10 Arrolamento;
- 11 Ação de Despejo C/C cobrança de aluguéis;
- 12 Apelação Cível;
- 13 Agravo de Instrumento;
- 14 Agravo Interno;
- 15 Embargos de Divergência;

### C MÓDULO PROCESSO PENAL

- 1 Disposições gerais sobre recursos e garantias
- 2 Pressupostos de admissibilidade
- 3 Recurso em sentido estrito
- 4 Apelação
- 5 Embargos de declaração
- 6 Agravo em execução
- 7 Recurso Especial
- 8 Recurso Extraordinário
- 9 Agravo de Instrumento de decisão denegatória de recurso especial ou extraordinário
- 10 Disposições gerais dos incidentes processuais
- 11 Questões prejudiciais
- 12 Procedimentos incidentes
- 13 Procedimentos esquemáticos
- 14 Disposições gerais sobre ações de impugnação
- 15 Habeas Corpus

Relatório de 2 audiências de instrução e 2 audiências de conciliação presenciais, com nome nas atas. 1 Audiência simulada. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

### METODOLOGIA DE ENSINO

Preleção; resolução de problemas; estudo de casos; leitura e interpretação de textos e de livros; pesquisas; análise crítica de textos, vídeos e filmes; construção de textos, trabalhos individuais ou grupais, seminários e outras atividades pedagógicas orientadas.

As 6 aulas semanais serão realizadas da seguinte forma: 3 aulas em sala de aula (1 aula para processo penal, 1 aula para processo civil e 1 aula de processo do trabalho), com a realização de peças simuladas. As outras 3 aulas serão realizadas no Núcleo de Prática Jurídica, Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias, Defensoria Pública, demais departamentos jurídicos, escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas, conforme decisão da Coordenação do NPJ, em atuação de situações reais.

### RECURSOS DIDÁTICOS

Uso do quadro para a explanação, esquematização e exemplificação do conteúdo; computador multimídia e projetor para a apresentação de slides com o conteúdo proposto; uso do Vade Mecum com legislação referente ao tema proposto.

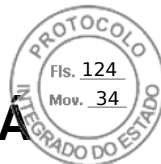
### CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por meio da confecção/produção de peças simuladas realizadas em sala de aula, prova semestral envolvendo as atividades simuladas trabalhadas pelo professor da respectiva área e presença nas atividades do NPJ. A avaliação da atividade prática (elaboração de peças/atendimentos e outras atividades jurídicas, realizadas junto ao NPJ ou outro órgão, conforme decisão da Coordenação do Estágio, será feita pelo



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

## CAMPUS DE PARANAÍ



Credenciada pelo Decreto nº 9.538 de 05/12/2013, publicado no D.O.E. de 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2.374 de 14/08/2019, publicado no D.O.E. de 14/08/2019

Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert" - Av. Gabriel Esperidião, s/n - CEP: 87.703-000 - Fone: (44) 31414307  
Paranaí - Paraná

<http://paranaui.unespar.edu.br>

professor respectivo orientador da prática de atividades reais desenvolvidas pelo acadêmico, considerando sua presença, comprometimento e realização das tarefas que lhe forem atribuídas. Essa nota será somada com a nota da avaliação de atividades simuladas, resultando numa média, que será a nota da referida disciplina. As atividades práticas: simuladas e reais constituirão a nota da avaliação oficial de acordo com os conteúdos ministrados para a disciplina, conforme este plano de ensino, considerando a discussão de casos clínicos, estudos dirigidos em grupo, relatórios de aulas práticas, seminários, participação e execução de roteiros práticos, entre outros. Para aprovação final o aluno deverá obter média final igual ou superior a 7,0 (sete) e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

### BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica: MÓDULO PROCESSO DO TRABALHO:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 9788553619467. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/>.

FILHO, Ives Gandra da Silva M. Série Idp - Manual de Direito e Processo do Trabalho - 30ª Edição 2025. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553627202. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627202/>.

MARTINS, Sergio P. Direito do Trabalho - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p. Capa. ISBN 9788553625789. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/>.

SANDES, Fagner. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 978655591682. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655591682/>.

MÓDULO PROCESSO DO TRABALHO:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 9788553619467. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/>.

FILHO, Ives Gandra da Silva M. Série Idp - Manual de Direito e Processo do Trabalho - 30ª Edição 2025. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553627202. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627202/>.

MARTINS, Sergio P. Direito do Trabalho - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p. Capa. ISBN 9788553625789. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/>.

SANDES, Fagner. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 978655591682. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655591682/>.

MÓDULO PROCESSO CIVIL:

BERMUDES, Sergio. Introdução ao Processo Civil - 6ª Edição 2019. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. p.i. ISBN 9788530983666. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530983666/>.

CARNACCHIONI, Daniel. Manual de Direito Civil - 7ª Edição 2025. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.i. ISBN 9788553624348. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624348/>.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. Manual de Direito Civil - 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553625321. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625321/>.

GAJARDONI, Fernando da F.; DELLORE, Luiz; Andre Vasconcelos Roque; et al. Manual de Processo Civil - 1ª Edição 2025. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788530995522. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995522/>.

MÓDULO PROCESO PENAL:

BONFIM, Edilson M. Curso de Processo Penal - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553625833. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625833/>.

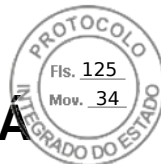
JR., Aury L. Direito Processual Penal - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553625673. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625673/>.

NUCCI, Guilherme de S. Curso de Direito Processual Penal - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense,



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

## CAMPUS DE PARANAVAÍ



Credenciada pelo Decreto nº 9.538 de 05/12/2013, publicado no D.O.E. de 05/12/2013

Recredenciada pelo Decreto nº 2.374 de 14/08/2019, publicado no D.O.E. de 14/08/2019

Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert" - Av. Gabriel Esperidião, s/n - CEP: 87.703-000 - Fone: (44) 31414307  
Paranavaí - Paraná

<http://paranavai.unespar.edu.br>

2025. E-book. p.vii. ISBN 9788530996642. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642/>.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal - 30ª Edição 2023. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.17. ISBN

9786559773060. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/>.

Bibliografia Complementar: MÓDULO PROCESSO DO TRABALHO:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.

CAPA. ISBN 9788553619467. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/>.

FILHO, Ives Gandra da Silva M. Série Idp - Manual de Direito e Processo do Trabalho - 30ª Edição 2025. 30. ed. Rio de

Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553627202. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627202/>.

MARTINS, Sergio P. Direito do Trabalho - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p. Capa. ISBN

9788553625789. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/>.

SANDES, Fagner. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA.

ISBN 9786555591682. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591682/>.

MÓDULO PROCESSO CIVIL:

BERMUDES, Sergio. Introdução ao Processo Civil - 6ª Edição 2019. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. p.i. ISBN

9788530983666. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530983666/>.

CARNACCHIONI, Daniel. Manual de Direito Civil - 7ª Edição 2025. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.i. ISBN

9788553624348. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624348/>.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. Manual de Direito Civil - 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV,

2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625321. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625321/>.

GAJARDONI, Fernando da F.; DELLORE, Luiz; Andre Vasconcelos Roque; et al. Manual de Processo Civil - 1ª Edição 2025.

Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995522. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995522/>.

MÓDULO PROCESO PENAL:

BONFIM, Edilson M. Curso de Processo Penal - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN

9788553625833. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625833/>.

JR., Aury L. Direito Processual Penal - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN

9788553625673. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625673/>.

NUCCI, Guilherme de S. Curso de Direito Processual Penal - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-

book. p.vii. ISBN 9788530996642. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642/>.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal - 30ª Edição 2023. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.17. ISBN

9786559773060. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/>.

### APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Ata nº:

\_\_\_\_\_  
Docente

\_\_\_\_\_  
Coordenação do Curso

**Ano Letivo:** 2026

**Campus:** PARANAÍ

**Curso:** DIREITO / BACHARELADO - Manhã (2019 - 2022)

**Grau:** Bacharelado

**Disciplina:** PRÁTICAS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

**Série / Período:** 5ª SÉRIE

**Turma:** A

**Turno:** Manhã

**Carga Hor. Total:** 68

**Teórica:** 68

**Prática:** 0

**Carga Hor. Semanal:**

**Carga Hor.** 0

**Carga Hor. Extensão:** 0

**Oferta da Disciplina:** Anual

**Docente:** FLÁVIO BENTO

**Titulação/Área:** Doutorado

#### EMENTA

Relação de trabalho. Verbas rescisórias. Reclamação Trabalhista. Recurso ordinário. Recurso de Revista.

#### OBJETIVOS

Assegurar ao aluno formação prática no sentido de desenvolver habilidades, aptidões e competências necessárias ao exercício da profissão jurídica, jurisdicional e processual.

Propiciar ao aluno o exame de documentação e apresentação de diagnóstico, sugestões ou pareceres, visando à solução jurídica de casos concretos.

Auxiliar na realização de pesquisa da legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis a casos concretos.

Treinar o aluno em atividades profissionais, práticas, que envolvem a elaboração de atos jurídicos e de peças processuais, desde a petição inicial, defesa, instrução, atuação em audiências e sessões, sentenças ou recursos.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução prática e profissional à atuação nas áreas do Direito e processo do trabalho: CLT, CPC, CF, competências, ações, ritos.
2. Petição inicial e atos iniciais práticos: pedidos, causa de pedir, valor da causa.
3. Prática das Tutelas provisórias (urgência e evidência); medidas liminares.
4. Prática da defesa: contestação, reconvenção, exceções, impugnações.
5. Aspectos práticos das provas.
6. Audiência e prática oral (manifestações; razões finais).
7. Fase de liquidação e execução: penhora, bloqueios, impugnações, embargos do devedor, ações especiais.
8. Recursos: tipos; aspectos práticos.
9. Procedimentos especiais; ações com ritos especiais.
10. Temas atuais em Direito e processo do trabalho

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

#### METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição dialogada dos conteúdos, com análise dos temas expostos e participação do corpo discente nos debates, durante e ao final das exposições. Análise de situações concretas, de informações atuais sobre a matéria. Temas considerados como relevantes serão escolhidos para exposição, com debates e esclarecimentos.

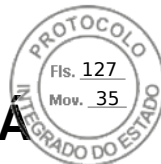
#### RECURSOS DIDÁTICOS

Textos com anotações dos conteúdos específicos da disciplina; artigos científicos ou informativos; decisões dos



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

## CAMPUS DE PARANAVAÍ



Credenciada pelo Decreto nº 9.538 de 05/12/2013, publicado no D.O.E. de 05/12/2013

Redenciada pelo Decreto nº 2.374 de 14/08/2019, publicado no D.O.E. de 14/08/2019

Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert" - Av. Gabriel Esperidião, s/n - CEP: 87.703-000 - Fone: (44) 31414307

Paranavaí - Paraná

<http://paranavai.unespar.edu.br>

tribunais; vídeos.

### CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

A avaliação será a partir da elaboração de peças processuais simuladas; de prova corresponde à elaboração de peças processuais. Poderão ser aplicadas ainda prova escrita; outras atividades práticas; trabalho de pesquisa.

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

### BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica: BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. Curso de Direito Processual do Trabalho. 5 ed. São Paulo: LTR, 2007.

CHAVES, Luciano Athayde (org). Curso de Processo do Trabalho. São Paulo: LTr, 2009.

GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2009.

VALENTIN, Carrion. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo, Saraiva. 2011.

Bibliografia Complementar: ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BITENCOURT, César Roberto. Tratado de Direito Penal, parte geral. v. 1,12 ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

DINAMARCO. Candido Rangel. Instituições de direito processual Civil. 4 ed. São Paulo: Malheiros,2009. v. 1.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2004. 2 v.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. v. 1-3. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

### APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Ata nº:

---

Docente

---

Coordenação do Curso

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

ANO LETIVO:	2026				
CAMPUS:	PARANAÍ				
CURSO:	DIREITO				
GRAU:	BACHARELADO				
NOME DA DISCIPLINA:	DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO				
SÉRIE/PERÍODO:	3ª SERIE				
TURMA:	A	TURNO:	MAT		
CARGA HOR. TOTAL:	68	TEÓRICA:	60	PRÁTICA:	0
CARGA HOR. SEMANAL:	02 ( 01 + ace)				
CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL	00				
OFERTA DA DISCIPLINA	ANUAL				
DOCENTE	JOAO EGIDIO DA SILVA				
TITULAÇÃO/ÁREA:	MESTRE				

### 2. EMENTA

#### I. EMENTA:

Introdução. Aspectos históricos. Direitos básicos do consumidor. Práticas comerciais. Responsabilidade civil. Ações coletivas. Sanções Administrativas. Responsabilidade penal. Ação extensionista junto à comunidade da região e às pessoas da comunidade interessadas no tema.

### 3. OBJETIVOS

Propiciar uma visão sistêmica do Código de Defesa do Consumidor no quadro amplo do ordenamento jurídico brasileiro, ressaltando a operacionalidade do seu modelo e os seus pontos de contato com disciplinas paralelas, especialmente o direito das obrigações e o processo civil codificados.

Preparar o acadêmico de Direito para a compreensão das relações de consumo, a tutela do Estado visando a aplicação da lei para assegurar a dignidade, saúde e segurança, bem como a proteção dos interesses econômicos, melhoria na qualidade, bem como a transparência e harmonia nas relações de consumo.

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)

## 1. Noções Introdutórias

1.1. Proteção constitucional do consumidor. 1.2. Estrutura e função do CDC. 1.3. Técnica legislativa do CDC: modelos normativos de normas fechadas e normas abertas (cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados) normas narrativas e espécies normativas (valores, princípios, regras e postulados normativos aplicativos). 1.4. Inserção do CDC no sistema jurídico: pensamento sistemático e diálogo das fontes. 1.5. Teorias de incidência do CDC (maximalista, finalista e finalismo aprofundado). 1.6. Incidência do CDC em áreas específicas. 1.7. Relação Jurídica de Consumo – Pessoas. Elementos. Conceitos. Consumidor: individual e Coletivo, por equiparação, enquadramento das pessoas jurídicas na condição de consumidoras. Fornecedor: espécies, entes despersonalizados e universalidades de direito e de fato. 1.8. Relação Jurídica de Consumo – Objeto. Produtos. Serviços. Serviços públicos. 1.9. Política Nacional de Relações de Consumo. 1.10. Princípios: vulnerabilidade e harmonização dos interesses. 1.11. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor: Órgãos e Entidades. Funções. 1.12. Direitos Básicos do Consumidor. Direitos em espécie. Prevenção e reparação de danos. 1.13. Solidariedade na reparação dos danos. 1.14. Acesso à justiça. 1.15. Facilitação da defesa: inversão *ope legis* e *ope judicis* do ônus da prova.

## 2. Proteção Administrativa do Consumidor

2.1. Sistemas Nacional, Estadual e Municipal de Defesa do Consumidor. 2.2. Agências Reguladoras. Procedimentos e Sanções administrativas: competências normativas. Espécies de sanções administrativas. 2.3. Responsabilidade Civil. 2.4. Deveres do fornecedor para a prevenção de danos. 2.5. Responsabilidade civil do fornecedor por fato do produto ou do serviço. 2.6. Causas de exclusão da responsabilidade. 2.7. Responsabilidade do comerciante e dos profissionais liberais. 2.8. Responsabilidade civil do fornecedor por vício do produto ou do serviço. 2.9. Solidariedade. 2.10. Adequação do produto e serviço às normas técnicas. 2.11. Formas de reparação e saneamento do vício. 2.12. Direito de regresso. 2.13. Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. 2.14. Decadência e Prescrição. Prazos. Causas de suspensão. Prazo para reclamação. 2.15. Vícios ocultos e aparentes. 2.16. Aplicação subsidiária dos prazos previstos no Código Civil. 2.17. Garantia legal e contratual.

## 3. Práticas Comerciais

3.1. Abusividade. Espécies. 3.2 Oferta. Vinculação do fornecedor à oferta. Revogabilidade e retratibilidade. Limitações (temporal, quantitativa e geográfica). Descumprimento. Princípios. 3.3 Publicidade. Publicidade enganosa e abusiva. Princípios. Ônus da prova.

## 4. Contratação no CDC

4.1 Princípios. Contratos de adesão e por adesão. 4.2. Interpretação. Direito de reflexão e arrependimento. 4.3. Proteção contratual. 4.4. Revisão das cláusulas contratuais abusivas ou excessivamente onerosas: vícios congênitos e supervenientes, teorias (excessiva onerosidade, lesão, quebra da base objetiva e

imprevisão) e alcance da revisão contratual. 4.5. Cláusulas contratuais abusivas: espécies, nulidade, decretação *ex officio*. 4.6. Amortização, liquidação e quitação antecipada. 4.7. Cobrança de dívidas. Cadastro de fornecedores e consumidores. 4.8. Defesa do Consumidor em Juízo. Defesa individual. Sistema de proteção coletiva. 4.9. Sanções Criminais. Competências normativas. Espécies de infrações penais.

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

O conteúdo do curso será ministrado aos alunos através de aulas expositivas, com utilização de recursos de multimídia (apresentações em PowerPoint) e disponibilização de resumo impresso, bem assim discussão sobre casos concretos, recentes e polêmicos.

Aulas organizadas conforme segue:

- 1) Aulas Expositivas e dialogadas
- 2) Conteúdos e/ou material de apoio

Trabalhos Individuais e Atividades Avaliativas

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas Teóricas Expositivas, Com Utilização De Data Show

Aplicativos de videoconferências;

Computador / Notebook / Celular;

Internet;

Apostilas,

Livros

Bibliografia direcionadas. Textos legais, doutrina, jurisprudência

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Prova Bimestral - 70%

Trabalhos Bimestrais - 30%

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. Essa diretriz reafirma o compromisso com a equidade e o suporte legal garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). A colaboração direta com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para validar se a adaptação mantém o rigor pedagógico.

## 8. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ALMEIDA, João Batista: Manual de Direito do Consumidor, 6ª ed. São Paulo : Saraiva, 2015

BITTAR, Carlos Alberto. Direito do Consumidor, 9ª ed. São Paulo: Editora Forense, 2015

prograd.unespar.edu.br



FILOMENO, José Geraldo Brito. Direito do Consumidor. 15ª ed. São Paulo : Atlas 2018  
 MIRAGEM, Bruno. Curso de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013

#### COMPLEMENTAR

GRINOVER, Ada P. e outros- Código de Defesa do Consumidor Comentado, São Paulo: Forense-10ª ed.2012

LIMA MARQUES, Cláudia. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. O Novo Regime das Relações Contratuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LIMA MARQUES, Cláudia; BENJAMIN, Antônio H. V.; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHIMIDT NETO, André Perin. Revisão dos Contratos com Base no Superendividamento. Curitiba: Juruá, 2012.

### 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 23  
 Mês: fevereiro  
 Ano: 2026  
 Ata Nº: 002-26

\_\_\_\_\_

**Docente**

\_\_\_\_\_

**Coordenação do curso**

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito/bacharelado				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	HISTÓRIA DO DIREITO E ANTROPOLOGIA				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	5ª série				
<b>TURMA:</b>	Única	<b>TURNO:</b>	Matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	68h/a	<b>TEÓRICA:</b>	68	<b>PRÁTICA:</b>	0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2 horas aula				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA</b>	DOP				
<b>DOCENTE</b>	Juliana Luiza Mazaro				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Doutora em Direito				

### 2. EMENTA

História do Direito intenta; Direito nos seus primeiros momentos de formação e desenvolvimento, Direito nas civilizações mais antigas, Direito no Brasil, História das Constituições Brasileiras. Antropologia Jurídica. Análise de processos de resolução de disputas e de situações de conflito em diferentes sociedades e/ou contextos culturais específicos, a partir de uma perspectiva interpretativa. Apreciação das abordagens normativa e processualista, assim como de seus desdobramentos.

### 3. OBJETIVOS

Formar profissionais com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções na área jurídica. Ao final da disciplina os alunos deverão estar aptos a reconhecer a importância do estudo da História do Direito para o desenvolvimento do curso.

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

prograd.unespar.edu.br



## 1 O DIREITO NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS

- A formação do direito nas sociedades primitivas (direito arcaico)
- A formação do Direito no oriente antigo;
- Direito Hebraico, Hindu e Muçulmano;

## 2. DIREITO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

- Direito Grego
- Direito Romano
- Tradição Romanística

## 3. O DIREITO NA IDADE MÉDIA

- Direito Feudal, Visigótico e Canônico;
- Direito Continental (Romano-Germânico)
- Direito da Common Law

## 4. O DIREITO NO BRASIL

- O Direito no Brasil Colonial
- O direito no Brasil Império
- O direito no Brasil República

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas, com a participação do (a) acadêmico (a) na discussão e análise do exposto;
- Aulas práticas com resoluções de exercícios de concurso e exame de ordem,
- Apresentações e discussões em atividades realizadas;
- Adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes;
- Estudo dirigido individual e em grupo;
- Trabalhos;
- Disponibilização de material de apoio tais como livros, apostilas e vídeos nos meios de comunicação a combinar com a turma.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

- Bibliografia direcionada;
- Doutrinas e apostilas;
- Quadro e giz;
- *Data show*;
- *Plataformas Digitais (Google Classroom, whatsapp e e-mail)*;
- *Notebook e celular*.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

prograd.unespar.edu.br



A avaliação continuada se dará ao longo das aulas, onde os alunos serão avaliados de forma qualitativa observando o interesse, a participação, a assiduidade e a integração dos educandos no decorrer das aulas e na forma quantitativa por meio da resolução de atividades propostas (individuais ou em grupos) e por atividades exploratórias. Por fim, serão realizadas avaliações bimestrais.

A Composição das notas será:

- **Avaliação Bimestral:** mínimo 7,0 e máximo 9,0 pontos.
- **Trabalhos Individuais ou em grupos:** mínimo 1,0 e máximo 3,0 pontos.

Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares.

**OBS:** No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível, com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **Manual de História do Direito**. 11. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2026.

MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. **História do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PALMA, Rodrigo Freitas. **Antropologia Jurídica**. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

PALMA, Rodrigo Freitas. **História do Direito**. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2026.

### COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo et al. **História do direito brasileiro: Leituras da Ordem Jurídica Nacional**. Org. Eduardo C. B. Bittar. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Vários autores.

DE CICCIO, Cláudio. **História do direito e do pensamento jurídico**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos. **Curso de História do Direito** [recurso eletrônico]. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

PORTO MACEDO JUNIOR, Ronaldo. **Ensaio de teoria do direito**. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção teoria e história do direito)

SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni. **Lições sistematizadas de história do direito**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2020.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 23  
 Mês: 02  
 Ano: 2026  
 Ata Nº: 02/2026



_____ Docente	_____ Coordenação do curso
------------------	-------------------------------

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item “IDENTIFICAÇÃO” é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito/bacharelado				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	Sociologia, Antropologia e Ciência Política				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	1ª série				
<b>TURMA:</b>	Única	<b>TURNO:</b>	Matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	60h/a	<b>TEÓRICA:</b>	60	<b>PRÁTICA:</b>	0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2 horas aula				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Anual/obrigatória				
<b>DOCENTE:</b>	Juliana Luiza Mazaro				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Doutora em Direito				

### 2. EMENTA

Definição do campo da sociologia jurídica; os clássicos da sociologia e o Direito; validade e eficácia das normas; pluralismo jurídico; acesso à justiça. Antropologia, Sociologia e Direitos Humanos. Aspectos das relações étnico-raciais. Direitos Humanos nas diferentes relações e a proteção da pessoa considerada com transtorno de espectro autista. As novas relações na sociedade contemporânea. Sustentabilidade e diversidade no convívio da sociedade e os novos conflitos. Ideologia do Estado: concepção liberal e social do Direito; o Estado Marxista; Estado, democracia e regime democrático; transformações e dilemas do Estado contemporâneo.

### 3. OBJETIVOS

**Geral:** Formar profissionais éticos, comprometidos com uma sociedade mais justa, com desenvolvimento intelectual autônomo e contínuo. Oferecer base técnica, humanística, ambiental e histórico-social para compreender e intervir na realidade nacional e regional, com métodos e técnicas para atuação jurídica competente.

Específicos: Ao final da disciplina os alunos deverão estar aptos a:

- Analisar os fundamentos epistemológicos das teorias sociológicas e antropológicas e sua relação com o fenômeno cultural.



- Contextualizar historicamente a Sociologia Jurídica no Brasil, reconhecendo a função social do operador do Direito e sua responsabilidade na democratização do acesso à justiça.
- Compreender o Estado (gênese, formas de governo e poder político), sua evolução histórica e ideológica, e analisar os aspectos históricos e filosóficos da Ciência Política e de seus institutos.

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 1. SOCIOLOGIA E ACESSO À JUSTIÇA

- Noções gerais de sociologia geral e jurídica
- Normas de evolução social
- Conceito sociológico de direito
- Fatores de evolução do Direito e Direitos Humanos
- Eficácia das normas jurídicas e seus efeitos sociais
- Acesso à justiça: obstáculos exoprocessuais econômicos, sociais e culturais de acesso à justiça
- Direito, anomia e desigualdade social

##### 2. ANTROPOLOGIA JURÍDICA

- Antropologia cultural, antropologia filosófica e antropologia jurídica. Limites e confluências epistemológicas.
- Formação das sociedades
- Direito nas sociedades simples e sem Estado
- Cultura, civilizações e Direito
- Fronteiras da Antropologia Jurídica: ocidentalismo, orientalismo, universalismo e multiculturalismo jurídicos.
- Sustentabilidade e diversidade social

##### 3. CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO

- Conceito de Ciência Política
- Ciência Política e o Direito
- O Estado e o Direito
- Nação e Estado
- Elementos constitutivos do Estado
- Soberania
- Separação de Poderes

##### 4. ESTADO: NASCIMENTO, EXTINÇÃO, EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO E SUA JUSTIFICAÇÃO

- Nascimento e extinção
- Origem dos Estados
- Justificação do Estado
- Evolução histórica do Estado
- Estado Liberal, Estado Social e Estado Marxista

##### 5. FORMAS DE GOVERNOS, SISTEMAS REPRESENTATIVOS E SUFRÁGIO

- Formas de governo
- Sistema representativo presidencialista
- Sistema representativo parlamentarista
- Princípios e sistemas eleitorais
- Democracia e partidos políticos

prograd.unespar.edu.br



- Estado Democrático de Direito

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas, com a participação do (a) acadêmico (a) na discussão e análise do exposto;
- Aulas práticas com resoluções de exercícios de concurso e exame de ordem,
- Apresentações e discussões em atividades realizadas;
- Adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes;
- Estudo dirigido individual e em grupo;
- Trabalhos;
- Disponibilização de material de apoio tais como livros, apostilas e vídeos nos meios de comunicação a combinar com a turma.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

- Bibliografia direcionada;
- Doutrinas e apostilas;
- Quadro e giz;
- *Data show*;
- *Plataformas Digitais (Google Classroom, whatsapp e e-mail)*;
- *Notebook e celular*.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação continuada se dará ao longo das aulas, onde os alunos serão avaliados de forma qualitativa observando o interesse, a participação, a assiduidade e a integração dos educandos no decorrer das aulas e na forma quantitativa por meio da resolução de atividades propostas (individuais ou em grupos) e por atividades exploratórias. Por fim, serão realizadas avaliações bimestrais.

A Composição das notas será:

- **Avaliação Bimestral:** mínimo 7,0 e máximo 9,0 pontos.
- **Trabalhos Individuais ou em grupos:** mínimo 1,0 e máximo 3,0 pontos.

Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares.



**OBS:** No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível, com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de sociologia jurídica**. 16. ed. Barueri: Atlas, 2025.  
 GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria geral do estado e ciência política**. 4. ed. Barueri: Atlas, 2025.  
 GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2023.  
 MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 37. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.  
 PALMA, Rodrigo Freitas. **Antropologia Jurídica**. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.  
 RANIERI, Nina. **Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito**. 2.ed. Barueri: Manole, 2019.

### COMPLEMENTAR

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Teoria geral do Estado e ciência política**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.  
 Martins, Sergio Pinto. **Teoria Geral do Estado**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025.  
 SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica: a era do Direito Cativo**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.  
 SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Manual de Sociologia Jurídica**. 4. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 23  
 Mês: 02  
 Ano: 2026  
 Ata N°: 02/2026

\_\_\_\_\_

Docente

\_\_\_\_\_

Coordenação do curso

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO\*

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí				
<b>CURSO:</b>	Direito/bacharelado				
<b>GRAU:</b>	Graduação				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	Tópicos Avançados em Direito Público				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	5ª série				
<b>TURMA:</b>	Única	<b>TURNO:</b>	Matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	68h/a	<b>TEÓRICA:</b>	68	<b>PRÁTICA:</b>	0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2 horas aula				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Anual/obrigatória				
<b>DOCENTE:</b>	Juliana Luiza Mazaro				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Doutora em Direito				

### 2. EMENTA

Atualizações legislativas no campo do Direito Público, em suas diversas ramificações. Fixação do conhecimento legiferante. Direito comparado entre os institutos anteriores e os atuais. Tendências jurisprudenciais.

### 3. OBJETIVOS

**Geral:** Formar profissionais éticos, comprometidos com uma sociedade mais justa, com desenvolvimento intelectual autônomo e contínuo. Oferecer base técnica, humanística, ambiental e histórico-social para compreender e intervir na realidade nacional e regional, com métodos e técnicas para atuação jurídica competente.

**Específicos:** Ao final da disciplina os Acadêmicos deverão estar aptos a:

- Analisar temas atuais de Direito Público com base em doutrina, legislação e jurisprudência.
- Aplicar princípios de Direito Constitucional e Administrativo na solução de casos concretos.
- Compreender Direitos Humanos e sua incidência nas instituições e políticas públicas, ligados à realidade social.
- Avaliar dilemas de Bioética, Biodireito e Direito Médico, considerando responsabilidade e proteção de vulneráveis.
- Interpretar legislação especial e noções de Medicina Legal e Criminologia para atuação técnica e ética.

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### 1. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

- Nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos: principais alterações em face a Lei 8666/99.
- Consórcios e convênios na Administração Pública
- Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Administração Pública
- Improbidade Administrativa e Processo Administrativo Disciplinar
- Teoria Geral dos Direitos Humanos Fundamentais
- Estrutura normativa dos Sistemas de Proteção de Direitos Humanos
- Direitos Humanos da CRFB/1988

##### 2. BIOÉTICA, BIODIREITO E DIREITO MÉDICO

- Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005)
- Bioética: conceito, fases e princípios básicos
- Biodireito: conceito e princípios básicos
- Direito e Medicina: princípios da saúde, noções de ética médica, recusas terapêuticas e reprodução humana assistida
- Direito e o Fim da Vida: Diretrizes Antecipadas de Vontade, Eutanásia, Suicídio Assistido, Distanásia e Ortotanásia

##### 3. LEGISLAÇÃO ESPECIAL

- Lei Maria da Penha
- Lei de Tráfico de Drogas
- Lei de Crimes Hediondos
- Lei do Crime Organizado
- Lei de Tortura
- Lei de Racismo

##### 4. MEDICINA LEGAL E CRIMINOLOGIA

Noções de Medicina Legal

- Noções de criminologia

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas, com a participação do (a) acadêmico (a) na discussão e análise do exposto;
- Aulas práticas com resoluções de exercícios de concurso e exame de ordem,
- Apresentações e discussões em atividades realizadas;
- Estudo dirigido individual e em grupo;
- Trabalhos;
- Disponibilização de material de apoio tais como livros, apostilas e vídeos nos meios de comunicação a combinar com a turma.

**OBS:** Serão disponibilizadas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

- Bibliografia direcionada;
- Doutrinas e apostilas;
- Quadro e giz;
- *Data show*;
- *Plataformas Digitais (Google Classroom, whatsapp e e-mail)*;
- *Notebook e celular*.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação continuada se dará ao longo das aulas, onde os alunos serão avaliados de forma qualitativa observando o interesse, a participação, a assiduidade e a integração dos educandos no decorrer das aulas e na forma quantitativa por meio da resolução de atividades propostas (individuais ou em grupos) e por atividades exploratórias. Por fim, serão realizadas avaliações bimestrais.

A Composição das notas será:

- **Avaliação Bimestral:** mínimo 7,0 e máximo 9,0 pontos.
- **Trabalhos Individuais ou em grupos:** mínimo 1,0 e máximo 3,0 pontos.

Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares.

OBS: No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível, com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

- CAPEZ, Fernando. **Legislação penal especial**. São Paulo: Saraiva Jur.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense.
- FRANÇA, Genival Veloso de. **Direito Médico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva Jur.
- MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus **Curso de bioética e biodireito**. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020.
- MAZZA, Alexandre. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur.
- MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral: comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense.
- PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual de Criminologia**. 13. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.
- RAMOS, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- UCHÔA, André Luís Alves. **Medicina legal decifrada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.

### COMPLEMENTAR

- ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Legislação penal especial**. São Paulo: Saraiva Jur.



Barueri: Manole, 2022.

GIMENES, Eron Veríssimo. **Manual Esquemático de Criminologia**. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

CASTILHO, Ricardo dos Santos. **Direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

COHEN, Claudio et al. **Bioética, direito e medicina**. Ed. Claudio Cohen et al. Barueri [SP]: Manole, 2020.

LUVIZOTTO, Juliana Cristina. **Responsabilidade civil do Estado legislador: atos legislativos inconstitucionais e constitucionais**. São Paulo: Almedina, 2015.

MIZIARA, Ivan Djeb et al. **Guia de medicina legal e perícia médica**. Coord. Ivan Djeb Miziara.

ROCHA, Wesley et al. **A Nova lei de licitações**. Coord. Wesley Rocha, Fábio Scopel Vanin, Pedro Henrique Poli de Figueiredo. São Paulo: Almedina, 2021. Vários autores.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 23  
 Mês: 02  
 Ano: 2026  
 Ata N°: 02/2026

\_\_\_\_\_

**Docente**

\_\_\_\_\_

**Coordenação do curso**

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 008/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item "IDENTIFICAÇÃO" é preenchido automaticamente pelo sistema.**

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO				
<b>ANO LETIVO:</b>	2026			
<b>CAMPUS:</b>	PARANAÍ			
<b>CURSO:</b>	DIREITO			
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO			
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	DIREITO TRABALHO I			
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	2ª série			
<b>TURMA:</b>	única	Turno	matutino	
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	120	Teórica	120	Prática 0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	4			
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0			
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Obrigatória			
<b>DOCENTE:</b>	WANDERSON LAGO VAZ			
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	DOUTORADO			

### 2. EMENTA

A relação empregatícia e suas consequências existentes entre empregado e empregador, suas particularidades nos contratos individuais e coletivos. Direito e obrigações dos contratantes. Trabalho escravo e meio ambiente.

### 3. OBJETIVOS

Geral: Formar profissionais com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções na área jurídica. Específico: Ao final da disciplina os alunos deverão estar aptos a: • Identificar o contrato de trabalho e suas espécies e duração, bem como, os direitos trabalhistas oriundos da relação de emprego, com vistas ao respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente. • Analisar as diversas formas de remuneração e composição e a sua importância no cotidiano do trabalhador para viver com dignidade. • Analisar os fundamentos da criação do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, bem como, examinar a lei base criadora do instituto. • Identificar a existência de dano moral trabalhista, nas diversas situações cabíveis nas relações de emprego. • Reconhecer a importância da negociação coletiva atualmente, como meta para a harmonização das relações empregatícias.

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direito do Trabalho: Conceito e história
2. Contrato de Trabalho
3. Remuneração
4. Duração do trabalho

prograd.unespar.edu.br

5. Alteração Contratual
6. Extinção do contrato de trabalho
7. FGTS e Seguro Desemprego
8. Estabilidade no emprego
9. O respeito à dignidade da pessoa humana, trabalho escravo e ao meio ambiente
10. Dano moral
11. Direito Coletivo
12. Organização sindical
13. Negociação coletiva
14. Direito de greve

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Preleção; resolução de problemas; estudo de casos; leitura e interpretação de textos e de livros; pesquisas; análise crítica de textos, vídeos e filmes; construção de textos, trabalhos individuais ou grupais, seminários e outras atividades pedagógicas orientadas

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Utilização de quadro, giz e mídias em geral.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Prova bimestral: 70% - Trabalhos / Seminários: 30 %

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

C.T.M.R. Direito do Trabalho Esquemático. São Paulo: SaraivaJur;

MARTINS, S. P. Direito do trabalho. São Paulo: Saraiva. ROMA, C.T.M. Direito do Trabalho Esquemático. São Paulo: Saraivajur. CASSAR, V. B. Direito do Trabalho. São Paulo: Método.

### COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, A. M. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva.

DELGADO, M. G. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva

AGUIAR, L. A. Org. Para entender o Brasil. São Paulo: Alegro,

CARRION, V. Comentários a consolidação das leis do trabalho: São Paulo: Saraiva.

MONTEIRO, A. L. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. São Paulo: Saraiva.

MARTINS, S. P. Dano moral decorrente do contrato. São Paulo: Atlas.

LEME, D. J. R. Lei da Reforma Trabalhista. São Paulo: JH Mizuno.



## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em: 23.2.2026

Dia: 23  
Mês: 02  
Ano: 2026  
Ata Nº: 002/2026

---

**WANDERSON LAGO VAZ**  
Docente

---

**WANDERSON LAGO VAZ**  
Coordenação do curso

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO				
<b>ANO LETIVO:</b>	2026			
<b>CAMPUS:</b>	PARANAÍ			
<b>CURSO:</b>	DIREITO			
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO			
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	DIREITO TRABALHO II			
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	3ª série			
<b>TURMA:</b>	única	Turno	matutino	
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	60	Teórica	60	Prática 0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2			
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0			
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Obrigatória			
<b>DOCENTE:</b>	WANDERSON LAGO VAZ			
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	DOUTORADO			

### 2. EMENTA

Organização da Justiça do Trabalho. Processo do Trabalho em geral. Recursos. Execução.

### 3. OBJETIVOS

**OBJETIVO GERAL:** Propiciar ao Acadêmico a aquisição de conhecimentos sobre tópicos avançados do direito individual do trabalho e do Direito processual do trabalho referente o seu funcionamento prático e teórico e sua aplicabilidade dentro do contexto jurídico-fático; **Específicos:** Reconhecer e analisar a organização da Justiça do Trabalho; Identificar a evolução do Direito Processual do Trabalho; Compreender a competência da Justiça do Trabalho; Conhecer o funcionamento e as peculiaridades do Direito Processual do Trabalho; Discriminar as diferentes características do Direito Processual do Trabalho

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1.1 Histórico e evolução do Direito Processual do Trabalho. 1.2 Fontes do Direito do Processual do Trabalho. 1.3 Organização e competência da Justiça do Trabalho. 1.4 O Ministério Público do Trabalho. 1.5 Comissões de conciliação prévia.  
2- PROCESSO DO TRABALHO 2.1 Ação trabalhista: conceito e características, condições da ação, elementos da ação, pressupostos processuais, classificação das ações. 2.2 Nulidades processuais. 2.3 Assistência judiciária. 2.4 Substituição e sucessão processual. 2.5 Litisconsórcio e intervenção de terceiros  
3. PROCESSO INDIVIDUAL DO TRABALHO 3.1 Procedimento ordinário sumaríssimo e sumário. 3.2 Postulação do autor. 3.3 Resposta do réu. 3.4 Provas. 3.5 Audiências. 3.6 Sentença e coisa julgada. 3.7 Recursos no processo do trabalho: peculiaridades e princípios recursais, efeitos dos recursos, juízo de admissibilidade,

prograd.unespar.edu.br

pressupostos recursais objetivos e subjetivos, recursos em espécie, reclamação correicional, súmula vinculante do STF 3.

4 - A EXECUÇÃO NO PROCESSO TRABALHISTA E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 4.1 Títulos executivos no Processo do Trabalho. 4.2 A aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. 4.3 Liquidação da sentença. 4.4 Requisitos necessários para realizar a execução. 4.5 Execução provisória, definitiva e contra a Fazenda Pública. 4.6 Embargos à execução. 4.7 Atos expropriatórios. 4.8 Procedimentos especiais 4.9 Dissídios coletivos; sentença normativa e coletiva no serviço público

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Preleção; resolução de problemas; estudo de casos; leitura e interpretação de textos e de livros; pesquisas; análise crítica de textos, vídeos e filmes; construção de textos, trabalhos individuais ou grupais, seminários e outras atividades pedagógicas orientadas

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Utilização de quadro, giz e mídias em geral.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Prova bimestral: 70% - Trabalhos / Seminários: 30 %

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

C.T.M.R. Direito Processual do Trabalho Esquematizado. São Paulo: SaraivaJur;

C. H. B. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr. MARTINS, S. P. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense. São Paulo: Atlas.

### COMPLEMENTAR

ALMEIDA, A. P. de. Curso prático de processo do trabalho. São Paulo: Saraiva.

CARRION, V. Comentários à consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Saraiva.

NASCIMENTO, A. M. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva.

PEREIRA, L. Manual de processo de trabalho. São Paulo: SaraivaJur

RUSSOMANO, M. V. Curso de direito do trabalho. Curitiba: Juruá.

SCHIAVI, M. Manual de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr.



## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em: 23.2.2026

Dia: 23  
Mês: 02  
Ano: 2026  
Ata Nº: 002/2026

\_\_\_\_\_  
**WANDERSON LAGO VAZ**  
Docente

\_\_\_\_\_  
**WANDERSON LAGO VAZ**  
Coordenação do curso

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	PARANAÍ				
<b>CURSO:</b>	DIREITO				
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	DIREITO EMPRESARIAL				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	2ª série				
<b>TURMA:</b>	única	Turno	matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	60	Teórica	30	ACE	30
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL</b>	60				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA</b>	obrigatória				
<b>DOCENTE</b>	LUCILIO DA SILVA				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	MESTRADO				

### 2. EMENTA

Teoria de empresa. Empresário. Estabelecimento empresarial. Sociedades empresariais. Contratos mercantis. Títulos de crédito. Regime jurídico da concorrência. Falência e recuperação judicial de empresas. Ação extensionista junto à comunidade empresarial da região e às pessoas da comunidade interessadas no tema.

### 3. OBJETIVOS

Geral: Formar profissionais com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções na área jurídica.

Específico: Ao final da disciplina os alunos deverão estar aptos a: compreender e elaborar textos, atos, documentos jurídicos ou normativos, com devida utilização das normas técnico-jurídicas; identificar as distinções entre estabelecimento comercial, sociedades empresarias, contratos mercantis, títulos de crédito interpretar e aplicar o Direito; pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e de outras fontes do Direito; utilizar a terminologia jurídica ou da Ciência do Direito de forma correta; utilizar raciocínio jurídico, argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; julgamento e tomada de decisões dentro do contexto do direito empresarial.

prograd.unespar.edu.br

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria de empresa.
2. Empresário: firma individual, microempresa, empresa de pequeno porte; MEI.
3. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial, contrato social; responsabilidade dos sócios
4. Sociedades empresariais: sociedades não personalizadas e personalizadas:
5. Contratos mercantis: alienação fiduciária; leasing;
6. Títulos de crédito: nota promissória, cheque, duplicata.
7. Regime jurídico da concorrência e Falência e recuperação judicial de empresas.

**OBS.** No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

- 1) Aulas Expositivas e dialogadas.
- 2) Conteúdos e/ou material de apoio, que serão disponibilizados.
- 3) Trabalhos Individuais ou em grupos. Atividades Avaliativas

#### 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro negro; giz. Aplicativos de videoconferências; Computador / Notebook / Celular; Internet; Apostilas; Slides; Livros.

#### 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliações realizadas, conforme segue: Prova Bimestral: 70% Trabalhos Bimestrais: 30%.

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

#### 8. BIBLIOGRAFIA

##### BÁSICA

**CHAGAS**, Edilson Enedino; **LENZA**, Pedro. **Direito Empresarial Esquemático**. São Paulo: Saraiva  
**COELHO**, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. Empresa e estabelecimento e títulos de crédito. V1. 23ª. ver., atual., e ampl., - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.  
**MAMEDE**, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2019.



## COMPLEMENTAR

**DINIZ**, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Direito de Empresa. V.8 São Paulo: Saraiva  
**FAZZIO JÚNIOR**, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.  
**MARTINS**, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 39ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.  
**TEIXEIRA**, Tarcisio. **Direito Empresarial Sistematizado**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

**9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO**

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 23  
Mês: 02  
Ano: 2026  
Ata Nº: 002/2026

\_\_\_\_\_

**Docente**

\_\_\_\_\_

**Coordenação do curso**

## PLANO DE ENSINO

### 1. IDENTIFICAÇÃO

<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	PARANAÍ				
<b>CURSO:</b>	DIREITO				
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	HISTÓRIA DO DIREITO E DIREITOS HUMANOS				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	2ª série				
<b>TURMA:</b>	única	Turno	matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	60	Teórica	30	ACE	30
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL</b>	60				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA</b>	obrigatória				
<b>DOCENTE</b>	LUCILIO DA SILVA				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	MESTRADO				

### 2. EMENTA

História geral relacionada aos Institutos e legislação do Direito. Direito Romano, germânico, canônico e costumeiro. Direito Ocidental. Formação do Estado Moderno. Direito Luso Brasileiro. História do Direito na cultura indígena e afro-brasileira. Direitos Humanos: evolução histórica. Os direitos individuais. Os direitos sociais. Os direitos econômicos. Os direitos políticos. Características dos Direitos Humanos. Ação extensionista junto à comunidade da região e às pessoas da comunidade interessadas no tema.

### 3. OBJETIVOS

Geral: Formar profissionais com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com conhecimentos históricos, técnicos, humanísticos e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional, no contexto da história do direito e dos direitos humanos. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções na área jurídica. Específico: Ao final da disciplina os alunos deverão estar aptos a: compreender textos, atos, documentos jurídicos ou normativos, com devida utilização das normas técnico-jurídicas; identificar as distinções entre direitos humanos e direitos fundamentais, história e evolução do direito no mundo e no Brasil; direitos de primeira, segunda e terceira geração; pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e de outras fontes do Direito; desenvolver raciocínio jurídico, persuasão e de reflexão crítica; julgamento e tomada de decisões dentro do contexto dos direitos humanos.

prograd.unespar.edu.br

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História do Direito: 2. Evolução do Direito. 3. Formação do Estado Moderno; 4. Direito Luso Brasileiro. 5. História do Direito na cultura indígena e afro-brasileira. 6. Evolução do Direito e dos Direitos Humanos. 7. Direitos de 1ª, 2ª e 3ª geração. Características dos direitos humanos. Principais instrumentos dos direitos humanos: Magna Carta; Lei de Habeas Corpus; Independência e Constituição dos Estados Unidos; Declaração de Direitos da Revolução Francesa; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Pacto Internacional Direitos Cívicos e Políticos e Pacto Internacional Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José de Costa Rica).

**OBS.** No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes. As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

- 1) Aulas Expositivas e dialogadas.
- 2) Conteúdos e/ou material de apoio, que serão disponibilizados.
- 3) Trabalhos Individuais ou em grupos. Atividades Avaliativas

#### 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro negro; giz. Aplicativos de videoconferências; Computador / Notebook / Celular; Internet; Apostilas; Slides; Livros.

#### 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliações realizadas, conforme segue: Prova Bimestral: 70% Trabalhos Bimestrais: 30%.

**OBS.** No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

#### 8. BIBLIOGRAFIA

##### BÁSICA

**COMPARATO**, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12ª ed. — São Paulo: Saraiva Educação, 2019;

**FERREIRA FILHO**, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2015;

**MARMELSTEIN**, George. **Curso de direitos fundamentais**. 8ª ed. — São Paulo: Atlas, 2019.

**WOLKMER**, Antônio Carlos. **História do direito: tradição no Ocidente e no Brasil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019

## COMPLEMENTAR

**COULANGES**, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Martin Claret.

**LENZA**, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva.

**PIOVESAN**, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. São Paulo: Saraiva.

**RUIZ**, Jefferson Lee de S. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2015;

**9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO**

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: 23

Mês: 02

Ano: 2026

Ata Nº: 002/2026

\_\_\_\_\_

**Docente**

\_\_\_\_\_

**Coordenação do curso**

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO				
<b>ANO LETIVO:</b>	2026			
<b>CAMPUS:</b>	PARANAÍ			
<b>CURSO:</b>	DIREITO			
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO			
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	DIREITO PROCESSUAL PENAL II			
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	4ª série			
<b>TURMA:</b>	única	Turno	matutino	
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	120	Teórica	120	Prática 0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	4			
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	120			
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Obrigatória			
<b>DOCENTE:</b>	MARCELO WORDELL GUBERT			
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	DOUTORADO			

### 2. EMENTA

Citação e intimação. Sentença. Procedimento comum e Procedimento especial. Juizado especial criminal. Tribunal do júri. Nulidade. Recursos. Súmula Vinculante. Revisão criminal. Habeas Corpus. Mandado de segurança. Proteção à vítima e testemunha.

### 3. OBJETIVOS

Viabilizar ao discente o aprendizado dos temas relativos ao Processo Penal brasileiro, com o domínio da gênese e dos principais conceitos/aspetos, permitindo a formação e o desenvolvimento um posicionamento profundo e crítico direcionado a articular a compreensão e a resolução dos fenômenos sociais na dinâmica qual se insere.

### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### MÓDULO I – PROVA E GARANTIAS PROCESSUAIS

##### 1. Teoria Geral da Prova

- Conceito, finalidade e objeto da prova
- Ônus da prova no processo penal
- Sistemas de avaliação da prova
- Provas típicas e atípicas
- Prova emprestada
- Provas ilícitas e teoria dos frutos da árvore envenenada

##### 2. Prova Pericial

- Exame de corpo de delito

prograd.unespar.edu.br

- Cadeia de custódia
- Laudo pericial e formalidades
- Necropsia e exames laboratoriais
- Quesitos e divergência entre peritos
- Vinculação do juiz à prova técnica

### 3. Prova Oral

- Interrogatório: natureza jurídica e garantias
- Direito ao silêncio e ampla defesa
- Interrogatório por videoconferência
- Confissão: valor, divisibilidade e retratabilidade
- Palavra da vítima
- Prova testemunhal: compromisso, contradita, ordem de inquirição
- Proteção à testemunha

### 4. Outros Meios de Prova

- Reconhecimento de pessoas e coisas
- Acareação
- Prova documental e prova digital
- Prova indiciária
- Busca e apreensão (domiciliar e pessoal)
- Limites constitucionais à produção probatória

## MÓDULO II – ATOS PROCESSUAIS, PROCEDIMENTOS E SENTENÇA

### 1. Citação e Intimação

- Conceito e finalidade
- Formas de citação
- Citação por edital e suspensão do processo
- Ausência, revelia e efeitos
- Procedimento das intimações

### 2. Sentença Penal

- Conceito e natureza jurídica
- Correlação entre acusação e sentença
- Emendatio libelli e mutatio libelli
- Absolvição e condenação
- Fixação da pena e reparação civil
- Efeitos da sentença penal

### 3. Procedimento Comum

- Estrutura do procedimento ordinário
- Procedimento sumário
- Procedimento sumaríssimo

### 4. Juizado Especial Criminal

- Princípios da Lei 9.099/95
- Termo circunstanciado
- Transação penal
- Suspensão condicional do processo
- Recursos no Juizado Especial

## MÓDULO III – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, JÚRI E NULIDADES

### 1. Procedimentos Especiais

- Crimes contra a honra
- Crimes praticados por funcionários públicos

- Crimes contra a propriedade imaterial
- Restauração de autos

## 2. Tribunal do Júri

- Fundamento constitucional e princípios
- Competência para crimes dolosos contra a vida
- Fase de formação da culpa
- Pronúncia, impronúncia e desclassificação
- Absolvição sumária
- Organização do Júri e composição do Conselho de Sentença
- Julgamento em plenário
- Quesitação
- Sentença do Juiz Presidente
- Soberania dos veredictos

## 3. Nulidades

- Conceito e princípios
- Nulidades absolutas e relativas
- Pas de nullité sans grief
- Momento de arguição
- Convalidação e contaminação
- Nulidades no Tribunal do Júri

## MÓDULO IV – RECURSOS E AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO

### 1. Teoria Geral dos Recursos

- Fundamento constitucional
- Princípios recursais
- Efeitos dos recursos
- Pressupostos de admissibilidade
- Fungibilidade

### 2. Recursos em Espécie

- Recurso em sentido estrito
- Apelação
- Agravo em execução
- Embargos de declaração
- Embargos infringentes
- Recursos especial e extraordinário
- Recurso ordinário constitucional
- Súmula vinculante e controle da jurisprudência

### 3. Ações Autônomas de Impugnação

- Revisão criminal
- Habeas corpus
  - Espécies e cabimento
  - Liminar
- Mandado de segurança em matéria penal

### 4. Proteção à Vítima e à Testemunha

- Estatuto da vítima
- Medidas protetivas
- Programas de proteção
- Garantias processuais diferenciadas

### 5. Relações Jurisdicionais Internacionais

- Homologação de sentença estrangeira
- Carta rogatória

## 6. Disposições Gerais do Processo Penal

- Publicidade dos atos
- Prazos processuais
- Atos em audiência
- Custas e sucumbência

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes.

As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas ministradas a partir da legislação doutrina e jurisprudência mais recentes, com vistas a viabilizar ao discente a compreensão mais atual, profunda e crítica sobre os temas.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Uso do quadro para a explanação, esquematização e exemplificação do conteúdo; Computador multimídia e projetor para a apresentação de slides com o conteúdo proposto; Uso do Vade Mecum com legislação referente ao tema proposto;

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares. A proficiência será avaliada através de provas, trabalhos individuais e trabalhos coletivos. (Mais informações: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>).

Para tanto, além da avaliação bimestral, os discentes serão submetidos a diversas atividades avaliativas diferentes a serem desenvolvidas de forma individual ou em grupo, como trabalhos, seminários e aulas invertidas, as quais comporão até 30% da nota.

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível.

A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem.

Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

BONFIM, Edilson M. **Curso de Processo Penal** - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625833. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625833/>.

JR., Aury L. **Direito Processual Penal** - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625673. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625673/>.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Processual Penal** - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.vii. ISBN 9788530996642. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642/>.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal** - 30ª Edição 2023. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.17. ISBN 9786559773060. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/>.

### COMPLEMENTAR

AQUINO, J. C. G. X. de. **A prova testemunhal no processo penal brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Juspodivm, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

GLOECKNER, Ricardo J. **Nulidades no processo penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2017. E-book. p.Cover. ISBN 9788547214678. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547214678/>.

IGNÁCIO, Marcia. **Código de processo penal comentado**. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 fev 2026. MARCHIONATTI, Daniel. **Processo Penal Contra Autoridades** - 1ª Edição 2019. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788530986759. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530986759/>.

MOSSIN, Heráclito A. **Compêndio de Processo Penal: Curso Completo**. Barueri: Manole, 2010. E-book. p.A. ISBN 9788520446423. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520446423/>.

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)

TORTATO, Carla Juliana. **Críticas ao processo penal**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

### 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: \_\_\_\_\_  
Mês: \_\_\_\_\_  
Ano: \_\_\_\_\_  
Ata Nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Docente**

\_\_\_\_\_  
**Coordenação do curso**

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO					
<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	PARANAÍ				
<b>CURSO:</b>	DIREITO				
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	5ª série				
<b>TURMA:</b>	única	Turno	matutino		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	204	Teórica	0	Prática	204
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	3				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Obrigatória				
<b>DOCENTE:</b>	WALTER LUCAS IKEDA				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	DOUTORADO				

### 2. EMENTA

Atividades profissionais reais, no âmbito do direito civil, direito penal e direito do trabalho, com atendimento ao público, pesquisa, elaboração de peças processuais, acompanhamento dos respectivos processos junto aos órgãos competentes.

Atuação no Núcleo de Prática Jurídica, Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias, Defensoria Pública, demais departamentos jurídicos, escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

### 3. OBJETIVOS

#### OBJETIVO GERAL:

Formar profissionais com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções na área jurídica.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

ao final da disciplina os alunos deverão estar aptos a: demonstrar formação preponderantemente prática; apresentar transmissão e participação de conhecimentos jurídicos reais para a vida e o trabalho, vinculados à sua área de formação, bem como a análise crítica; conhecer a prática do processo civil, penal e trabalhista, bem como os órgãos jurisdicionais que compõem a atividade jurisdicional, com suas respectivas atribuições e competências; identificar as mais diversas situações jurídicas, dirimindo-as através de peças costumeiramente utilizadas nos processos respectivos.

prograd.unespar.edu.br

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### A MÓDULO PROCESSO DO TRABALHO

1. técnicas e formas de atendimento ao cliente
2. formas alternativas de solução de conflitos trabalhistas
3. homologação de acordo e técnicas de conciliação
4. Recurso ordinário
5. contrarrazões, recurso adesivo
6. Embargos de declaração
7. Recurso de revista
8. Agravo de instrumento
9. execução
10. Embargos e agravo de petição
11. consignação em pagamento

##### B MÓDULO PROCESSO CIVIL

- 1 Reintegração de Posse;
- 2 Embargos de Terceiro;
- 3 Embargos Monitórios;
- 4 Embargos do Devedor;
- 5 Execução de título Extrajudicial;
- 6 Cumprimento de sentença;
- 7 Ação de Divisória;
- 8 Divórcio com alimentos;
- 9 Arrolamento;
- 10 Ação de Despejo C/C cobrança de aluguéis;
- 11 Apelação Cível;
- 12 Agravo de Instrumento;
- 13 Agravo Interno;
- 14 Embargos de Divergência;

##### C MÓDULO PROCESSO PENAL

- 1 Disposições gerais sobre recursos e garantias
- 2 Pressupostos de admissibilidade
- 3 Recurso em sentido estrito
- 4 Apelação
- 5 Embargos de declaração
- 6 Agravo em execução
- 7 Recurso Especial
- 8 Recurso Extraordinário
- 9 Agravo de Instrumento de decisão denegatória de recurso especial ou extraordinário
- 10 Disposições gerais dos incidentes processuais
- 11 Questões prejudiciais
- 12 Procedimentos incidentes
- 13 Procedimentos esquemáticos
- 14 Disposições gerais sobre ações de impugnação
- 15 Habeas Corpus

Relatório de 2 audiências de instrução e 2 audiências de conciliação presenciais, com nome nas atas. 1 Audiência simulada.

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes.

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)

As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

## 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Preleção; resolução de problemas; estudo de casos; leitura e interpretação de textos e de livros; pesquisas; análise crítica de textos, vídeos e filmes; construção de textos, trabalhos individuais ou grupais, seminários e outras atividades pedagógicas orientadas.

As 6 aulas semanais serão realizadas da seguinte forma: 3 aulas em sala de aula (1 aula para processo penal, 1 aula para processo civil e 1 aula de processo do trabalho), com a realização de peças simuladas. As outras 3 aulas serão realizadas no Núcleo de Prática Jurídica, Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradorias, Defensoria Pública, demais departamentos jurídicos, escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas, conforme decisão da Coordenação do NPJ, em atuação de situações reais.

## 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Uso do quadro para a explanação, esquematização e exemplificação do conteúdo;

Computador multimídia e projetor para a apresentação de slides com o conteúdo proposto;

Uso do Vade Mecum com legislação referente ao tema proposto;

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por meio da confecção/produção de peças simuladas realizadas em sala de aula, prova semestral envolvendo as atividades simuladas trabalhadas pelo professor da respectiva área e presença nas atividades do NPJ.

A avaliação da atividade prática (elaboração de peças/atendimentos e outras atividades jurídicas, realizadas junto ao NPJ ou outro órgão, conforme decisão da Coordenação do Estágio, será feita pelo professor respectivo orientador da prática de atividades reais desenvolvidas pelo acadêmico, considerando sua presença, comprometimento e realização das tarefas que lhe forem atribuídas. Essa nota será somada com a nota da avaliação de atividades simuladas, resultando numa média, que será a nota da referida disciplina.

As atividades práticas: simuladas e reais constituirão a nota da avaliação oficial de acordo com os conteúdos ministrados para a disciplina, conforme este plano de ensino, considerando a discussão de casos clínicos, estudos dirigidos em grupo, relatórios de aulas práticas, seminários, participação e execução de roteiros práticos, entre outros.

Para aprovação final o aluno deverá obter média final igual ou superior a 7,0 (sete) e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível.

A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades

educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem.

Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

#### MÓDULO PROCESSO DO TRABALHO:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 9788553619467. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/>.

FILHO, Ives Gandra da Silva M. Série Idp - Manual de Direito e Processo do Trabalho - 30ª Edição 2025. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553627202. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627202/>.

MARTINS, Sergio P. Direito do Trabalho - 41ª Edição 2025. 41. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p. Capa. ISBN 9788553625789. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625789/>.

SANDES, Fagner. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 978655591682. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655591682/>.

#### MÓDULO PROCESSO CIVIL:

BERMUDES, Sergio. Introdução ao Processo Civil - 6ª Edição 2019. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. p.i. ISBN 9788530983666. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530983666/>.

CARNACCHIONI, Daniel. Manual de Direito Civil - 7ª Edição 2025. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.l. ISBN 9788553624348. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624348/>.

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. Manual de Direito Civil - 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625321. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625321/>.

GAJARDONI, Fernando da F.; DELLORE, Luiz; Andre Vasconcelos Roque; et al. Manual de Processo Civil - 1ª Edição 2025. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995522. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995522/>.

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)

**MÓDULO PROCESSO PENAL:**

BONFIM, Edilson M. **Curso de Processo Penal** - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625833. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625833/>.

JR., Aury L. **Direito Processual Penal** - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625673. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625673/>.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Processual Penal** - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.vii. ISBN 9788530996642. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642/>.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal** - 30ª Edição 2023. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.17. ISBN 9786559773060. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/>.

**COMPLEMENTAR**

Bibliografia Complementar:

**MÓDULO PROCESSO DO TRABALHO:**

FILHO, Ives Gandra da Silva M. Manual esquemático de direito e processo do trabalho. 27. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788553609581. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553609581/>.

LIMA, Adriane; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena. LGPD no Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553621954. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621954/>.

QUINTAS, Paula. Casos Práticos de Direito do Trabalho. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. p.1. ISBN 9789724085210. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724085210/>.

RESENDE, Ricardo. Direito do Trabalho - 9ª Edição 2023. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786559648719. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648719/>.

SANTOS, Susana Ferreira dos; FALCÃO, David. Casos Práticos - Direito do Trabalho. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. p.1. ISBN 9789724084367. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084367/>.

**MODULO PROCESSO CIVIL:**

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de . Prática No Processo Civil - 28ª Edição 2026. 28. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559778072. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778072/>.

FREIRE, Alexandre; STRECK, Lenio L.; NUNES, Dierle; et al. Comentários ao código de processo civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. E-book. p.Cover. ISBN 9788547220471. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547220471/>.

FUX, Luiz. Processo Civil e Análise Econômica - 2ª Edição 2021. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. p.i. ISBN 9788530991999. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530991999/>.

GONÇALVES, Marco C. Lições de Processo Civil Executivo. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. p.1. ISBN 9789724084664. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084664/>.

QUEIROZ, Mônica. Manual de Direito Civil - 7ª Edição 2022. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786559645336. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559645336/>.

#### MODULO PROCESSO PENAL:

AQUINO, J. C. G. X. de. **A prova testemunhal no processo penal brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Juspodivm, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

GLOECKNER, Ricardo J. **Nulidades no processo penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2017. E-book. p.Cover. ISBN 9788547214678. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547214678/>.

IGNÁCIO, Marcia. **Código de processo penal comentado**. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 fev 2026. MARCHIONATTI, Daniel. **Processo Penal Contra Autoridades** - 1ª Edição 2019. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788530986759. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530986759/>.

MOSSIN, Heráclito A. **Compêndio de Processo Penal: Curso Completo**. Barueri: Manole, 2010. E-book. p.A. ISBN 9788520446423. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520446423/>.

TORTATO, Carla Juliana. **Críticas ao processo penal**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

## 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: \_\_\_\_\_  
 Mês: \_\_\_\_\_

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)



Ano: \_\_\_\_\_  
Ata Nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Docente**

\_\_\_\_\_

**Coordenação do curso**

prograd.unespar.edu.br

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO				
<b>ANO LETIVO:</b>	2026			
<b>CAMPUS:</b>	PARANAÍ			
<b>CURSO:</b>	DIREITO			
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO			
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	PRÁTICA DE PROCESSO PENAL			
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	5ª série			
<b>TURMA:</b>	única	Turno	matutino	
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	68	Teórica	0	Prática 68
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2			
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	68			
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Obrigatória			
<b>DOCENTE:</b>	MARCELO WORDELL GUBERT			
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	DOUTORADO			

### 2. EMENTA

Procuração. Inquérito Policial. Ação Penal em geral. Jurisdição e competência. Prisão e liberdade. Habeas Corpus. Procedimentos. Recursos em geral. Incidentes. Execução Penal. Reabilitação. Revisão Criminal.

### 3. OBJETIVOS

Formar profissionais com capacidade de desenvolvimento intelectual autônomo e permanente, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Com conhecimentos técnicos, humanísticos, ambientais e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade nacional e regional. Instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação condigna e competente nas suas funções na área jurídica. Ao final da disciplina os alunos deverão estar aptos a:

Assimilar corretamente a forma das petições;

Desenvolver o conteúdo da matéria fática e a de direito dos vários tipos processuais e procedimentais, quer nas denúncias e queixas-crime, quer nas defesas, inclusive arrazoados recursais;

Apresentar conhecimento das táticas necessárias ao exercício da advocacia, do Ministério Público e da Magistratura, por meio da condução à identificação das diversas situações jurídicas inerentes àquelas profissões;

Identificar as formas de pesquisar as leis, a doutrina e a jurisprudência próprias para cada caso individualmente;

Reconhecer a Organização Judiciária, como fonte de pesquisa para a definição da competência de primeiro e segundo grau de jurisdição.

prograd.unespar.edu.br

#### 4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Elaboração das seguintes atividades:

Procuração

Procuração com poderes especiais para representar

Procuração com poderes especiais para Queixa Crime

Portaria de Instauração de Inquérito Policial

Relatório da Autoridade Policial

Ação Penal, Procedimento Comum:

Queixa Crime

Resposta à acusação

Formulação de quesitos de perícia em geral

Alegações Finais

Procedimentos especiais.

Juizados Especiais Criminais: Defesa Prévia

Crimes Cometidos por Funcionário Público: Defesa Preliminar

Crimes antidrogas: Defesa Prévia

Crimes doloso Contra Vida – Júri

Recursos em geral:

Recurso em Sentido Estrito

Apelação

Embargos de Declaração, Nulidade e Infringência

Recurso Especial e Extraordinário

Agravo em Execução Penal

Revisão Criminal.

Prisão e liberdade:

Relaxamento da prisão em flagrante

Revogação da Prisão Preventiva

Habeas Corpus.

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) — que incluem pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva e neuromotora, estudantes com altas habilidades/superdotação, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com transtornos funcionais específicos (como dislexia, disgrafia, discalculia, disortografia, Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade, entre outros) — devem ser asseguradas as adequações necessárias para a apropriação dos conteúdos ministrados, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência e nas normativas educacionais vigentes.

As adequações poderão envolver ajustes metodológicos, uso de recursos acessíveis, flexibilização de estratégias pedagógicas e organização do tempo de aprendizagem, respeitando as necessidades educacionais específicas de cada estudante.

#### 5. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas ministradas a partir da legislação doutrina e jurisprudência mais recentes, com vistas a viabilizar ao discente a compreensão mais atual, profunda e crítica sobre os temas.

Resolução de casos reais e hipotéticos com padrões de correção similares a segunda fase do exame de Ordem da OAB

#### 6. RECURSOS DIDÁTICOS

Uso do quadro para a explanação, esquematização e exemplificação do conteúdo;  
 Computador multimídia e projetor para a apresentação de slides com o conteúdo proposto;  
 Uso do Vade Mecum com legislação referente ao tema proposto;

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares. A proficiência será avaliada através de provas, trabalhos individuais e trabalhos coletivos. (Mais informações: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>).

Para tanto, serão desenvolvidas atividades em sala de aula que contarão como crédito habilitando o discente para a realização da prova. O discente estará apto para realizar a prova atingindo no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) dos créditos trabalhados em sala.

No bimestre em que for realizado a atividade do Júri Simulado, esta atividade contabiliza 50% (cinquenta por cento) dos créditos do bimestre.

No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível.

A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem.

Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

## 8. BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

BONFIM, Edilson M. **Curso de Processo Penal** - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625833. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625833/>.

JR., Aury L. **Direito Processual Penal** - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625673. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625673/>.

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Processual Penal** - 22ª Edição 2025. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.vii. ISBN 9788530996642. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996642/>.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal** - 30ª Edição 2023. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.17. ISBN 9786559773060. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/>.

#### COMPLEMENTAR

AQUINO, J. C. G. X. de. **A prova testemunhal no processo penal brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Juspodivm, 2025. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

AUFIERO, Aniello. **Teoria e prática de processo penal e execução penal**. 9. ed. São Paulo: Rideel, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

GLOECKNER, Ricardo J. **Nulidades no processo penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2017. E-book. p.Cover. ISBN 9788547214678. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547214678/>.

IGNÁCIO, Marcia. **Código de processo penal comentado**. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 fev

SILVA, Luiz C.; SILVA, Franklyn Roger A. **Manual de Processo e Prática Penal** - 6ª Edição 2012. Rio de Janeiro: Forense, 2012. E-book. p.Capa1. ISBN 978-85-309-5598-4. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5598-4/>.

TORTATO, Carla Juliana. **Críticas ao processo penal**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

### 9. APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia: \_\_\_\_\_  
 Mês: \_\_\_\_\_  
 Ano: \_\_\_\_\_  
 Ata Nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Docente**

\_\_\_\_\_  
**Coordenação do curso**

## PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO*					
<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	PARANAVAI				
<b>CURSO:</b>	DIREITO				
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	DIREITO PENAL I				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	2ª				
<b>TURMA:</b>	A	<b>TURNO:</b>	MANHÃ		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	120	<b>TEÓRICA:</b>	120	<b>ACEC:</b>	-
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	4				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA</b>	OBRIGATÓRIA				
<b>DOCENTE</b>	MATHEUS SIMÕES NUNES				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	DOCTORADO (E PÓS-DOCTORADO)				
<b>CONTATO:</b>	<a href="mailto:matheus.nunes@unespar.edu.br">matheus.nunes@unespar.edu.br</a>				
<b>CURRÍCULO LATTES:</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/6703464831029401">http://lattes.cnpq.br/6703464831029401</a>				

### EMENTA

Conceito de Direito Penal. As Escolas de Direito Penal. O Direito Penal Brasileiro. Da Aplicação da Lei Penal. Da Teoria do Crime. Da norma penal. Da ação – dolo e culpa. Da tipicidade. Da antijuridicidade. Da culpabilidade. Imputabilidade. Da ilicitude. Consumação e tentativa. Concurso de pessoas. Extinção da Punibilidade.

### OBJETIVOS

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)



Viabilizar ao discente o aprendizado dos temas relativos ao Direito Penal brasileiro, com o domínio da gênese e dos principais conceitos/aspectos, permitindo a formação e o desenvolvimento um posicionamento profundo e crítico direcionado a articular a compreensão e a resolução dos fenômenos sociais na dinâmica qual se insere.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE 1: DIREITO PENAL: NOÇÕES INICIAIS E PRINCÍPIOS; 2. ESCOLAS PENAIAS; 1. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; 3. PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL; 4. TEORIA DO CRIME: INTRODUÇÃO E FATO TÍPICO (PRIMEIRA PARTE): CONDUTA, RESULTADO E NEXO CAUSAL;**

**UNIDADE 2: TEORIA DO CRIME (2ª PARTE): FATO TÍPICO (TIPO DOLOSO E TIPO CULPOSO); ILICITUDE E CULPABILIDADE.**

**UNIDADE 3: CONCURSO DE PESSOAS. CONCURSO DE CRIMES. CRIME CONTINUADO. DIREITO DAS PENAS**

**UNIDADE 4: AÇÃO PENAL. MEDIDAS DE SEGURANÇA. EFEITOS DA CONDENAÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.**

### **METODOLOGIA DE ENSINO**



1. Aulas expositivas e dialogadas, com apresentação dos conceitos e das teorias sempre em confronto com casos concretos a serem solucionados e estímulo ao potencial crítico;
2. Disponibilização eventual de material de apoio (elaborado pelo professor ou extraído de doutrina ou jurisprudência)
3. Realização de atividades teóricas e práticas que envolvam os temas trabalhados em sala de aula.

## RECURSOS DIDÁTICOS

Para assegurar aprendizagem ativa, compreensão teórica sólida e engajamento contínuo dos estudantes, serão utilizados os seguintes recursos:

### 1. Recursos Tradicionais

- Lousa e pincéis para esquemas, sínteses, fluxogramas e explicações em tempo real;
- Projetor multimídia / Datashow para apresentação de conteúdos visuais;

### 2. Recursos Digitais

- Computador multimídia e projetor para a apresentação de slides com o conteúdo proposto;
- Repositórios de Jurisprudência (TJPR, STF e STJ) para pesquisa e análise de casos concretos.
- Constituição Federal e legislação referente ao tema proposto.

### 3. Materiais de Apoio

- Textos doutrinários selecionados em PDF ou físicos.
- Casos práticos, pareceres e ementas para análises simuladas e debates.

## CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO



Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares. (Mais informações: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>) A avaliações serão distribuídas da seguinte forma:

1. **Primeiro bimestre:** prova valendo 10,0. HAVERÁ TRABALHO SUPLEMENTAR VALENDO 2,0.
2. **Segundo bimestre:** prova valendo 10,0. A prova será oral para todos os alunos. HAVERÁ TRABALHO SUPLEMENTAR VALENDO 2,0.
3. **Terceiro bimestre:** prova valendo 10,0. HAVERÁ TRABALHO SUPLEMENTAR VALENDO 2,0. HAVERÁ TRABALHO SUPLEMENTAR VALENDO 2,0.
4. **Quarto bimestre:** prova valendo 10,0. HAVERÁ TRABALHO SUPLEMENTAR VALENDO 2,0.

## BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

BITTENCOUT, Cesar. **Tratado de Direito Penal - Parte Geral**. Rio de Janeiro: SRV.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**, V. I. Niterói: Impetus.

MASSON, Cléber. **Direito Penal Parte Geral**. Rio de Janeiro, Método.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**, Vol. Único. São Paulo: Gen.

### COMPLEMENTAR



FRAGOSO, Heleno. **Direito penal**. São Paulo: Saraiva.  
FRANCO, Alberto Silva (org.); NUCCI, Guilherme de (org.). **Direito penal**, v. 9. São Paulo: Revista dos Tribunais.  
FERNANDES, Antonio Scarance. **Processo Penal Constitucional**. São Paulo: RT. Complementar:  
JESUS, Damásio e. de., **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva.  
MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal: parte geral, v. 1. São Paulo: Atlas.  
NUCCI, Guilherme de S. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro Forense.  
PRADO, Luiz Régis. Curso de direito penal: parte especial art. 250 a 359. São Paulo: Revista dos Tribunais.

#### APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia:

Mês:

Ano:

Ata Nº:

Docente

Coordenação do curso

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 001/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item IDENTIFICAÇÃO” é preenchido automaticamente pelo sistema.**

prograd.unespar.edu.br

# PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



**UNESPAR**  
Universidade Estadual do Paraná



[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)

## PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO*					
<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	PARANAÍ				
<b>CURSO:</b>	DIREITO				
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	DIREITO CONSTITUCIONAL				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	1ª				
<b>TURMA:</b>	A	<b>TURNO:</b>	MANHÃ		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	120	<b>TEÓRICA:</b>	120	<b>ACE:</b>	-
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	4				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	OBRIGATÓRIA				
<b>DOCENTE:</b>	MATHEUS SIMÕES NUNES				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	DOCTORADO (E PÓS-DOCTORADO)				
<b>CONTATO:</b>	<a href="mailto:matheus.nunes@unespar.edu.br">matheus.nunes@unespar.edu.br</a>				
<b>CURRÍCULO LATTES:</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/6703464831029401">http://lattes.cnpq.br/6703464831029401</a>				

### EMENTA

Constituição: conceito, classificação. Poder Constituinte. Princípios e Direitos. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos Sociais, da nacionalidade e políticos. Remédios constitucionais. Organização do Estado. Das funções essenciais da Justiça. Organização dos Poderes: Legislativo. Executivo, Judiciário. Controle de Constitucionalidade. Tribunal de Contas. Intervenção Federal. Da defesa do Estado. Da ordem econômica. Da atuação do Estado no Domínio Econômico.

### OBJETIVOS

[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)

**Objetivo Geral:**

Viabilizar ao discente o aprendizado dos temas relativos ao Direito Constitucional brasileiro, com o domínio da gênese e dos principais conceitos/aspectos, permitindo a formação e o desenvolvimento um posicionamento profundo e crítico direcionado a articular a compreensão e a resolução dos fenômenos sociais na dinâmica qual se insere.

**Objetivos Específicos:**

- A) Compreender a noção e a abrangência dos principais institutos do Direito Constitucional brasileiro;
- B) Compreender e interpretar os principais institutos do Direito Constitucional à luz da jurisprudência do STF;
- C) Desenvolver habilidades para solução de casos concretos e competências relativas à aplicação de normas infraconstitucionais à luz da Constituição Federal;
- D) Promover reflexão crítica sobre a função social do Direito Penal.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

prograd.unespar.edu.br

**UNIDADE 1:**

1. (NEO)CONSTITUCIONALISMO;
2. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES;
3. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS;
4. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL;
5. PODER CONSTITUINTE;
6. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
7. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (ESTUDO DOS PRINCIPAIS INSTITUTOS).

**UNIDADE 2:**

1. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS;
2. DIREITOS SOCIAIS
3. DIREITOS DE NACIONALIDADE, DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS.

**UNIDADE 3:****1ª PARTE**

1. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO;
2. ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO;
3. INTERVENÇÃO FEDERAL

**2ª PARTE**

1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

**UNIDADE 4:**

1. PODER LEGISLATIVO (ORGANIZAÇÃO E PROCESSO LEGISLATIVO);
2. PODER EXECUTIVO;
3. PODER JUDICIÁRIO
4. DA ORDEM ECONÔMICA. DA ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.

**METODOLOGIA DE ENSINO**



1. Aulas expositivas e dialogadas, com apresentação dos conceitos e das teorias sempre em confronto com casos concretos a serem solucionados e estímulo ao potencial crítico;
2. Disponibilização eventual de material de apoio (elaborado pelo professor ou extraído de doutrina ou jurisprudência)
3. Realização de atividades teóricas e práticas que envolvam os temas trabalhados em sala de aula.

## RECURSOS DIDÁTICOS

Para assegurar aprendizagem ativa, compreensão teórica sólida e engajamento contínuo dos estudantes, serão utilizados os seguintes recursos:

### 1. Recursos Tradicionais

- Lousa e pincéis para esquemas, sínteses, fluxogramas e explicações em tempo real;
- Projetor multimídia / Datashow para apresentação de conteúdos visuais;

### 2. Recursos Digitais

- Computador multimídia e projetor para a apresentação de slides com o conteúdo proposto;
- Repositórios de Jurisprudência (TJPR, STF e STJ) para pesquisa e análise de casos concretos.
- Constituição Federal e legislação referente ao tema proposto.

### 3. Materiais de Apoio

- Textos doutrinários selecionados em PDF ou físicos.
- Casos práticos, pareceres e ementas para análises simuladas e debates.

## CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO



Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares. (Mais informações: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>)

A avaliações serão distribuídas da seguinte forma:

- Primeiro bimestre: prova valendo 10,0, haverá trabalho suplementar valendo 2,0.
- Segundo bimestre: prova valendo 100,0, havendo trabalho suplementar valendo 2,0.
- Terceiro bimestre: prova valendo 10,0. A avaliação será dividida em duas partes: 1ª) organização do Estado, intervenção federal e segurança pública; 2ª) controle de constitucionalidade.

Quarto bimestre: prova valendo 10,0 e trabalho suplementar valendo 2,0.

Obs.: Os trabalhos e sua correspondente pontuação serão prescritos conforme livre escolha do docente, podendo sua pontuação respectiva ser definida a seu exclusivo critério em todos os bimestres.

Obs.: A critério exclusivo do Professor, poderá haver reorganização da ordem de apresentação dos conteúdos, bem como a atribuição de outras atividades com ou sem atribuição de pontuação suplementar.

## BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

LENZA, Pedro. Curso de Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: GEN.

MASSON, Nathália. Manual de Direito Constitucional. Salvador: GEN.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: GEN, Atlas, 2025.

### COMPLEMENTAR

Bonavides, Paulo. Curso de direito constitucional - 24. ed. / 2009.

Barroso, Luís Barroso. Curso de **direito constitucional** contemporâneo : os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo - 7. ed. / 2018.

Moraes, Alexandre de. **Direito constitucional** - 36. ed. rev e atu / 2020.

Tavares, André Ramos. Curso de direito constitucional - 19. ed. / 2021.

## APROVAÇÃO DO COLEGIADO



Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia:

Mês:

Ano:

Ata Nº:

**Docente**

**Coordenação do curso**

***Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 001/2022-DRA/DE-PROGRAD.***

***\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item IDENTIFICAÇÃO” é preenchido automaticamente pelo sistema.***

prograd.unespar.edu.br

# PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



**UNESPAR**  
Universidade Estadual do Paraná



[prograd.unespar.edu.br](http://prograd.unespar.edu.br)

## PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO*					
<b>ANO LETIVO:</b>	2026				
<b>CAMPUS:</b>	PARANAVAI				
<b>CURSO:</b>	DIREITO				
<b>GRAU:</b>	GRADUAÇÃO				
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	DIREITO PROCESSUAL PENAL I				
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	3º				
<b>TURMA:</b>	A	<b>TURNO:</b>	MANHÃ		
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	120	<b>TEÓRICA:</b>	90	<b>ACE:</b>	30
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	3				
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL</b>	0				
<b>OFERTA DA DISCIPLINA</b>	OBRIGATÓRIA				
<b>DOCENTE</b>	MATHEUS SIMÕES NUNES				
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	DOUTORADO (E PÓS-DOUTORADO)				
<b>CONTATO:</b>	<a href="mailto:matheus.nunes@unespar.edu.br">matheus.nunes@unespar.edu.br</a>				
<b>CURRÍCULO LATTES:</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/6703464831029401">http://lattes.cnpq.br/6703464831029401</a>				

### EMENTA

Noções Gerais, Conceituação. Histórico. Fontes. Princípio. Sistemas Processuais. Investigação preparatória. Ação penal. Jurisdição e competência. Incidentes processuais. Sujeitos processuais. Provas. Prisão e liberdade provisória. Ação extensionista junto à comunidade da região e às pessoas da comunidade interessadas no tema.

### OBJETIVOS

prograd.unespar.edu.br



Viabilizar ao discente o aprendizado dos temas relativos ao Processo Penal brasileiro, com o domínio da gênese e dos principais conceitos/aspectos, permitindo a formação e o desenvolvimento um posicionamento profundo e crítico direcionado a articular a compreensão e a resolução dos fenômenos sociais na dinâmica qual se insere.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**UNIDADE 1: DIREITO PENAL: 1. NOÇÕES INICIAIS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS; 2. SISTEMAS PROCESSUAIS; 3. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO; 4. INQUÉRITO POLICIAL; 5. JUIZ DAS GARANTIAS;**

**UNIDADE 2: 1. AÇÃO PENAL; 2. AÇÃO CIVIL *EX DELICTO*; 3. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL**

**UNIDADE 3: 1. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA; 2. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES; 3. SUJEITOS DO PROCESSO.**

**UNIDADE 4: PRISÕES E LIBERDADE PROVISÓRIA.**

### **METODOLOGIA DE ENSINO**

1. Aulas expositivas e dialogadas, com apresentação dos conceitos e das teorias sempre em confronto com casos concretos a serem solucionados e estímulo ao potencial crítico;
2. Disponibilização eventual de material de apoio (elaborado pelo professor ou extraído de doutrina ou jurisprudência)
3. Realização de atividades teóricas e práticas que envolvam os temas trabalhados em sala de aula.

### **RECURSOS DIDÁTICOS**



Para assegurar aprendizagem ativa, compreensão teórica sólida e engajamento contínuo dos estudantes, serão utilizados os seguintes recursos:

### 1. Recursos Tradicionais

- Lousa e pincéis para esquemas, sínteses, fluxogramas e explicações em tempo real;
- Projetor multimídia / Datashow para apresentação de conteúdos visuais;

### 2. Recursos Digitais

- Computador multimídia e projetor para a apresentação de slides com o conteúdo proposto;
- Repositórios de Jurisprudência (TJPR, STF e STJ) para pesquisa e análise de casos concretos.
- Constituição Federal e legislação referente ao tema proposto.

### 3. Materiais de Apoio

- Textos doutrinários selecionados em PDF ou físicos.
- Casos práticos, pareceres e ementas para análises simuladas e debates.

## CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Obterá aprovação na disciplina o(a) discente que obtiver média final igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares. (Mais informações: <https://www.unespar.edu.br/estudantes/vida-academica/avaliacao-do-desempenho>) A avaliações serão distribuídas da seguinte forma:

1. **Primeiro bimestre:** prova valendo 10,0; Haverá trabalho suplementar valendo até 2,0 pontos.
2. **Segundo bimestre:** prova valendo 10,0. A prova será oral para todos os alunos; Haverá trabalho suplementar valendo até 2,0 pontos.
3. **Terceiro bimestre:** prova valendo 10,0; Haverá trabalho suplementar valendo até 2,0 pontos.
4. **Quarto bimestre:** prova valendo 10,0. Haverá trabalho suplementar valendo até 2,0 pontos.

## BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

prograd.unespar.edu.br



CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo. Saraiva.  
NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal comentado**. São Paulo: Gen e Forense.  
NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal**. Vol. Único. São Paulo: Gen e Forense.

#### COMPLEMENTAR

FERNANDES, Antonio Scarance. **Teoria geral do procedimento e o procedimento no processo penal**. São Paulo: RT.  
DELMANTO JUNIOR, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal. As modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração**. São Paulo: Saraiva.  
LOPES JR. Aury. **Direito processual penal**. São Paulo: Saraiva.  
LOPES JR, Aury. **Fundamentos do Processo Penal. Introdução crítica**. São Paulo: Saraiva.

#### APROVAÇÃO DO COLEGIADO

Aprovado em reunião do Colegiado de Curso em:

Dia:

Mês:

Ano:

Ata Nº:

Docente

Coordenação do curso

**Obs.: Este roteiro serve como esboço para elaboração e aprovação do Plano de Ensino em reunião de Colegiado. Após aprovação, deverá ser feita a inserção das informações no sistema Siges, conforme orienta o Memorando nº 001/2022-DRA/DE-PROGRAD.**

**\*No momento da inserção do Plano de Ensino no Siges, o item IDENTIFICAÇÃO” é preenchido automaticamente pelo sistema.**

prograd.unespar.edu.br

## PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO*				
<b>ANO LETIVO:</b>	2026			
<b>CAMPUS:</b>	Paranavaí			
<b>CURSO:</b>	Direito/bacharelado			
<b>GRAU:</b>	Graduação			
<b>NOME DA DISCIPLINA:</b>	<b>DIREITO IMOBILIÁRIO E URBANÍSTICO</b>			
<b>SÉRIE/PERÍODO:</b>	5ª série			
<b>TURMAS:</b>	1	<b>TURNO:</b>	Diurno	
<b>CARGA HOR. TOTAL:</b>	68 horas aula	<b>TEÓRICA:</b>	68	<b>PRÁTICA:</b> 0
<b>CARGA HOR. SEMANAL:</b>	2 horas aula			
<b>CARGA HOR. SEMIPRESENCIAL:</b>	0			
<b>OFERTA DA DISCIPLINA:</b>	Anual/optativa			
<b>DOCENTE:</b>	Suelen Maiara dos Santos Alécio			
<b>TITULAÇÃO/ÁREA:</b>	Doutora em Ciências jurídicas, Mestre em Ciências Jurídicas, pós graduada em Docência no Ensino Superior e em Direito Civil			

### Ementa

Direito Imobiliário e Urbanístico: Incorporações imobiliárias. Condomínios. Comissão e corretagem. Zoneamento. Registros Públicos. Planejamento e ordenação jurídica urbanística do uso do solo. Plano Diretor. Estatutos das cidades.

### Objetivos

**Geral:** Proporcionar ao acadêmico a aquisição dos fundamentos básicos do Direito Imobiliário e urbanístico, bem como contribuir para a formação de profissionais éticos, críticos e comprometidos com o desenvolvimento intelectual autônomo e com a atuação responsável na realidade social e profissional.

**Específico:** Ao final da disciplina os alunos deverão estar aptos a:

- Compreender os fundamentos, fontes e princípios do Direito Imobiliário e Urbanístico, reconhecendo sua evolução e sua função social.
- Analisar o planejamento urbano, com destaque para o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor e os instrumentos da política urbana.
- Identificar e aplicar os principais instrumentos jurídicos de ordenação do solo urbano, compreendendo seus efeitos práticos.
- Compreender o regime jurídico das incorporações imobiliárias e dos condomínios edilícios, analisando seus requisitos legais, constituição e funcionamento.
- Examinar o contrato de corretagem imobiliária, sua natureza jurídica, comissão e responsabilidade civil do corretor.
- Distinguir os atos de registro e averbação, compreendendo a estrutura, princípios e funcionamento dos registros públicos imobiliários.

prograd.unespar.edu.br



### Conteúdo Programático

1. Surgimento e evolução. Fontes Princípios do direito do urbanístico e imobiliário.
2. Planejamento e ordenação do uso do solo: Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).
3. Plano Diretor: conceito, obrigatoriedade e conteúdo. Zoneamento urbano. Parcelamento do solo urbano.
4. Instrumentos da política urbana: Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. IPTU progressivo. Desapropriação urbanística. Direito de preempção. Outorga onerosa. Transferência do direito de construir. Usucapião especial urbana. Regularização fundiária. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).
5. Incorporações imobiliárias e condomínios: Lei nº 4.591/1964. Incorporação imobiliária: requisitos e registro. Patrimônio de afetação. Condomínio edilício: constituição, convenção e administração.
6. Comissão e corretagem imobiliária: Contrato de corretagem. Comissão e responsabilidade civil do corretor.
7. Estudo de registros públicos para imóveis (código civil e lei 6015/1973). Distinção entre registro e averbação. Estudo da lei dos cartórios, com especial destaque na carreira de concurso público (Lei 8395/1994).

### Metodologia de Ensino

Preleção; resolução de exercícios/atividades; estudo de casos; leitura e interpretação de artigos, textos e de livros; vídeos; trabalhos individuais ou em grupo (seminários); Atividade de ilustração para criação de uma cidade e avaliação em grupo de cada cidade criada; e outras atividades pedagógicas orientadas

### Recursos didáticos

Utilização de quadro, giz e mídias em geral. Cartolinas e canetões coloridos para criação da cidade.

### Critérios de Avaliação

Prova bimestral: 70% - Trabalhos/Seminários: 30 %

OBS. No caso de estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), estão asseguradas as medidas necessárias para a realização de avaliações de forma equitativa e acessível. A flexibilização e a adaptação dos instrumentos avaliativos deverão considerar as necessidades educacionais específicas do estudante, podendo envolver alterações no formato, no tempo, nos recursos utilizados e nas estratégias de avaliação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem. Sempre que necessário, essas adequações contarão com o apoio e a orientação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo o acompanhamento adequado e o respeito aos princípios éticos, pedagógicos e legais.

### Bibliografia

LEVY, Wilson; ALMEIDA, Marcelo Manhães de (coord.). **Direito imobiliário e urbanístico**: temas atuais. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2019. *E-book*. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/228766/epub/0>

ALVES, Alceli Ribeiro. **Direito Urbanístico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. *E-book*.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/222761/pdf/0>.

Básica: RECH, Adir Ubaldo; RECH, Adivandro. **Direito urbanístico**. 1. ed. Porto Alegre: Educs, 2010. *E-book*.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2926/pdf/0>

GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; MAISTRO JUNIOR, Gilberto Carlos. **Direito**

**imobiliário**: direito registral, direito notarial, locação de imóvel e outros temas. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2019. *E-book*. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/228763/epub/0>

prograd.unespar.edu.br



ÁVILA, Alessandra *et al.* (coord.). **Direito imobiliário contemporâneo**. Cotia, SP: Foco, 2025. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/223519/epub/0>.

Complementar: CAVALLI, Marina; SENDER, Leandro (coord.). **Direito imobiliário 4.0**. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.  
ALMEIDA, Juliana Cainelli de *et al.* **Direito urbanístico-ambiental: uma visão epistêmica**. 1. ed. Porto Alegre: Educs, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

prograd.unespar.edu.br